

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**

**N.º 383, DE 2021**

**(Do Poder Executivo)**

**MSC 349/2021**

**OF 649/2021**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.956, de 22 de novembro de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.



MENSAGEM Nº 349

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.992, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rochedo, no município de Rochedo - MS;
- 2 - Portaria nº 2.488, de 7 de junho de 2017 - Associação de Cultura de Brasília de Minas, no município de Brasília de Minas - MG;
- 3 - Portaria nº 5.232, de 28 de setembro de 2017 - Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (ABACANR), no município de Portalegre - RN;
- 4 - Portaria nº 1.023, de 14 de março de 2018 - Comunidade de Jesus, no município de Bom Sucesso - MG;
- 5 - Portaria nº 1.257, de 14 de março de 2018 - Associação de Apoio Comunitário Bethel, no município de Aparecida de Goiânia - GO;
- 6 - Portaria nº 5.956, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre, no município de Campo Alegre - SC;
- 7 - Portaria nº 5.964, de 22 de novembro de 2018 - Associação Cultural e Beneficente de Radiodifusão Comunitária Lapeana, no município de Lapa - PR;
- 8 - Portaria nº 4.099, de 21 de agosto de 2019 - Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia - ACRBL, no município de Belo Horizonte - MG;
- 9 - Portaria nº 4.311, de 30 de agosto de 2019 - Associação Comunitária Cultural Bragadense - ACCB, no município de Pato Bragado - PR;
- 10 - Portaria nº 4.714, de 17 de setembro de 2019 - Associação Amigos de Pinhais, no município de Pinhais - PR;
- 11 - Portaria nº 4.717, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Cultural Pinheirinho do Vale, no município de Pinheirinho do Vale - RS;
- 12 - Portaria nº 4.720, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Soledadense, no município de Soledade de Minas - MG;
- 13 - Portaria nº 4.749, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques, no município de Capitão Leônidas Marques - PR;
- 14 - Portaria nº 4.750, de 17 de setembro de 2019 - Fundação Rimidia Gayoso de Sousa, no município de Santa Teresinha - PB;
- 15 - Portaria nº 4.757, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Cultural Itapoã, no município de Ivinhema - MS;
- 16 - Portaria nº 4.760, de 17 de setembro de 2019 - Acauã Produções Culturais, no município de Aparecida - PB;



- 17 - Portaria nº 4.762, de 17 de setembro de 2019 - Associação dos Moradores do Tabuleiro, no município de Matinhos - PR;
- 18 - Portaria nº 4.763, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê, no município de Goioerê - PR;
- 19 - Portaria nº 4.764, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Rio Pardo de Minas, no município de Rio Pardo de Minas - MG;
- 20 - Portaria nº 4.873, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Joaquim Mariano da Costa, no município de Toritama - PE;
- 21 - Portaria nº 4.874, de 19 de setembro de 2019 - Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, no município de São Francisco de Assis - RS;
- 22 - Portaria nº 4.881, de 19 de setembro de 2019 - Associação Popular Passaquatrense Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, no município de Passa Quatro - MG;
- 23 - Portaria nº 4.884, de 19 de setembro de 2019 - Associação O Bom Pastor de Amparo Social, no município de Presidente Bernardes - SP;
- 24 - Portaria nº 4.944, de 19 de setembro de 2019 - Associação Beneficente Maria Pinto, no município de Caucaia - CE;
- 25 - Portaria nº 4.969, de 24 de setembro de 2019 - Associação Palmarense Rádio Comunitária, no município de Palmares do Sul - RS;
- 26 - Portaria nº 4.970, de 24 de setembro de 2019 - Associação Cultural e Comunitária de Itaberaí, no município de Itaberaí - GO;
- 27 - Portaria nº 4.973, de 24 de setembro de 2019 - Associação Rádio Comunitária de São José dos Pinhais, no município de São José dos Pinhais - PR;
- 28 - Portaria nº 5.176, de 4 de outubro de 2019 - Fundação de Cooperação e Desenvolvimento, no município de Massapê - CE;
- 29 - Portaria nº 5.177, de 4 de outubro de 2019 - Associação dos Moradores do Bairro Asa Norte e Bom Sucesso, no município de Imperatriz - MA; e
- 30 - Portaria nº 5.180, de 4 de outubro de 2019 - Rádio Comunitária Wagner FM, no município de Wagner - BA.

Brasília, 21 de julho de 2021.

 **SERPRO**  
Assinado digitalmente por:  
JAIR MESSIAS BOLSONARO



Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :  
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>



Brasília, 16 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.050447/2012-38, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre, inscrita no CNPJ nº 02.843.454/0001-50, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 20 de dezembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campo Alegre, estado de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 24518/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5956, de 22/11/2018, publicada no Diário Oficial da União de 30/11/2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*





## PORTARIA Nº 5956/2018/SEI-MCTIC

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000865/1998 e nº 53000.050447/2012-38, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE (CNPJ nº 02.843.454/0001-50), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campo Alegre / SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 22/11/2018, às 12:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3563433** e o código CRC **E226E260**.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 649/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias n<sup>os</sup> 2.992, de 2015; 2.488 e 5.232, de 2017; 1.023, 1.257, 5.956 e 5.964, de 2018; 4.099, 4.311, 4.714, 4.717, 4.720, 4.749, 4.750, 4.757, 4.760, 4.762, 4.763, 4.764, 4.873, 4.874, 4.881, 4.884, 4.944, 4.969, 4.970, 4.973, 5.176, 5.177 e 5.180, de 2019.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.007034/2013-14

SEI nº 2743324

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 39333/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.050447/2012-38.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 16/10/2019, às 15:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4746716** e o código CRC **A2839C46**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES**  
**PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

Protocolo nº: **53000.050447/2012-38**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 26 de maio de 2014, na unidade CGRC/DEOC/SCE.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço**, em 26/05/2014, às 09:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0007795** e o código CRC **C1799DC0**.



## INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
<b>Nº Processo:</b>	53000.050447/2012-38
<b>Interessado:</b>	Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre
<b>Setor:</b>	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
<b>CNPJ:</b>	02.843.454/0001-50
<b>Serviço:</b>	Radiodifusão Comunitária
<b>UF:</b>	SC
<b>Localidade:</b>	Campo Alegre
<b>Tipo:</b>	Renovação - Rádio Comunitária
<b>Número do Tipo:</b>	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais



436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 07/12/2018, às 17:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3660209** e o código CRC **10AA238**.

**Referência:** Processo nº 53000.050447/2012-38

SEI nº 3660209





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.050447/2012-38

(Processo de Outorga nº 53820.000865/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre-ACC**, sediada na localidade de **Campo Alegre/SC**, tem validade até 20/12/2012, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 14 de janeiro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
**NATÁLIA FROEMMING**  
Chefe de Serviço



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**DELEGACIA REGIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA**



Memorando n.º 517/2012 – DRMC-SC/MC.

Florianópolis, 23 de outubro de 2012.

Ao Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC/DEOC/ SCE – MC.

Assunto: **Encaminha documentação.**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 050447/2012-38

DRMC/SC

23/10/2012-14:53

CGRC


Senhor Coordenador,

Encaminhamos a Vossa Senhoria a documentação abaixo relacionada objetivando providências dessa Coordenação.

N. Protocolo	Assunto	Entidade - Localidade / UF
53000.049218/2012-71	RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA.	ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACC. - CAMPO ALEGRE / SC.

Atenciosamente,

p/

  
**MARCELO JOSÉ DUQUE**  
Delegado Regional  
Substituto

*Argélia Diniz Schramm*  
Analista Técnico-Administrativo  
DRMC - 04 / Matrícula 1786788





Ofício ACC-018/2012

Campo Alegre/SC, 10 de outubro de 2012

**Para:**

**Delegacia Regional do Ministério das Comunicações/SC**

Praça XV de Novembro, 242 - 1º Andar Sala 107 – Centro

**Florianópolis/SC - CEP 88010-970**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 049218/2012-71

DRMC/SC

16/10/2012-17:06

Senhor Chefe,

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DA RADIO COMUNITARIA DA ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE – ACC – VENCIMENTO 26/10/2012** – Tendo em conta que, conforme registros constantes do site da ANATEL a outorga da nossa Rádio Comunitária, vence no dia 26/10/2012, e até a presente data não recebemos comunicação com as instruções e documentação necessária para a renovação da outorga, solicitamos encaminhamento da documentação instrutória para renovação da outorga da Radio Comunitária Cidade de Campo Alegre – ACC, FM 87,9Mhz, CNPJ 02.843.454/0001-50, situada à Rua Vicente Pereira Neto, nº 138, Bairro Belo Horizonte, cidade de Campo Alegre/SC, CEP 89,2904-000.

No aguardo da documentação instrutória, enviamos

Cordiais Saudações

  
Edithe Maricler Virmond

Presidente



Associação de Comunicações Comunitárias  
 de Campo Alegre - AC  
 Rádio Círculo FM 87.9 MHz  
 Rua Vinte e Nove de Abril, 138  
 Bairro Vila Heliópolis  
 Campo Alegre - CEP 92.940-000



Regional do Ministério das Comunicações/SC  
 XV de Novembro, 242 - 1º andar - Sala 107



PINHO POLIS/SC - CEP 88010-970







MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.062049/2012-64

(Processo de Outorga nº 53820.000865/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre**, sediada na localidade de **Campo Alegre / SC**, tem validade até 20/12/2012, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 15 de janeiro de 2013.

  
NATÁLIA FROEMMING  
Chefe de Serviço



LDD

53820.000865/98

RADCOM/SEVEX



**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre , inscrita no CNPJ sob o nº02.843.454./0001-50 , com sede à Rua Vicente Pereira Neto – Nº 138 – Bairro Centro – , na cidade de Campo Alegre , Estado Santa Catarina , CEP 89294-000 , entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 739 datada de 12/12/2000 e Decreto Legislativo nº 433 publicado no Diário Oficial da União datado de 20/12/2002 , vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Campo Alegre/SC , 04 de Dezembro de 2012.  
(local e data)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRÁSILIA - DF

53000 062049/2012-64

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

18/12/2012-09:43 - 8604c

(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: Edithe Maricler Virmond .

CPF: 694.314.779 -04 .





RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações ( Anexo 12);
2 -Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:  7.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;  7.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;  7.3) Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;
8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;
9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora
10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede
11 - laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
12 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
13 - Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente deste ato.





Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

---

(assinatura do representante legal da entidade)

Endereço para correspondência : Rua Vicente Pereira Neto - nº 138 – Bairro Centro, na cidade de Campo Alegre , Estado Santa Catarina , CEP 89294-000.

Correio eletrônico (e-mail) [marivirmond@hotmail.com](mailto:marivirmond@hotmail.com)





## DECLARAÇÃO

Declaramos , para fins de prova , junto ao Ministério das Comunicações , sob as penas da lei , que a Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre , executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, utilizando o Canal 200 , na localidade de Campo Alegre , Estado de Santa Catarina , encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Poder Concedente , de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente , constantes da respectiva licença de funcionamento da estação .

Outrossim , declaramos que a referida entidade está apta a ter sua outorga renovada por novo decênio , de acordo com o disposto no Decreto nº 88.066 , de 26 de janeiro de 1983 .

Localidade/Data : Campo Alegre/SC , 04 de Dezembro de 2012 .

---

Edithe Maricler Virmond .  
CPF: 694.314.779 -04 .



Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO :: Sistema de Consulta Débitos de FISTEL | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da Consulta



Consulta

## Relação de débitos para impressão do boleto

[Detalhes dos Débitos:](#)[Data para pagamento informada : 04/12/2012](#)

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!

### Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)  
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)  
RJ - Lançamento com Recurso Judicial  
RN - Lançamento com Recurso Denegado  
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União  
CD - Lançamento Inscrito no CADIN  
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral



**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>	
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> <b>02.843.454/0001-50</b> <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		<b>DATA DE ABERTURA</b> <b>09/11/1998</b>
<b>NOME EMPRESARIAL</b> <b>ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE</b>			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> *****			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
<b>LOGRADOURO</b> <b>R GETULIO VARGAS</b>	<b>NÚMERO</b> <b>606</b>	<b>COMPLEMENTO</b>	
<b>CEP</b> <b>89.294-000</b>	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> <b>CENTRO</b>	<b>MUNICÍPIO</b> <b>CAMPO ALEGRE</b>	<b>UF</b> <b>SC</b>
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> <b>ATIVA</b>		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> <b>27/08/2005</b>	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **04/12/2012** às **10:25:38** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)



## ESTATUTO

### ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE/SC

#### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADES E DURAÇÃO.

**Art.1º.** A Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre – SC, de ora em diante referida apenas como A.C.C. é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos ou comerciais, com autonomia administrativa e financeira, fundada de fato em 10 de Junho de 1998 e, de direito a partir da data de registro que se processará no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas nos termos do artigo 19 do Código Civil Brasileiro, c/c 120 da Lei 6015 de 31/12/73 e art.71 parágrafo 4 da Lei 4215/63 com red. Da Lei 6884/80.

**Art.2º.** A ACC tem sede e foro na cidade de Campo Alegre, no estado de Santa Catarina, à rua Karl Dudda, s/n - Campo Alegre, mas sua área de atuação abrangerá o município de Campo Alegre e adjacências.

**Art.3º.** Constituem finalidades primordiais da ACC a prestação de serviços de utilidade pública de comunicação social comunitária com fundamento na Lei 9612/98 de 19/02/98, publicada no D.O.U de 20/02/98, no que se refere a implantação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, visando a organização e defesa dos direitos de cidadania da comunidade do Bairro Campo Alegre, atendendo ao disposto no 215 da Constituição Federal do Brasil de 1988, em consonância com normas universais previstas no artigo XIX da Declaração dos Direitos Humanos tendo sua programação diária o escopo de integralizar socialmente os cidadãos e as associações civis do município de Campo Alegre, visando contribuir para a formação de cidadania, anseios e aspirações da comunidade local, propondo-se à:

**I** – criar e manter equipamentos educacionais profissionalizantes, bem como buscar parcerias, e convênios com instituições públicas ou privadas, para treinamento, aperfeiçoamento e desenvolvimento de cursos e oficinas de formação continuada;

**II** – incentivar, divulgar, promover, diretamente ou através de parcerias, a criação de projetos de conscientização da defesa e proteção ao meio ambiente como forma primordial de qualidade de vida;

**III** – promover e realizar programas de animação cultural, através de campanhas, feiras, seminários, palestras, conferências, debates, simpósios, intercâmbios técnicas, estudos e pesquisas;

**IV** – promover, divulgar, incentivar produções independentes ou associadas, de amadores ou profissionais, de atividades artísticas em todas as suas formas de expressão;

**V** – criar e manter, ou promover parcerias e convênios, para a fundação de um Centro Cultural e Esportivo, para desenvolvimento de atividades artísticas e de incentivo à prática de diversas modalidades esportivas, como lazer ou profissionalizante;

**VI** – estimular o convívio social e a cultura, através da criação de biblioteca, gibiteca, videoteca, discoteca e brinquedoteca, fixas e ambulantes;

**VII** – criar e desenvolver atividades dirigidas à população de terceira idade que reconheçam e regatem o papel social do idoso, promovendo, assim, o exercício pleno de sua cidadania;



**VIII** – incentivar ou promover a criação, com a ajuda dos poderes públicos, de estatais, associações privadas ou organizações não governamentais, de:

- a) creches comunitárias;
- b) setores produtivos comunitários;
- c) áreas de atividades de lazer comunitárias;
- d) órgãos não governamentais de defesa do consumidor;
- e) órgãos de estudo de atendimento comunitário relativo às áreas de educação, trabalho, saúde, habitação, saneamento básico, transporte de segurança, e outros;



**IX** – divulgar as atividades dos poderes públicos relativamente à área comunitária, à cidade e aos cidadãos em geral, como conselhos comunitários (de abastecimento, segurança, saúde, da mulher, do idoso, dos menores), PROCON, DECON, delegacias especializadas e outros;

**X** – promover e divulgar as diversas formas de associações por cooperativas, como as de trabalho, habitação, serviços médicos, consumo, escolares, serviços de transporte, crédito, artesanato e outras;

**XI** – informar e divulgar a atuação, das associações de defesa dos direitos dos trabalhadores;

**XII** – promover, divulgar e incentivar as associações de empresários da região, visando fortalecer seu desenvolvimento econômico, bem como incentivar a criação de frentes alternativas de trabalho;

**XIII** – difundir os ideais da ACC, bem como leis, direitos e responsabilidades dos cidadãos, através da criação da emissora de radiodifusão comunitária, e/ou meios de comunicação comunitários ou não, podendo criá-los, mantê-los, e administrá-los através da Diretoria Executiva fiscalizado por um Conselho Comunitário de Comunicação Social, observados os preceitos legais.

**XIV** – atuar junto aos poderes públicos municipal, estadual, federal, ao setor privado e organizações não governamentais, no sentido de obter meios e cessão de uso de espaço públicos ou privado, a fim de se manter e de se administrar, por regulamentos específicos, aprovados em Assembléia Geral, bem como no sentido de manter e organizar as dependências que se fizerem necessárias aos seus propósitos.

**Art.4º.** O prazo de duração da ACC é indeterminado.

**Art.5º.** A ACC será regida por este estatuto, pelo regimento interno, aprovado pela diretoria, assembléia geral e pela legislação em vigente no que for aplicável.

**Art.6º.** Para a realização de seus objetivos sociais poderá a ACC estabelecer intercâmbios, firmar contratos assinar convênios com outras associações, entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais, órgãos governamentais, participar de asseos solidárias conjuntas, bem como efetivar trabalhos de atendimentos, ensino, pesquisa, participar na formação de pessoal técnico relacionado com seus fins, e conforme necessidade contratar e demitir funcionários.

**Art.7º.** A fim de cumprir suas finalidades, a ACC se organizará em unidades de prestação de serviços, denominados departamentos anexos como os CONSELHO GESTOR, e COMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL e quantos mais se fizerem necessários, que para desenvolver atividades peculiares, reger-se-ão por normas de funcionamento específicas e estarão sujeitas aos órgãos administrativos da ACC.

**Art.8º.** A ACC poderá contratar com terceiros a prestação de serviços técnicos especializados, consoante seus objetivos.



## CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

### Seção I

#### Da admissão, classificação, demissão, eliminação e exclusão:

**Art. 9º.** Podem associar-se à ACC, os munícipes residentes ou que desenvolvam atividades profissionais e econômicas na área de abrangência, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, classe social, concepção política, filosófica ou religiosa, aceitando as condições deste Estatuto e preenchendo um cadastro básico com seus dados pessoais.

**Parágrafo Único:** A ACC poderá cobrar de seus membros integrantes, em todas as suas categorias, uma contribuição mensal, que será destinada à manutenção, custo das suas atividades e sustentação física.

**I – ASSOCIADOS APOIADORES CULTURAIS:** Pessoas físicas ou jurídicas que em plena capacidade civil, expressem manifestação de vontade convergente, que desejem apenas contribuir com apoios culturais, sem participar de assembleias, reuniões ou decisões administrativas da associação, portanto não contando para efeitos de quorum, não tendo direito a voto e não contribuindo na forma do artigo 9º, parágrafo único.

**II – ASSOCIADOS FUNDADORES:** Pessoas físicas que assinaram a aprovação deste Estatuto, ou a Ata de sua constituição e que contribuam de modo relevante para o seu desenvolvimento, apoiando e participando de seus esforços, visando a realização de suas finalidades, contando para efeitos de quorum e tendo direito a voto e contribuindo na forma do Artigo 9º parágrafo único, para a manutenção da Associação.

**III – ASSOCIADOS CONTRIBUINTES:** Pessoas físicas ou jurídicas que tenham como principal objetivo o funcionamento de comunicação sonora, bem como o cumprimento de metas sociais de acordo com os seus objetivos, contando para efeitos de quorum, tendo direito a voto, e contribuindo na forma do Artigo 9º parágrafo único, para a manutenção da Associação.

**IV – ASSOCIADOS COMUNICADORES:** Pessoas físicas ou jurídicas que após apresentação de projeto de programação aprovado pela Diretoria receberão designação específica para o Departamento Social da ACC, contribuindo para a ACC com a execução do projeto aprovado, e serviços voluntários, não contando para efeitos de quorum, não tendo direito a voto e estando isentos da contribuição constante do Artigo 9º parágrafo único.

**Art. 11.** A demissão é o desligamento voluntário do associado de qualquer categoria e se dá mediante o seu pedido por escrito, encaminhado ao Presidente, que não poderá negá-lo.

**Art. 12.** A exclusão é o desligamento do associado de qualquer categoria e se dá por decisão da Diretoria, da qual cabe recurso à Assembleia Geral e será aplicada aos associados que:

- infringir este Estatuto, as normas Regimentais e decisões aprovadas pela Diretoria ou pela Assembleia Geral;
- inadimplência da contribuição prevista no artigo 9º, parágrafo único deste Estatuto por três meses seguidos;
- morte;
- incapacidade civil declarada por sentença judicial e não suprida;
- não atendimento aos requisitos exigidos para o ingresso e permanência na ACC.

**Art. 13.** A exclusão será precedida de:



- a) advertência por escrito, enviada mediante comprovação para os incisos "a", "b", "d", "e" do artigo anterior;
- b) prazo de 15 dias para regularizar sua situação no caso do inciso "b" do artigo 12 deste Estatuto e prazo de 15 dias para defesa nos incisos "a", "d", "e";
- c) no caso do inciso "c" do artigo anterior, a exclusão se dará por simples comunicação ou comprovação da ocorrência da morte do associado.

## Seção II

### Dos direitos deveres e responsabilidades



#### **Art. 14.** São direitos dos associados:

- a) apenas para os associados fundadores e contribuintes: participar, opinar e votar ou ser votado nas Assembléias Gerais, inclusive para eleição de membros da Diretoria e Conselho Fiscal, desde que estejam em dia com os compromissos financeiros à ACC e estejam associados à mais de 6 meses.
- b) Apresentar projetos, propostas, emendas a projetos e opinar decisivamente frente ao desenvolvimento dos trabalhos da ACC;
- c) Consultar livros e documentos da ACC;
- d) Solicitar esclarecimentos e informações sobre as atividades da ACC;
- e) Propor medidas que julgue de interesse para o aperfeiçoamento das atividades da ACC;
- f) demitir-se da ACC.

**Parágrafo Primeiro** – O associado que se cadastrar como ASSOCIADO COMUNICADOR CONTRIBUINTE não poderá reclamar direitos trabalhistas pelos serviços que sejam desempenhados na execução do programa que apresentou para executar e que foi devidamente aprovado pela Diretoria.

#### **Art. 15.** São deveres dos associados:

- a) empenhar-se de forma decidida para que a ACC cumpra seus objetivos;
- b) prestigiar com sua presença, ou por representação, eventos atividades programadas, especialmente quando forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades;
- c) satisfazer, na forma e tempo devido, seus compromisso para com a ACC;
- d) cumprir as disposições estatutárias, regimentais e resoluções da Diretoria;
- e) contribuir na forma prevista no artigo 9º parágrafo único deste estatuto.

#### **Art. 16.** Os recursos para a manutenção da ACC serão provenientes de:

- a) contribuições dos associados;
- b) apoios culturais;
- c) programas de incentivo à programação da ACC;
- d) convênios e parceiras;
- e) receitas de eventos culturais, artísticos, esportivos, bingos, almoços, jantares e assemelhados



- f) doações, auxílios, contribuições, subvenções;
- g) empréstimos autorizados pela Diretoria.

### **CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO**

**Art. 17.** O patrimônio da ACC será constituído por doações, legados, compra, venda, troca, permuta, cessão, ou outra forma de aquisição de ações, direitos e de bens, móveis, imóveis, materiais ou imateriais.

**Art. 18.** Os bens de propriedade da ACC serão utilizados e aplicados exclusivamente para a realização de seus objetivos, não podendo ser alienados ou agravados de qualquer ônus, senão após prévia autorização da Diretoria, nos termos deste estatuto

### **CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS**

**Art. 19.** A ACC tem como órgão deliberados e administrativos:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal.

### **CAPÍTULO V DA ASSEMBLÉIA GERAL**

#### **Seção I**

#### **Da constituição, funcionamento e atribuições**

**Art. 20.** A Assembléia Geral será constituída pelas categorias de associados fundadores e contribuintes.

**Art. 21.** A assembléia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano no mês de Março em lugar, dia, e hora determinados pela Diretoria, e, extraordinariamente, para discutir pauta previamente especificada, sempre que convocada pela Diretoria, ou por no mínimo 1/5 (um quinto) dos associados.

**Art. 22.** O quorum para a deliberação da Assembléia Geral em primeira convocação é de 2/3 (dois terços) dos associados com direito à voto.

**Parágrafo único** – Não sendo atingido o quorum mínimo definido neste artigo, a assembléia geral reunir-se-á quinze minutos após o horário marcado, com o número de associados presentes, nunca inferior a 1/5 (um quinto) dos associados com direito à voto e desde que esteja comprovada a existência de convocação de 80% (oitenta por cento) dos associados com direito a voto.



6  
11/10

**Art. 23.** A Assembléia Geral será convocada ordinariamente com antecedência mínima de 10 (dez) dias, e extraordinariamente com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, utilizando-se para tanto, correspondência enviada aos associados, mediante comprovação.

**Art. 24.** As reuniões da Assembléia Geral serão dirigidas pelo Presidente da ACC, cabendo ao secretário redigir a ata.

**Parágrafo único** – A Assembléia geral deliberará sempre por maioria simples de votos dos associados que estejam em dia com os compromissos financeiros à ACC e estejam associados à mais de 6 meses.

**Art. 25.** Compete privativamente à Assembléia Geral:

- a) eleger os membros da diretoria e conselho fiscal;
- b) destituir os membros da diretoria e conselho fiscal;
- c) validar a indicação de composição do Conselho Comunitário de Comunicação Social;
- d) aprovar as contas e o parecer do Conselho Fiscal;
- e) fixar valor e reajuste da contribuição dos associados;
- f) deliberar sobre a reforma deste Estatuto;
- g) deliberar sobre a extinção da ACC e destino do seu patrimônio;
- h) ocorrendo destituição ou renúncia que possa comprometer a regularidade da administração da ACC, designar diretoria provisória dentro de 30 (trinta) dias, que atuará até a eleição de nova diretoria, que se fará por Comissão eleitoral designada pela diretoria provisória, nos prazos fixados para as eleições;
- i) aprovar regimento interno;

**Parágrafo único** – Para as deliberações a que se referem as alíneas “b” e “f” é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

## Seção II Das eleições

**Art. 26.** Dentre os membros com capacidade civil absoluta e em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais, com prazo de pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para a posse da nova diretoria, serão indicados pela Diretoria Executiva, 3 (três) nomes para compor a Comissão Eleitoral a quem competirá:

- a) organizar o pleito que elegerá nova diretoria e conselho fiscal, promovendo a divulgação dos prazos previstos para o procedimento e fixando a data, horário e local para eleição;
- b) receber as inscrições de chapas, entre 20 (vinte) e 15 (quinze) dias antecedentes ao pleito;
- c) 2 (dois) dias após o recebimento das inscrições, publicar em mural na sede da Rádio a confirmação ou veto às chapas concorrentes, abrindo prazo de 2 (dois) dias a contar da publicação para recursos;
- d) encaminhar no recursos no prazo de 1 (um) dia útil à Diretoria em exercício, que terá 2 (dois) dias para decidir;

A



e) confirmar, após decisão recursal, as chapas concorrentes até 7 (sete) dias antecedentes ao pleito;

f) a posse será automática, 10 dias após o registro do resultado.

**Parágrafo Primeiro.** Havendo empate prevalecerá a chapa em que o presidente for mais idoso.

**Parágrafo Segundo.** A votação das chapas deverá ser pela forma secreta, através de cédulas.

**Art. 27.** Poderão candidatar-se para os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, associados que estejam em dia com seus direitos, deveres e contribuição, e que contem com mais de 06 (seis) meses de efetiva e ininterrupta atuação e contribuição para com a entidade.

**Parágrafo Segundo** – Deverão concorrer chapas completas para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, com exceção do cargo de Diretor Técnico, que será escolhido pela Diretoria eleita.

**Art. 28.** Têm direito a voto os associados fundadores e contribuintes que estejam em dia com seus direitos e deveres e com a contribuição prevista no artigo 9º, parágrafo único deste Estatuto, contanto com o mínimo de seis meses de contribuição e associação à ACC.

**Art. 29.** Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votantes presentes à eleição.

## CAPÍTULO VI DA DIRETORIA EXECUTIVA

**Art. 30.** A Diretoria Executiva é o órgão executivo da administração da ACC e é assim constituída:

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente;
- c) Secretário geral;
- d) Segundo secretário;
- e) Tesoureiro geral;
- f) Segundo tesoureiro;
- g) Diretor de Comunicação;

**Parágrafo Único:** Na ausência, impedimento, renúncia ou falecimento isolada de um dos cargos de Presidente, Secretário Geral e Tesoureiro, assumirão, respectivamente, o Vice-Presidente, Segundo Secretário e Segundo Tesoureiro. Na ausência, impedimento ou falecimento isolada do Diretor de Comunicação ou de Vice-Presidente, Segundo Secretário e Segundo Tesoureiro já empossados nos cargos de Presidente, Secretário e Tesoureiro, caberá a Assembléia Geral eleger sucessor para completar a Diretoria ou Conselho Fiscal até o término do seu mandato.

**Art. 31.** Nas próximas eleições, os membros da Diretoria Executiva, serão eleitos para um período de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, observado o disposto no artigo 26.

**Art. 32.** A Diretoria reunir-se-á ordinariamente a cada 60 (sessenta) dias e, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo respectivo Presidente, por qualquer outro de seus membros, ou por solicitação do Conselho Fiscal.

**Parágrafo primeiro:** A Diretoria considerar-se-á reunida com a participação de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.



8  
B

**Parágrafo segundo:** Será lavrada ata de cada reunião, em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas por maioria simples de votos.

**Art. 33.** Além das atribuições que lhe são conferidas neste estatuto, compete à Diretoria:

- a) exercer a administração da ACC, fazer cumprir este estatuto e o regimento interno;
- b) elaborar e executar o programa anual de atividades;
- c) elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual e o respectivo demonstrativo de resultados do exercício findo;
- d) elaborar o orçamento das receitas e despesas para exercício seguinte;
- e) elaborar os regimentos internos da ACC e seus departamentos
- f) entrosar-se com instituições públicas e privadas, tanto no país, como no exterior, para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- g) propor à Assembléia Geral o valor da contribuição mensal dos sócios e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras
- h) promover medidas que possam conduzir a ACC à realização de suas finalidades;
- i) responsabilizar-se pelo patrimônio da ACC e admitir e demitir funcionários;
- j) deliberar sobre a admissão, demissão e punição de sócios;
- k) criar e instalar órgãos de assessoria, necessários ao desenvolvimento da ACC;
- l) deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral;
- m) estabelecer, em instruções ou regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abusos cometidos contra disposições da lei, deste Estatuto ou das normas de relacionamento com a Sociedade, que vierem a ser expedidos de suas reuniões.



**Art. 34.** Compete ao Diretor Presidente :

- a) representar a ACC ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele;
- b) administrar a ACC conjuntamente com os demais membros da Diretoria, obedecendo este estatuto e os demais regimentos internos objetivando a realização das finalidades sociais;
- c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- d) dirigir e supervisionar todas as atividades da ACC;
- e) presidir a Assembléia Geral;
- f) assinar convênios, contratos, intercâmbios conjuntamente com o Secretário Geral, assinar qualquer documento que impliquem em responsabilidade financeira da ACC, bem como assinar cheques e movimentar contas bancárias, conjuntamente com o Tesoureiro Geral;
- g) realizar, mediante aprovação da Diretoria, a contratação de pessoal, empréstimos e outras obrigações pecuniárias.

**Art. 35.** Compete ao Vice-Presidente:

- a) assessorar o Presidente no exercício de suas funções;
- b) substituir o Presidente em seus eventuais impedimentos;
- c) outras funções que venham ser estabelecidas no regimento interno.

**Art. 36.** Compete ao Secretário Geral:

B



- a) administrar as ações da ACC conjuntamente com os demais membros da Diretoria;
- b) assinar a correspondência da Diretoria e expedir convocações da Assembléia Geral;
- c) atuar nas programações que visem a realização dos objetivos da ACC;
- d) secretariar as reuniões das Assembléias Gerais e da Diretoria e redigir atas;
- e) manter organizada a secretaria, com os respectivos livros, arquivos, e correspondências;
- f) atualizar e manter sob sua guarda os livros de atas das reuniões da Diretoria Executiva e das Assembléias Gerais;
- g) registrar e manter atualizados o cadastro dos sócios, bem como o quadro social;
- h) assinar conjuntamente com o presidente, admissão de novos sócios, contratos, convênio e intercâmbios.

**Art. 37.** Compete ao Segundo secretário:

- a) assessorar o Secretário Geral no exercício em suas funções;
- b) substituir o secretário geral em seus eventuais impedimentos;
- c) outras atribuições que sejam estabelecidas no regimento interno.

**Art. 38.** Compete ao tesoureiro geral:

- a) arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos efetuados à associação, mantendo em dia a escrituração;
- b) zelar pela quitação e recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, de responsabilidade da ACC, conferindo ou impugnando contas e cálculos a este relativos;
- c) apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitadas;
- d) apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
- e) apresentar semestralmente o balancete de receitas e despesas ao Conselho Fiscal;
- f) manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- g) conservar em sua guarda e responsabilidade todos os documentos relativos à tesouraria;
- h) assinar em conjunto com presidente todos os cheques emitidos pela associação.

**Art. 39.** Compete ao Segundo tesoureiro:

- a) assessorar o tesoureiro geral no exercício de suas funções;
- b) substituir o tesoureiro geral em seus eventuais impedimentos;
- c) outras atribuições que sejam estabelecidas pelo regimento interno.

**Art. 40.** Compete ao diretor de comunicação:

- a) responsabilizar-se pelo departamento de comunicação, quando da instalação do serviço de radiodifusão comunitário, bem como formar quantos departamentos forem necessários ao desenvolvimento do serviço, desde que, os demais membros da diretoria assim o referendam;
- b) supervisionar, durante a programação diária, a manutenção do código de ética, bem como os princípios da lei de imprensa, ministrando mensalmente aos seus subordinados palestras sobre ambos os tópicos, bem como adverti-los e se necessário, vetar tais programadores;
- c) elaborar e supervisionar o cumprimento da grade de programação, que deverá destinar exclusivamente à comunidade 6 (seis) minutos à cada hora, bem como promover a cultura nacional, e demais objetivos constantes no artigo 3º retro;



d) analisar as notícias enviadas para a confecção de BIC's (Boletins Informativos Comunitários), que estando em desacordo com os princípios deste estatuto, deverão ser vetadas e enviadas à coordenadoria do Conselho Comunitário de Comunicação Social para notificação de seus autores.

## CAPÍTULO VII DO CONSELHO FISCAL



**Art. 41.** O conselho fiscal será constituído por 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, de reconhecida idoneidade, que a partir das próximas eleições cumprirão um mandato de 02 (dois) anos com direito à reeleição.

**Parágrafo Único.** Na ausência, impedimento, renúncia ou falecimento de um dos membros titulares, assumirá o 1º suplente e sucessivamente o 2º suplente, e se houver necessidade, caberá à assembléia eleger sucessor.

**Art. 42.** O conselho fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 06 (seis) meses e extraordinariamente, sempre que necessário, sendo lavrada ata de cada reunião, em livro próprio, nos quais serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

**Parágrafo Primeiro:** Em sua primeira reunião escolherá dentre seus membros efetivos um coordenador, incumbido de convocar e dirigir os trabalhos destas e um secretário.

**Parágrafo Segundo:** As reuniões poderão ser convocadas ainda por qualquer de seus membros, por solicitação da diretoria executiva ou da assembléia geral.

**Parágrafo Terceiro:** Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos pelo secretário e na ausência deste também, pelo membro efetivo remanescente.

**Parágrafo Quarto:** As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata lavrada em livro próprio, que, após sua leitura deverá ser assinada por todos os membros presentes.

**Art. 43.** Compete ao conselho fiscal:

- a) examinar os documentos e livros de escrituração da entidade;
- b) examinar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro, opinando a respeito;
- c) apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da diretoria;
- d) opinar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens pertencentes à associação;
- e) fiscalizar os atos da diretoria e dos conselhos anexos na esfera contábil, verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- f) deliberar sobre as subvenções outorgadas pela ACC aos conselhos anexos denunciando a assembléia geral quaisquer irregularidades verificadas;
- g) acompanhar o cumprimento da política financeira e de recursos humanos estabelecidos pela diretoria executiva.

## CAPÍTULO VIII DO CONSELHO GESTOR

A



**Art. 44.** O conselho gestor será instituído após a implantação do serviço de radiodifusão comunitária conforme artigo terceiro retro, e compor-se-á pelos anexos departamento de comunicação e departamento artístico, que agindo em uníssono visarão a organização da programação social e artística na área de comunicação comunitária em consonância com o artigo 220 da Constituição Federal do Brasil.

**Parágrafo Único.** O mandato do conselho gestor será de 04 (quatro) anos com direito à reeleição.

**Art. 45.** O departamento de comunicação será presidido pelo diretor de comunicação, para o qual a assembléia geral elegerá 01 suplente que faça parte da diretoria executiva ou do conselho fiscal, podendo conforme necessidade compor-se por mais membros, conforme artigo 41, inciso a, ao qual compete analisar o teor da programação social a ser levada ao ar, com base no código de ética e lei de imprensa, observando os valores éticos da pessoa e da família, com poderes de veto sobre qualquer fundo tendencioso que esteja em desacordo com o disposto no artigo 3º retro, devendo reunir-se ordinariamente a cada sete dias, e extraordinariamente a qualquer tempo, sempre que convocado por qualquer dos membros participantes, cuja ata deverá ser registrada em livro próprio e assinada por todos os membros presentes.

**Parágrafo Primeiro.** As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros votantes, lavradas em livro próprio.

**Parágrafo Segundo.** Quaisquer deliberações que envolvam veto deverão ser submetidas imediatamente ao conselho comunitário.

**Art. 46.** O departamento artístico compor-se-á por um membro efetivo e um membro suplente, que façam parte da diretoria executiva ou conselho fiscal, ao qual compete elaborar o sistema de programação musical, visando a divulgação da cultura nacional, promovendo novos artistas (escritores, poetas, artesão, instrumentistas, etc.) e promoverá a integração social de sua área de atuação, estando subordinado ao diretor de comunicação.

**Parágrafo Primeiro.** As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros votantes, lavradas em livro próprio.

**Parágrafo Segundo.** Quaisquer deliberações que incluam veiculação inédita ou estranha à programação deverão ser submetidas ao departamento de comunicação.

## CAPÍTULO IX

### DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Art. 47.** O conselho comunitário de comunicação social será composto por cinco membros efetivos, representantes de cinco distintas entidades formalizadas na área de abrangência da ACC, tais como, de moradores, associações de classe, beneméritas, filantrópicas, assistenciais, religiosas, desde que legalmente instituídas, indicadas pela diretoria e referendados pela assembléia geral, funcionará com formação de quadro efetivo de direção, reger-se-á por normatização de funcionamento interna própria.

**Parágrafo Único.** O mandato do conselho comunitário de comunicação social será de quatro anos, com direito à reeleição.

**Art. 48.** Ao conselho comunitário de comunicação social competirá as seguintes atribuições:

a) primordialmente atuará junto ao departamento de comunicação, acompanhando a programação, visando atender aos interesses da comunidade, fazendo com que a mesma respeite os valores éticos da pessoa e da família;



12  
19/6

b) buscar e selecionar notícias das entidades integrantes e de seus beneficiados que sejam de interesse da comunidade para a elaboração de BIC's (Boletins Informativos Comunitários), que serão parte integrante obrigatória da programação diária;

c) notificado sobre decisões que envolverem veto por parte do departamento de comunicação ao analisar notícias de fundo tendenciosa, notificará aos autores por escrito o motivo da recusa da veiculação, tendo o autor 30 (trinta) dias para manifestar sua defesa;

d) manter um plantão ininterrupto para pronta recepção de pedidos de veiculação dos munícipes da região atendida, de forma a atuar decididamente como porta voz da comunidade.

**Art. 49.** O conselho comunitário de comunicação social reunir-se-á ordinariamente a cada 30 (trinta) dias e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação de qualquer dos seus membros, pelo departamento de comunicação, ou pela diretoria executiva da ACC, devendo suas reuniões e suas opiniões constar de atas lavradas em livro próprio que deverá ser assinada por todos os membros presentes.

## **CAPÍTULO X DA CONTABILIDADE**

**Art. 50.** A contabilidade da ACC obedecerá às disposições legais ou normativas vigentes e tanto ela como os demais registros obrigatórios deverão ser mantidos em perfeita ordem e em dia.

**Parágrafo Único.** As contas sempre que possível, serão apuradas Segundo a natureza das operações e serviços e o balanço geral será levantado a 31 de Dezembro de cada ano.

## **CAPÍTULO XI DOS LIVROS**

**Art. 51.** A associação deverá ter:

- a) livro de matrícula de associados;
- b) livro de atas da reunião da diretoria;
- c) livro de atas da reunião do conselho fiscal;
- d) livro de atas da assembléia geral;
- e) livro de presença dos associados em assembléias gerais;
- f) livro de atas de reunião do corpo diretivo;
- g) livro caixa;
- h) outros livros fiscais, contábeis, etc, exigidos pela lei e/ou regimento interno.

## **CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 52.** Os funcionários que forem admitidos para prestarem serviços profissionais à associação, serão regidos pela consolidação das leis trabalhistas.

A



**Art. 53.** É vedada a remuneração dos cargos da diretoria e do conselho fiscal, bonificações ou vantagens à dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto, salvo verba de representação.

**Art. 54.** A ACC não distribuirá dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no seu resultado, aplicando totalmente o superávit eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas atividades sociais.

**Art. 55.** A ACC poderá aplicar sua receita em programas sociais, culturais, artísticos, esportivos, como forma de incentivo.

**Art. 57.** Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos por votação da Diretoria, que fará arquivo de Resoluções que decidiram sobre casos omissos e sobre outras situações importantes para a administração da ACC, numerando-os cronologicamente.

**Art. 58.** A ACC poderá inserir na programação de radiodifusão programas para religiões e partidos políticos, desde que em igualdade de oportunidade e condições.

**Art. 59.** Os bens da ACC serão utilizados nas condições estabelecidas neste estatuto.

**Art. 60.** Constatando-se a impossibilidade de continuar funcionando a ACC, esta será extinta por iniciativa da Assembléia Geral, nos termos deste estatuto. Neste caso, seu patrimônio será transferido para outra entidade congênere devidamente reconhecida e com objetivos sociais compatíveis com os da ACC.

**Parágrafo Único.** A ACC somente será extinta por deliberação, de, no mínimo, dois terços dos seus associados votantes presentes, para tal fim convocados em Assembléia Geral.

**Art. 61.** Os associados da ACC não respondem judicialmente, extrajudicialmente ou subsidiariamente pelas obrigações da entidade.

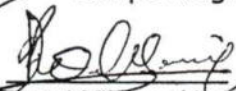
**Art. 62.** A eleição da primeira Diretoria da ACC, do primeiro Conselho Fiscal e de seus respectivos suplentes será efetivada por maioria simples de votos dos sócios fundadores que se inscreverem a aprovação deste estatuto, ou que assinem a Ata de sua fundação.

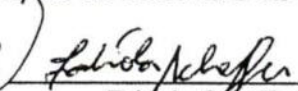
**Parágrafo Primeiro.** Os Conselhos Gestor, e Comunitário de Comunicação Social, serão eleitos no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o registro deste estatuto, e em idênticas condições da primeira Diretoria Executiva nos termos deste artigo.

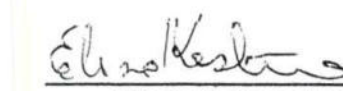
**Parágrafo Segundo.** Havendo ausência de representação para eleição de quaisquer dos cargos citados acima, caberá aos membros da Diretoria Executiva e a Assembléia Geral providenciar nova convocação, com prazo inferior a 90 (noventa) dias para promover a ocupação dos membros.

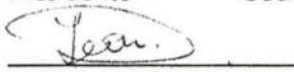
**Art. 63.** O presente Estatuto entra em vigor na data de seu registro no Cartório de registro das Pessoas Jurídicas, nos termos da lei em vigor.

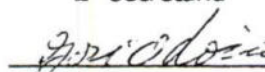
Campo Alegre, 23 de Setembro de 2003.

  
Ronel Milchevski  
Presidente

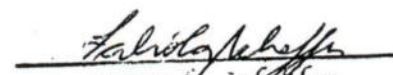
  
Fabiola Scheffer  
Secretária Geral

  
Elizabeth Kesting  
2ª secretária

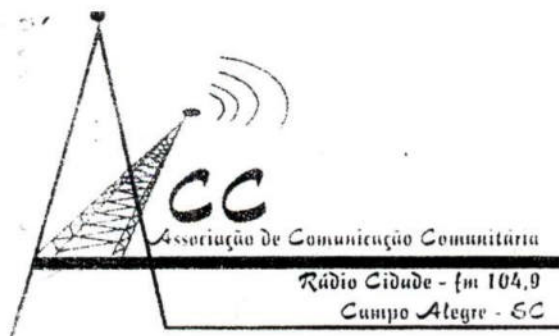
  
Leonice Rosário da Cruz  
Tesoureiro Geral

  
José Odorico Munhoz  
2º Tesoureiro

  
Nédia Maria Scheffer  
Diretora de Comunicação

  
Fabiola Scheffer  
OAB/SC 16.929





Rádio Cidade - fm 104,9  
Campo Alegre - SC



MAFALDA TREML HÜMMELGEN  
Oficial do Registro Civil, Títulos e Documentos  
CPF: 633.357.359-00  
São Bento do Sul - Santa Catarina

Rua Vicente Pereira Neto, 138 - 89294-000 - Campo Alegre  
Fone: 47 3632-1289

Campo Alegre, SC, 02 de setembro de 2008

Ao  
Cartório de Registro Civil, títulos e documentos  
SÃO BENTO DO SUL - SC

Prezada Oficial.

**ASSUNTO: REQUERIMENTO DE REGISTRO** – A Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre – ACC, vem, requerer averbação à margem do original, das alterações de seu estatuto, conforme Ata da Assembleia Geral de 24/05/2007, anexada ao presente requerimento, a seguir transcritas:

Nº do Registro do estatuto original: 455; folhas 208-209

Livro: A2

Data: 07/11/2003.

**1 -Redação original do artigo 2º:**

“Art.2º. A ACC tem sede e foro na cidade de Campo Alegre, no estado de Santa Catarina, à Rua Karl Dudda, s/n . Campo Alegre, mas sua área de atuação abrangerá o município de Campo Alegre e adjacências”.

**Nova redação do artigo 2º:**

“Art.2º. A ACC tem sede e foro na cidade de Campo Alegre, no estado de Santa Catarina, à Rua Vicente Pereira Neto, 138, mas sua área de atuação abrangerá o município de Campo Alegre e adjacências”.

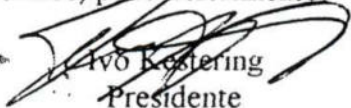
**2-Redação original do artigo 49º:**


Art. 49º. O Conselho Comunitário de Comunicação Social reunir-se-á, ordinariamente, a cada 30 (trinta) dias e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação de qualquer dos seus membros, pelo Departamento de Comunicação, ou pela Diretoria Executiva da ACC, devendo suas reuniões e suas opiniões constar de atas lavradas em livro próprio, que deverá ser assinado por todos os membros presentes.”


**Nova redação do artigo 49º:**

Art. 49º. O Conselho Comunitário de Comunicação Social reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação de qualquer dos seus membros, pelo Departamento de Comunicação, ou pela Diretoria Executiva da ACC, devendo suas reuniões e suas opiniões constar de atas lavradas em livro próprio, que deverá ser assinado por todos os membros presentes.”

Nestes termos, pede deferimento.

→   
Ivo Kesterling  
Presidente

  
Marieler Virmond  
Secretária

  
**Michel Ramos Hissa**  
Advocacia  
OAB/SC 16.252





ONATO - Fabiola Scheffer Brunquell  
C.A.O. Reprodução fiel do original apre-  
sentado, dou fé. Campo Alegre, 22 de  
2007. Em Teste da verdade  
Maurício Brunella Escrivão Jurementado

MATILDA TREML HUMMELSEN  
Oficial do Registro Civil, Títulos e Documentos  
CPF: 633.357.359-00  
São Bento do Sul - Santa Catarina

4



nde  
José  
do  
ica  
seguiu  
Henri  
anche,  
tor de  
ores).  
o R. Hig.  
nicial  
Lisabeth  
ritou  
cões,  
te as-  
instituiu

Pro Kesteriupp  
GILSON BRUNQUELL

201 Fabiola Scheffer Brunquell pro quill

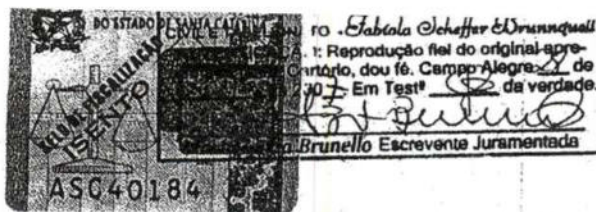
Marcio José Romasky  
23 Adalberto José Gama

Conforme procuração apresentada a esta Comissão e  
os Senhores Gervulino Abreu da Silva, Cleandro Pauli,  
José Cidreira Muniz votaram 2 vezes representando  
pessoas diferentes. Encerrada a votação precedente  
a abertura da urna e contagem dos votos. Votaram  
(vinte e três) associados votantes mais três votos dos eleitos  
que apresentaram procuração, conforme acima citados, total  
sendo 26 votos válidos. Destes, 26 votos (vinte e seis votos),  
a chapa única anteriormente citada, ficando eleito  
unanimidade, para o biênio 2006/2008. Tendo em vista  
na forma do artigo 26 F a posse ficaria para o dia 24  
e visto a dificuldade para o fechamento do bal-  
ete de agosto/2006 a assembleia ficou a posse para o  
1º de setembro de 2006. Em tempo, a assembleia iniciou-  
se às 19:30, e não como consta no início da ata.

Ata da Assembleia Geral  
Extraordinária da Associação de Comunidade  
Paroquiais de Grupo Alípio, realizada em  
24 de maio de 2007.

Das vinte e quatro horas e  
minutos de maio de 2007 de dois mil e sete, às dez  
horas e vinte minutos, em segunda convocação  
com número de associados com direito a voto  
superior a 1/5 (um quinto), em cumprimento  
parágrafo único do artigo 22 do Estatuto, a presidente  
abriu a reunião, informando a ordem do dia da  
convocação da Assembleia Geral. pauta: Conselho  
regulamentar e disposição estatutária, prestação de contas,  
exercício de dois mil e seis, programação do ano





nova sede da Associação e da presidir. a seguir  
presidentti, Sra. Fabiola Scheffer Brunnequell passou  
a palavra para o Tesoureiro, Sr. Elson Hansen  
apresentou as contas do exercício de 2006, que  
iniciou com R\$ 4.539,66 (quatro mil, quinhentos  
e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos) em  
saida, e Terminou o ano com R\$ 7.123,28 (sete  
mil, cento e vinte e três reais, vinte e oito centavos)  
Informou o Tesoureiro que em dezembro/2006 foi  
adquirido um aparelho Transmissor reserva, no  
valor de R\$ 1.888,00 (um mil, oitocentos e oitenta e  
oito reais), cumprindo exigência da própria  
Unatel. Na sequência foi solicitada a manifesta-  
ção do Conselho Fiscal que, na palavra do  
Sr. Alderico Gosi Dama, presidente do Conselho  
Fiscal, leu o parecer favorável do Conselho  
Fiscal para aprovação por unanimidade e  
sem ressalvas, das contas do exercício de  
2006, e entregou o parecer por escrito para  
a Diretoria. E seguir, a Presidente colocou  
em votação e as contas foram aprovadas  
por unanimidade pelos associados presentes.  
Depois sequência, a Presidente passou a palavra  
à Diretora de Comunicação Sra. Nidia Scheffer que  
explicou os objetivos do Conselho Comunitário  
e informou que no estatuto, artigo 49 o Conselho  
Comunitário deverá reunir-se a cada trinta  
dias e a Unatel exige uma reunião por  
ano. A Presidente colocou em votação a  
mudança no artigo 49, que foi aprovado  
por unanimidade e passa a ter a seguinte  
redação: "Artigo 49. o conselho comunitario de  
comunicação social reunir-se a, ordinariamente,  
uma vez por ano e, extraordinariamente, a



a  
assu  
consu  
que  
entos  
em  
sete  
tanos)  
foi  
na no  
ta e  
ia  
enfesta  
do  
selho  
selho  
cole e  
io de  
para  
loco  
olas  
is.  
sua  
que  
itário  
selho  
ta  
por  
a  
lo  
nte  
de  
nte,  
a

qualquer tempo por solicitação de qualquer dos membros, pelo departamento de comunicações, ou diretoria executiva da ACC, devendo suas reuniões suas opiniões constar de atas lavradas em livro próprio, que deverá ser assinada por todos os presentes." dando sequência à pauta, a diretoria de comunicações comunicou o novo programa, para parte da grade de comunicações da rede que terá o nome de "Espaço aberto para a comunidade" onde será aberto espaço para quem tiver interesse de divulgar assuntos relevantes entidades locais. Ensiando a pauta, a presidente Sr. Fabíola comunicou que a associação alugou uma casa na "Vila Ideide" para nova sede da associação e novos estudos de "Pódio cidade". O alíquel e a reforma da casa serão reportados com a ACIACA, que ocupará uma sala da casa e a sala de reuniões será conjunta. A diretoria de comunicações Sr. Nidia enfatizou que a ideia de rede conjunta para a ACC, a rede, a ACIACA e o CDL, foi de reunião conjunta e era aspiração destas entidades. Como a CDL tem espaço gratuito para sua atual, não optou por unir-se na rede conjunta. A seguir, a Presidente colocou em votação a mudança do artigo 2º e a sede da ACC, que foi aprovada por unanimidade e o artigo 2º passará a ter a seguinte redação: "Artigo 2º A ACC tem sede física na cidade de Campo Alegre, no estado de Santa Catarina, a rua Vicente Pereira Neto, nº 100 - Campo Alegre, mas sua área de atuação abrangera o município de Campo Alegre e adjacências". A seguir a diretoria de comunicações Sr. Nidia informou que a reforma teve o





DE PAZ DE CAMPO ALEGRE  
INATO - Fabíola Scheffer Brunquell  
AO: Reprodução fiel do original  
Cartão, datado de Campo Alegre, de  
2007. Em Teste da verdade.  
Fabíola Scheffer Brunquell  
Escritora Juramentada

WAFALDA TREMELLOTTI  
Oficial do Registro Civil, Titulos e Documentos  
CPF: 633.357.359-00  
São Bento do Sul - Santa Catarina



estas cobertas com patrocinios de empresários  
loais e de goinville que têm clorinas em  
bompo alegre se solidarizaram com os  
objetivos da ACC. Nada mais havendo a  
tratar a presidente encerrou a reunião e eu  
secretário, levei a presente ata que foi lida  
e atada conforme pelos presentes que abaixo  
assinam a presente ata. Em Tempo: leia-se "com os  
objetivos da ACC e da ACITCA"

- CRISTIAN STEINER (CONFLUENTES)
- João Kestering (Tesoureiro)
- AUGUSTO JACON (Comissão Interim)
- JOSEPHINA - Conselho Comunitário
- Ronei Michonky (V. presidente)
- Carlos Leal Bordon
- Kátia Lis Michonky - Paróquia St. Trindade - Kátia
- Gulaine Ciski - Paróquia St. Trindade
- Dina Gazi - Conselho Comunitário
- Carlos Alberto Gluciano - comunicador
- Aldrico José Lima - Conselho fiscal
- Marli Telma Martins - EEB Belém Rique
- Renilda Thourachka - associada
- EDUARDO NARUCK - COMUNICADOR
- Elisabete - Flore cultura Colce de
- Emanoel Pauli - ALIACA - ASSOC. EMPRESARIAL DE CAMPO ALEGRE
- Marcio José Romão - Associado
- Helio Kl - Diretor Comunicação
- ALDIR HOUWEN - tesoureiro
- Eliane de car. Santos - Secretária
- Fabíola Scheffer Brunquell - presidente

Michel Ramos Hiss  
Advocacia  
OAB/SC 16.252



AUTENTICAÇÃO 006981 - Autentico a presente cópia reprográfica, por ser uma  
reprodução fiel do documento original e com a qual conferi e dou fé.

Campo Alegre/SC, 19 de setembro de 2012

Obs:

Em test. de verdade: Sabrina Athena Peyri Neneve

Emolumentos R\$ 2,32 + selo R\$ 1,30 -- Total R\$ 3,62

Selo Digital de Fiscalização - Selo norma CUO28834-7M7F

Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



*Handwritten signature*

04.09.12  
04.09.14

## ATA DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA PARA O BIÊNIO 2012/2014.

Aos Quatro dias do Mes de Setembro de Dois Mil e Doze, em 1ª convocação, reuniram-se os associados da Associação de Comunicação Comunitária Rádio Cidade para deliberarem, bre a seguinte pauta: Prestação de Contas da diretoria atual; apresentação da chapa concorrente; votação e assuntos gerais. Dando início à reunião o Presidente, Sr. Luiz Kestelin, fez um breve relato de sua gestão, lembrando que a Rádio Cidade completa neste ano 10 anos de constituição legal e serviços prestados à comunidade campoalegrense. Sendo assim, após 10 anos é necessário encaminhar as ministérios das Comunicações e ANATEL a documentação para a licença definitiva. Comentou também da situação financeira da Rádio, fazendo um breve balanço, reforçando que as receitas no último biênio permaneceram sem um substancial crescimento embora as despesas com pessoal e manutenção tenham aumentado. Dubrossim, a abertura de uma Rádio Comercial na cidade influir de certa maneira fazendo com que diretoria procurasse enxugar as despesas e diminuir alguns horários com comunicador ao vivo. As despesas estão equilibradas de acordo com a receita atual tendo em caixa no momento R\$ 1556,25 (Hum Mil Quinhentos e cinquenta e Seis Reais, vinte e quatro Centavos). Durante esta gestão foram aprovados projetos que permitiriam o



AUTENTICAÇÃO 006981 - Autêntico a presente cópia reprográfica, por ser uma  
reprodução fiel do documento original e com a qual conferi e dou fé.

Campo Alegre/SC 19 de setembro de 2012

Obr

Em test. da verdade, Sabrina Athena Peyri Naveve

Emolumentos R\$ 2,32 + selo R\$ 1,30 -- Total R\$3,62

Selo Digital de Fiscalização - Selo norma CUO28836-4DG3

Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



*[Handwritten signature]*

quente resultado: 18 votos Sim, dando  
a aprovação unânime a nova diretoria.  
da sequência da reuniões o associado Roberto  
Duvovisin superou a revisão do estatuto  
dando direito aos comunicadores que são  
funcionários de associarem-se à Rádio  
e gozarem do que dispõe o estatuto. Out  
assunto apresentado pelo Presidente refere-se  
ao montante gasto quando da instalação  
da antena da Rádio e cujo despesa que  
totalizou R\$ 5.000,00 (Cinco mil Reais) cont  
com o empréstimo de R\$ 2.000,00 (Dois Mil  
Reais) feito pelo associado José Flávio Schiff  
Essa pendência persiste até hoje e foi  
colocada em discussão a forma de sa  
ná-la. Segundo o Dr. Flávio, ele fa  
a doação de R\$ 1.000,00 (Um mil) o restante  
ser pago segundo as condições da rád  
até o término da próxima gestão. A  
gestão foi aceita pela assembleia. Finalizando  
a assembleia o presidente passou a palavra  
Presidente Elvira Edith Maricler Simmond.  
Em Tempo: a doação feita pelo Dr. Flávio e  
de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais) o que liquid  
o débito da Rádio com o associado e será  
documentada mediante recibo na con  
bilidade. Nada mais havendo a tratar,  
foi encerrada a presente ata que se fe  
com as respectivas assinaturas.

Roberto Maria Schiff - Presidente - Secretária

*[Handwritten signatures of Roberto Maria Schiff, Elvira Edith Maricler Simmond, and others]*





# ATA DA POSSE DA DIRETORIA BIÊNIO 2012/2014

da Associação de Comunicações Comunitária de Campo Alegre - ACC. Cus quatro dias do mês de setembro de dois mil e doze, às vinte horas e trinta minutos, na sala do Espaço Cultural, situado à Avenida Getúlio Vargas, nº 606, Centro de Campo Alegre, imediatamente após o encerramento da Assembleia Geral, foi realizada a solenidade de posse da nova diretoria, com mandato até 31/08/2014. O Presidente Ivo Kesting encerra seu mandato reafirmando o empenho e a dedicação da Diretoria e funcionários em fazer a Rádio Comunitária um instrumento ao serviço da comunidade. Em seguida, deu posse à nova diretoria, entre todos os membros residentes em Campo Alegre/SC: Presidente: Edith Marichen Dammund, RG 1.198.820, CPF 04.314.729-04, brasileira, casada, aposentada, residente à Rua Altamiro Roberto Guimarães, nº 87; Vice-Presidente: Olina Catani, RG 244.879, CPF 00.237.279-75, brasileira, casada, marista, residente à Rua C. Rui Francisco, nº 409; 1ª Secretária: Suelen Cipriada de Cardade, RG 4.799.474, CPF 085.139.349-76, brasileira, solteira, maior, bancária, residente à Rua das Flores, nº 26, representando o Sindicato Credorante; 2ª Secretária: Nidia Maria Scheffer, RG 167.947, CPF 133.243.241-81, brasileira, casada, de lar, residente à Rua Benjamin Constant, nº 667; 1º Tesoureiro: Ivo Kesting, RG 187.204-4, CPF 093.003509-73, brasileiro, casado, bancário aposentado, residente à Rua Raimundo Gomes Montez, nº 55; 2º Tesoureiro: José Cristóvão, RG 1.090.760-2, CPF 609.813.701-00, brasileiro, divorciado, secretário executivo, residente à SC 425, 30, Itagard, representante da ACIACA. Conselho Fiscal: Fabíola Scheffer Brunquell, Luis Eduardo Dharha (Rep. Grupo Batista), Nivaldo Celazo (Rep. Corp. Prod. Made SA). Suplentes: Círculo Hamen (Repres. IEAS - Hospital São Luiz), José Flávio Scheffer e Cláudio José Dharha. Relatório de Comunicações: Jerson Fabiano de Souza Geronzi; Suplente Diretor de Comunicações: Ivo Kesting. A nova diretoria, depois, Presidente, Edith Marichen Dammund salientou que dará continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, pediu apoio de todos e prometeu empenho na direção da Associação de Comunicações Comunitária. Enfatizou ainda a Presidente que não fará mudanças significativas porque a programação da Rádio atende às necessidades da comunidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, secretária, lavrei a ata que foi lida e achada conforme.

Seguem as assinaturas dos presentes.

*[Assinaturas manuscritas dos presentes]*

ESCRIVANIA DE PAZ DE CAMPO ALEGRE/SC - REGISTRO CIVIL E TABELIONATO  
 Fabíola Scheffer Brunquell - Escrivã de Paz - Rua Getúlio Vargas, nº 449 - Centro - Cep  
 89294-000 - Campo Alegre - Estado de Santa Catarina - Fone (47) 3632-1955 -  
 cartorio.campoalegre@ig.com.br

AUTENTICAÇÃO 006981 - Autentico a presente cópia reprográfica, por ser uma reprodução fiel do documento original e com a qual conferi e dou fé.  
 Campo Alegre/SC, 19 de setembro de 2012

Obs:  
 Em test. da verdade, Sabrina Athena Peyri Neneve  
 Emolumentos R\$ 2,32 + selo R\$ 1,30 - Total R\$ 3,62  
 Selo Digital de Fiscalização - Selo norma CUO28837-YR8D  
 Confirma os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

*[Assinatura manuscrita]*





**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, Edithe Maricler Virmond (nome do representante), na qualidade de representante legal da Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre - SC (denominação da requerente), declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Campo Alegre/SC , 04 de Dezembro de 2012 .  
(local e data)

(assinatura do representante da entidade)





## **Declaração .**

Atesto para fins de Renovação de Outorga que as pessoas responsáveis pela gestão das atividades , pela área editorial e pela direção da programação da Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre são respectivamente :

Área Editorial: Jeison Fabiano de Souza Ossovski .  
CPF : 063.211.129 -17 .

Direção da Programação : Jeison Fabiano de Souza Ossovski .  
CPF: 063.211.129 -17 .

Campo Alegre/SC , 04 de Dezembro de 2012 .

\_\_\_\_\_  
Edithe Maricler Virmond .  
CPF: 694.314.779 -04 .





ERRATA DA ATA DE POSSE DA NOVA DIRETORIA BIÊNIO 2012/2014, Ata  
Associação de Comunicações Comunitária de Campo Alegre - ACC, Ata  
quatro de setembro de dois mil e doze. Para atendimento de exigência  
do Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas jurídicas, fica  
incluído na ata de Posse da Diretoria - Biênio 2012/2014, de 04/09/2012,  
os seguintes dados: Nome da associação: Associação de Comunicações Comuni-  
tária de Campo Alegre - ACC, CNPJ 02.843.454/0001-50, Endereço: Rua Ducente  
Pereira Neto, número cento e trinta e sete, Bairro Belo Horizonte, CEP 89.200-  
Campo Alegre/SC. Para que surta seus efeitos legais vai esta ata assinada  
por mim, secretária, pela presidente e demais membros presentes.

[Assinatura] [Assinatura] [Assinatura] [Assinatura]  
Márcia E. [Assinatura]

**REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA**

São Bento do Sul - SC

Rua Jorge Lacerda, 242 - Centro

Apresentado hoje para registro, Apontado sob nº 00002141, do protocolo 4,  
registrado no livro A-33, registro de Pessoas Jurídicas sob nº 00002518. São  
Bento do Sul, 20/09/2012.

Reg.: 0,00, Selo: 0,00, Total: 0,00

[Assinatura]  
Mafalda Tremil Hümmeigen  
Oficial

CLK34708 8E31

Confira em: [www.tjsc.jus.br/selo](http://www.tjsc.jus.br/selo)

Ata da Reunião do Conselho Comunitário da  
ACC - Rádio Cidade de Campo Alegre, no dia vinte e  
dois de outubro de dois mil e doze às dezoito horas  
em sua sede. Participaram O clube do Sdoso Amor  
e Esperança, Associação Póvil e Industrial, Assoc. de  
Moradores Bela Vista, Comunidade de Confissão Lou-  
terana. Cada representante avaliou a programação  
veiculada pela emissora e concluíram que a relação  
a grade de programas está correspondendo as  
necessidades da comunidade. Em  
[Assinatura]





## **Programação da Cidade FM**

### **PROGRAMAS AUTOMÁTICOS:**

#### **Domingo:**

00:00H às 05:00H – Madrugada Cidade;  
05:00H às 06:00H – Bom Dia Cidade;  
06:00H às 08:00H – Músicas Gaúchas, sertanejas e Bandas;  
13:00H às 17:00H – Clube 104;  
17:00H às 22:00H – Tarde Domingão;

#### **Segunda:**

00:00H às 07:00H – Madrugada Cidade;  
07:00H às 08:00H – Bom Dia Cidade;  
12:00H às 13:00H – Almoçando com música;

#### **Terça:**

00:00H às 07:00H – Madrugada Cidade;  
07:00H às 08:00H – Bom Dia Cidade;  
12:00H às 13:00H – Almoçando Com Música;

#### **Quarta:**

00:00H às 07:00H – Madrugada Cidade;  
07:00H às 08:00H – Bom Dia Cidade;  
12:00H às 13:00H – Almoçando com Música;

#### **Quinta:**

00:00H às 07:00H – Madrugada Cidade;  
07:00H às 08:00H – Bom Dia Cidade;

#### **Sexta:**





**00:00H às 07:00H – Madrugada Cidade;**  
**07:00H às 08:00H – Bom Dia Cidade;**

**Sábado:**

**00:00H às 06:00H – Madrugada Cidade;**  
**06:00H às 08:00H – Música gaúcha, Sertaneja e Banda;**  
**21:00 H às 22:00H - Dance Now;**  
**22:00H às 00:00H – Love Line;**

**MANHÃ LEGAL:**

**DE SEGUNDA A SEXTA DAS:**

**08:00H às 12:00H - Apresentação - DJ Welington**

**Musicas de todos os ritmos e estilos; Participação do ouvinte; Horóscopo do dia;**  
**Pechinchas da Cidade; Utilidade Pública; Bolsa de empregos; Aniversariantes; De olho na cidade; Tunel do tempo;**

**A VÓZ DO LEBON:**

**TODA QUARTA DAS:**

**09:30H às 10:00H - Apresentação - Alunos da Escola de Educação Básica Lebon Régis.**

**A VÓZ DO CAMPO:**

**TODA QUARTA FEIRA DAS:**

**12:30H às 13:00H - Apresentação - Equipe do Sindicato Rural de Campo Alegre.**

**MISTURA FINA:**

**TODA QUINTA FEIRA DAS:**

**12:15H às 13:00H - Apresentação - Nédia Scheffer**

**Músicas infantis; participação do ouvinte; sorteio de livros e brindes; e o que é o que é.**

**INFORMATIVO MUNICIPAL:**

**TODA SEXTA DAS:**

**12:15H às 12:30H - Apresentação - DJ Jeison Juntamente com equipe da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.**

**INFORMATIVO DA CIDADE:**

**TODA SEXTA DAS:**

**12:30H às 13:00H - Apresentação - Gabriel Engler.**

**Informações do Brasil, do mundo, da região e do município.**

**SHOW DA CIDADE:**

**DE SEGUNDA A SEXTA DAS:**

**13:00H às 17:00H - Apresentação Gabriel Engler**

**Músicas de todos os ritmos e estilos; Informativo da Hora; Aniversariantes do dia;**  
**Pechinchas da cidade; Utilidade Pública; Informações do Brasil e do mundo; Bolsa de Empregos; Sertanejão da Cidade;**





**BANDAS DA CIDADE:**  
**DE SEGUNDA A SEXTA DAS:**  
**17:00H às 17:30H - AUTOMÁTICO**  
**Somente Bandas do Sul do Brasil.**

**A HORA DO CHIMARRÃO:**  
**DE SEGUNDA A SEXTA DAS:**  
**17:30H às 19:00H - Apresentação Marcos**  
**Músicas Gaúchas, sertanejas e Bandas.**

**TRANSMISSÃO AO VIVO DAS SESSÕES DA CAMARA DE VEREADORES DE CAMPO**  
**ALEGRE:**  
**TODA SEGUNDA A PARTIR DAS 20:00H**

**A VÓZ DO BRASIL:**  
**DE SEGUNDA A SEXTA DAS 19:00H às 20:00H;**

**O SEMEADOR:**

**Entidades Religiosas de Campo Alegre:**

**Segunda: ASSEMBLÉIA DE DEUS - Das 21:00h às 22:00h**  
**Terça: IGREJA BATISTA DA PAZ - Das 19:00h às 20:00h**  
**Quinta: IGREJA LUTERANA - Das 06:00h às 7:00h**  
**Sexta: IGREJA CATÓLICA - Das 06:00h às 7:00h**  
**Sábado: IGREJA aDVENTISTA DO SÉTIMO DIA - Das 19:00h às 20:00h**

**BOA NOITE CIDADE:**  
**DE SEGUNDA A SEXTA DAS:**  
**21:00H às 22:00H**

**LOVE LINE:**  
**DE SEGUNDA A SEXTA DAS:**  
**22:00H às 00:00H.**

**PROGRAMAS INDEPENDENTES:**

**NOSSO ANDAR DIÁRIO - DE SEGUNDA A SÁBADO AO MEIO DIA.**  
**PANORAMA AGRÍCOLA - DE SEGUNDA A SEXTA A PARTIR DO MEIO DIA.**  
**PROSA RURAL - TODA TERÇA A PARTIR DAS 13:40H.**

**SÁBADOS**

**MANHÃS DA VIDA:**  
**TODOS SÁBADOS DAS:**  
**08:00H às 10:00H - APRESENTAÇÃO - MARICLER VIRMOND**  
**Músicas Românticas; participação do ouvinte; mensagens; sorteio de brindes.**





**PARADÃO DA CIDADE:**

**TODO SÁBADO DAS:**

**10:00H ÀS 12:00H - APRESENTAÇÃO GABRIEL ENGLER**

**Músicas de vários ritmos e estilos; participação do ouvinte.**

**RETRANSMISSÃO DAS SESSÕES DA CAMARA DE VEREADORES DE CAMPO ALEGRE**

**TODO SÁBADO A PARTIR DO MEIO DIA.**

**BALANÇA BRASIL:**

**TODO SÁBADO DAS:**

**13:00H ÀS 15:00H - APRESENTAÇÃO - JORGE LEMOS**

**Música Popular Brasileira; sorteio de brindes.**

**AGITA CIDADE:**

**TODO SÁBADO DAS:**

**15:00H ÀS 17:00H - AUTOMÁTICO**

**Músicas de todos os ritmos e estilos; as 10 melhores da semana;**

**SUPER SELEÇÃO MUSICAL:**

**TODO SÁBADO DAS:**

**17:00H ÀS 18:00H - APRESENTAÇÃO - FRÉDY**

**Música Popular Brasileira.**

**ARQUIVOS DO ROCK:**

**TODO SÁBADO DAS:**

**18:00H ÀS 19:00H - APRESENTAÇÃO - FRÉDY**

**Rock nacional e internacional de ontem e de hoje que fizeram e fazem sucesso.**

**DOMINGOS**

**TRANSMISSÃO DA SANTA MISSA:**

**TODO DOMINGO DAS:**

**08:00H ÀS 09:00H - TRANSMISSÃO DIRETO DA IGREJA MATRIZ SANTÍSSIMA TRINDADE DE CAMPO ALEGRE.**

**DOMINGÃO NA CIDADE:**

**TODO DOMINGO DAS:**

**09:00H ÀS 09:30H - APRESENTAÇÃO - LOCUTORES ALTERNADOS.**

**MÚSICAS GAÚCHAS, SERTANEJAS E BANDAS.**

**ESSÊNCIA CAMPEIRA:**

**TODO DOMINGO DAS:**

**09:30H ÀS 11:00H - APRESENTAÇÃO - LÉRCIO VIRMOND E CONVIDADOS.**

**ALMA DE VIOLA ALMA DE HISTÓRIA:**

**TODO DOMINGO DAS 11:00H ÀS 13:00H - AUTOMÁTICO**

**Musica caipira de viola, relembrando a raiz da música sertaneja.**





Associação de Comunicação Comunitária  
Cidade - SC  
Campo Alegre - SC

ASSOCIADO PESSOA JURIDICA	ENDEREÇO	CNPJ / RG
ACIACA-ASSOC.COML, INDL E AGROP DE C.ALEGRE	Rua Vicente Pereira Neto, 138, bairro Belo Horizonte.	79.367.017/0001-31
AÇOGUE AHENS	Av. Getulio Cargas, nr 385, centro	83.123.141/0001-29
CARTÓRIO CAMPO ALEGRE	Av. Getulio Vargas, nr 449, centro	83.787.333/0001-30
CLINICAMPO	Rua Pe. Luiz Gilg, nr 250, fundos	10.220.287/0001-19
CLUBE DO BAGAÇO	Rua da Cascata, nr 77, centro	02.071.526/0001-98
HOSPITAL SÃO LUIZ	Rua Pe. Luiz Gilg, nr 250, centro	86.552.809/0006-56
IGREJA CATÓLICA	Rua Pe. Luiz Gilg, nr 334, centro	84.708.478/0010-51
IGREJA EVANGELICA LUTERANA	Rua Cel. Bento de Amorim n Centro	83.788.034/0001-10
IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS	Rua Benjamin Constant n 304 Centro	08.752.069/0001-83
IGREJA BATISTA DA PAZ	Rua Sete de Setembro n 117 Centro	83.788.398/0001-08
IGREJA ADVENTISTA	Rua Cel. Raimundo Munhoz n 235 Centro	79.080.602/0041-43
LOJAS CERTA LTDA	Av. Getulio Vargas, 275, Centro	06.276.895/0002-59
LEIER ADMIN.PREST. SERVIÇOS	Av. Getulio Vargas, Centro	03.078.505/0002-48
PAULI PÃES E DOCES	Rua Pe. Luiz Gilg, nr 102, centro	83.173.807/0001-53
SALÃO NOVO HORIZONTE	Estrada Avenquinha, sn, Bairro Avenquinha	09.163.680/0001-39
SICOOB/CREDINORTE	Rua Cel Bento de Amorim n 457 Centro	81.011.686/0001-18
SIND. TRAB. RURAIS DE CA	Rua Pe. Jacob Lino Vier, 84, centro	82.767.583/0001-45
CLUBE DO IDOSO AMOR E ESPERAÇA	R. Cel. Raimundo Munhoz, 551, centro	01.654.475/0001-64
AUTO POSTO JK	Rodovia SC-301	76.856.822/0001-30
FECAMPO	Rodovia SC-301, nr. 8457, centro	83.788.216/0001-90
<b>ASSOCIADOS PESSOA FÍSICA</b>		
ALDO TOMAZ KARVAT	R. Laurentino B. Lima, 74, Cascatas	RG 870.743-6-SSP/SC
ALDÉRICO JOSÉ DANA	R. Cel. Bueno Franco, 736, Cascatas	RG 1.099.263-4-SSP/SC
JEISON FABIANO S. OSSOVSKI	Estrada Avenquinha, sn, Avenquinha	RG 4.593.871-7-SSP/SC
JOÃO NEI GRITTENS RIBEIRO	R. Maria D. Amorim, 104, centro	RG 2.737.420/SSP/SC
JOSÉ FLÁVIO SCHEFFER	R. Benjamin Constant, nr 667, centro	RG 9.099.03 - SSP/SC
MARCIO JOSÉ RONSKA	Rua Onório Roisler n 21 bairro Oxford. SBS	RG 3396,261-8 SSP/SC
EDITHE MARICLER VIRMOND	R. Altamiro L. Guimarães, 87, centro	RG 1.198.870-SSP/SC
MARIO HACK	R. Pe. Luiz Gilg, nr 334, centro	RG 480.367-SSP/SC
NÉDIA MARIA SCHEFFER	R. Benjamin Constant, nr 667, centro	RG 167.947-SSP/SC
OLDEMAR DUVOISIN JR	R. Nereu Ramos, 297, centro	RG 1.376.341-SSP/SC
OLIVA CATONI	R. Cel. Bueno Franco, 409, centro	RG 244.899-SSP/SC
ROBSON RICHARD DUVOISIN	R. Nereu Ramos, 297, centro	RG 2.373.498-SSP/SC
ROSILENE IDALÊNCIO	R. Leoberto Leal, 39, centro	RG 2.920.292-SSP/SC
IVO KESTERING	R. Raimundo G. Munhoz, 55, centro	RG 187.204-4-SSP/SC,
LAURINDO MAY	Av. Getulio Vargas, sn, centro	RG 173.023-SSP/SC
WOLFRAN BAHR	R. Carlos Schroeder, 276, Cascatas	RG 3.786.198-SSP/SC
SABRINA IDALÊNCIO		RG 4.780.325 SSP/SC

Campo Alegre/SC, 04 de dezembro de 2012

Edithe Maricler Virmond - Presidente





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 219/R-1.198.870

DATA DE EXPEDIÇÃO 13.05.1997

NOME EDITHE MARICELA VIRMOND

FILIAÇÃO Geraldo Föhner Filho

Romilda Odete Föhner

NATURALIDADE RIO NEGRINHO - SC

DATA DE NASCIMENTO 18.04.1950

DOC ORIGEM Cert. Cas. nº 3.292 Ltv. 14 Rts. 108v.

Cart. Pto Negrinho - SC

Cpf. 694.314.788

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



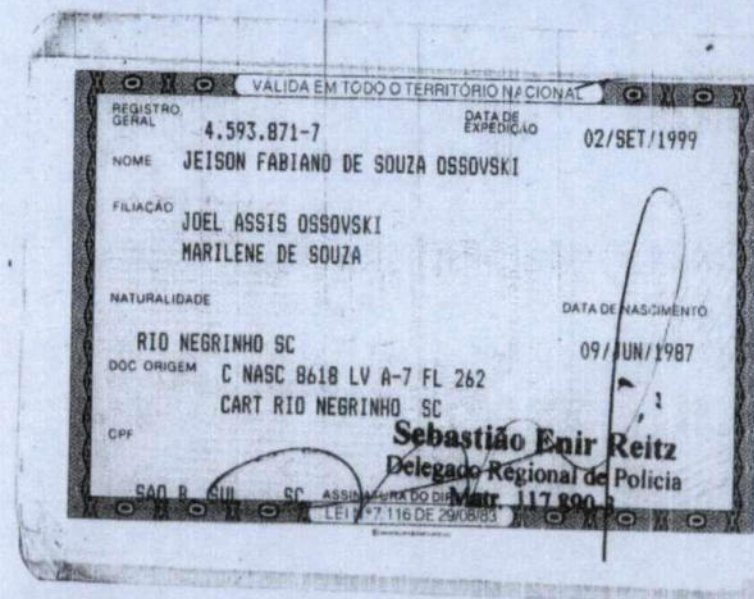




ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE





das Comunicações





## 9.4 - LAUDO DE ENSAIO

### 9.4.1 - INTERESSADO

- a) Nome : Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre
- b) Endereço Completo : Rua Vicente Pereira Neto n° 138 – Bairro Centro – Campo Alegre/SC – Cep : 89294-000 .

### 9.4.2 – ENSAIO

- a) Motivo : Renovação de Outorga .
- b) Endereço onde foi realizado : Rua Vicente Pereira Neto n° 138 – Bairro Centro – Campo Alegre/SC .
- c) Data em que foi realizado : 03/12/2012 .
- d) Deliberação do Congresso Nacional : 20/12/2012 – Decreto N° 433.

### 9.4.3 – FABRICANTE – Transmissor Principal :

- a) Nome : Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda .
- b) Modelo : SP 5025 Agile .
- c) Homologação : 0680030528 .

### 9.4.4 – FUNÇÃO DO TRANSMISSOR :

### 9.4.5 – MEDIÇÕES

#### 9.4.5.1 – FREQUÊNCIA

- a) Nominal : 87,9 MHZ
- b) Medida em ambiente normal : 87.900.003 HZ.
- c) Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente : 03 HZ.

Folha 01





9.4.5.2 – RESPOSTA DE AUDIOFREQUÊNCIA

Frequência ( HZ )	Mono ( Canal – I ) Modulações			Mono ( Canal – II ) Modulações		
	25%	50%	100%	25%	50%	100%
50	-0,7	-0,7	-0,5	-0,6	-0,7	-0,6
100	-0,4	-0,5	-0,4	-0,5	-0,3	-0,3
400	-0,1	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,3
1000	-1,5	-1,3	-1,5	-1,5	-1,6	-1,5
5000	6,5	6,3	6,0	6,3	6,3	6,0
7500	9,1	9,2	9,6	9,6	9,6	9,4
10.000	9,0	9,3	9,4	9,3	9,5	9,5
15.000	9,3	9,2	9,6	9,6	9,8	9,5

Frequência ( HZ )	Estéreo ( Canal- I ) Modulações			Estéreo ( Canal – II ) Modulações		
	25%	50%	100%	25%	50%	100%
50	-0,8	-0,7	-0,4	-0,6	-0,4	-0,4
100	-0,4	-0,4	-0,15	-0,4	-0,3	-0,3
400	-0,2	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
1000	-1,6	-1,5	-1,5	-1,1	-1,3	-1,4
5000	6,2	6,3	6,2	6,3	6,2	6,4
7500	9,6	9,6	9,5	9,5	9,4	9,3
10.000	12,1	12,3	12,2	12,3	12,3	12,2
15.000	12,0	12,1	12,0	12,4	12,5	12,0

Folha 02





#### 9.4.5.3 – DISTORÇÃO HARMÔNICA

Frequência ( HZ )	Mono – ( Canal – I ) Modulação			Mono – ( Canal – II ) Modulação		
	25%	50%	100%	25%	50%	100%
50	0,4	0,42	0,42	0,43	0,41	0,41
100	0,32	0,32	0,34	0,31	0,32	0,34
400	0,42	0,43	0,41	0,43	0,40	0,40
1000	0,43	0,38	0,37	0,38	0,38	0,38
5000	0,42	0,43	0,41	0,41	0,39	0,36
7500	0,40	0,38	0,37	0,40	0,35	0,33
10.000	0,35	0,36	0,33	0,39	0,36	0,34
15.000	0,33	0,37	0,34	0,34	0,33	0,36

Frequência ( HZ )	Estéreo – ( Canal – I ) Modulação			Estéreo – ( Canal – II ) Modulação		
	25%	50%	100%	25%	50%	100%
50	0,42	0,43	0,41	0,44	0,43	0,41
100	0,44	0,43	0,43	0,42	0,42	0,40
400	0,41	0,42	0,44	0,44	0,43	0,41
1000	0,40	0,42	0,42	0,44	0,43	0,41
5000	0,41	0,40	0,41	0,44	0,43	0,43
7500	0,45	0,44	0,45	0,44	0,42	0,45
10.000	0,41	0,40	0,41	0,43	0,43	0,42
15.000	0,41	0,42	0,43	0,44	0,45	0,46

Folha 03





9.4.5.4- NÍVEL DE RUÍDO DA PORTADORA ( FM ) , EM RELAÇÃO  
A 100% DE MODULAÇÃO COM 400 HZ

➤ 63,0 dB's .

9.4.5.5 – NÍVEL DE RUÍDO DA PORTADORA ( AM ) , EM RELAÇÃO  
A 100% MODULAÇÃO EM AMPLITUDE

➤ -55,0 dB's.

9.4.5.6 – ATENUAÇÃO DE HARMÔNICOS E ESPÚRIOS

ESPÚRIOS

	120- 240 Mhz	240 – 600 Mhz
Geminal	-25,0dB	-32,0dB
Real	-33,0dB	-37,0dB

HARMÔNICOS ( dB )

	2°	3°	4°	5°
Atenuação db	77,0	77,0	78,0	78,0

9.4.5.7 –POTÊNCIA DE SAÍDA :

25,0 W– WATTÍMETRO.

Folha 04



**9.4.6 – INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTEREOFONIA****9.4.6.1 Monitor de Modulação**

Não Possui .

Processador de Áudio

Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda .

FMP 300 .

**9.4.6.2 - MEDIÇÕES****9.4.6.2.1 – FREQUÊNCIA DE SUBPORTADORA PILOTO**

a) Medida : Não se Aplica .

b) Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente : Não houve variação .

**9.4.6.2.2 – Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pelas subportadoras piloto : < 1% .****9.4.6.2.3 – SEPARAÇÃO ESTEREOFÔNICA ( dB )**

Frequência HZ	Leitura do Canal L com Sinal do Canal R	Leitura do Canal R com Sinal do Canal L
50	33,0	34,0
100	35,0	33,0
1000	31,0	32,0
5000	34,0	32,0
7500	34,0	32,0
10.000	33,0	32,0
15.000	31,0	31,0

Folha 05





#### 9.4.6.2.4 – DIAFONIA

AUDIOFREQUÊNCIA	Leitura em L + R do Sinal L-R ( Fora Fase )	Leitura em L-R do Sinal L+ R ( Em fase ) (db )
50	43,0	44,0
100	42,0	42,0
400	44,0	44,0
1000	43,0	42,0
5000	45,0	46,0
7500	43,0	44,0
10.000	45,0	45,0
15.000	44,0	46,0

#### 9.4.7 – INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA CANAIS SECUNDÁRIOS : Não possui Canal Secundário .

#### 9.4.8 – OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR

##### 9.4.8.1 – Placa de Identificação

- a) Fabricante : Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda .
- b) Modelo : SP 5025 Ágile .
- c) Homologação : 0680030528 .

##### 9.4.8.2 – Medidores do estágio final de RF

- a) de corrente coletor : 0 – 5,0 A.
- b) de tensão contínua de Placa : 0 -100 V.
- c) de potência de saída: 0 - 120 %.

Folha 06





9.4.8.3 – Existência de tomadas de amostra de RF , para :

- a) modulação – Sim.
- b) frequência – Sim.

9.4.8.4 – Existência de dispositivos de segurança do pessoal :

- a) de descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão :  
Resistores de Sangria em paralelo com a fonte de alta tensão.
- b) gabinetes metálicos encerrando o transmissor , com todas as partes expostas ao contato dos operadores , interligadas à terra : Sim.
- c) de interruptores de segurança , em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 volts :  
Sim.
- d) Possibilidade de serem feitos , externamente , os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 Volts : Sim .

9.4.8.5 – Existência de dispositivos de proteção do transmissor :

- a) na fonte de alta tensão : Sim .
- b) Contra falta de ventilação adequada : controle de pressão de entrada de ar na cavidade , que desliga o transmissor.

Folha 07





#### 9.4.9 –DECLARAÇÕES

##### 9.4.9.1 – Declaração do Profissional Habilitado :

“ Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste Laudo , obtidas mediante ensaio por mim realizado , pessoalmente , no Transmissor a que se refere . O presente laudo consta de 09 folhas , todas numeradas e rubricadas com a rubrica de que faço uso “ .

Joinville , 04 de Dezembro de 2012 .  
Nome : Jorge Luiz Reinert .  
CREA : 030663-8-SC .

##### 9.4.9.2 - PARECER CONCLUSIVO

“Para fins previstos no Regulamento Técnico do Serviço de Radiodifusão Comunitária , a que se refere este laudo de ensaio , na data em que foi realizado , atendia à regulamentação aplicável “.

Joinville/SC , 04 de Dezembro de 2012.

Nome : Jorge Luiz Reinert.

Crea : 030663-8-SC.

Folha 08 .





9.4.9.3 – Declaração do Interessado :

“ Na qualidade de representante legal da Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre , DECLARO que o Sr. Jorge Luiz Reinert , esteve no dia 03 de Dezembro de 2012 , ensaiando o transmissor de frequência modulada , fabricado por Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda – Modelo SP 5025 Ágile homologação 0680030528 , com potência nominal de 25,0 W “.

Local do Ensaio : Rua Vicente Pereira Neto nº 138 – Bairro Centro – Campo Alegre/SC .

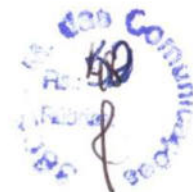
Campo Alegre/SC , 04 de Dezembro de 2012.

Nome : Edithe Maricler Virmond .  
CPF: 694.314.779 - 04 .

Cargo que exerce : Presidenta .

Assinatura :





Equipamentos Utilizados para Laudo Ensaio .

- 1- Medidor de Intensidade de Campo Potomac – Modelo Fim 71 – Série 1584 ( FM ) .
- 2- Analisador de Espectro – Marca Avcom – Modelo PSA 37D – Série 10174 ( FM/TV ) .
- 3- Osciloscópio Duplo Traço – Marca Minipa – Modelo 1221S – Série 1250.
- 4- Frequencímetro Yaesu – Modelo YC 1.0 – Série 7L080020.
- 5- Wattímetro Bird – Modelo 43 – Série 131669 .
- 6- Medidor de Distorção – Marca Leader – Modelo LM 170 – Série 1100263.
- 7- Gerador de Áudio – Marca Minipa – Modelo LM 170 – Série 310603.
- 8- Monitor de Modulação – MTA- Modelo MM02 – Série 735.
- 9- Carga não indutiva FM – 50,0 W.

Joinville/SC , 04 de Dezembro de 2012 .

Eng. Jorge Luiz Reinert .  
CREA : 030663-8 .  
Joinville/SC .



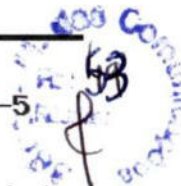


**CREA-SC**

Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia de Santa Catarina

Autenticidade

ART N° 4579324-5



**A.R.T. Anotação de Responsabilidade Técnica**

ART autenticada eletronicamente via  
**CREA.NET**

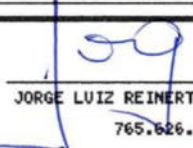
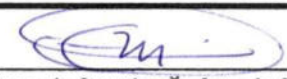
**Contratado**  
ENGENHEIRO ELETRICISTA 030663-8 Empresa Executora:  
**JORGE LUIZ REINERT**  
RUA Prefeito Aristides Langura, 316 JOINVILLE  
Apto 402 . AMERICA 89204-145 SC Fone: Fax:  
Fone: 4730255887 Fax: -- CPF:765.626.549-04 Normal  
eng.reinert@gmail.com

**Contratante**  
**Assoc.de Comunicação Com. de Campo Alegre .** 02843454000150  
Rua Vicente Pereira Neto -138 .  
Centro . CAMPO ALEGRE SC  
89294-000

**Resumo do Contrato**  
Laudo de Ensaio do Transmissor de Freqüência Modulada .

Início em: 04/12/2012 Término em: 04/12/2013 Honorários: R\$500,00 Valor Obra/Serviço: R\$500,00

**Identificação da Obra/Serviço**  
**Assoc.de Comunicação Com. de Campo Alegre .** 02843454000150  
Rua Vicente Pereira Neto -138 .  
Centro . CAMPO ALEGRE SC  
89294-000

**Assinaturas**  
JOINVILLE 04/12/2012  JORGE LUIZ REINERT 765.626.549-04  
 Assoc.de Comunicação Com. de Campo Alegre  
02843454000150

Este documento anota perante o CREA-SC, para efeitos legais, o contrato escrito ou verbal realizado entre as partes (Lei 8.408/77)

**Reservado ao Responsável Técnico**

ART: 4579324-5

**Participação Técnica**  
Individual

Atividades	Objetos	Classificação	Quantidade	Unidade
	24 ##	B0109	1,00	45

**Entidade de Classe**  
AEAMVI

**Regularização**

**Descrição Complementar**

Este documento só terá fé Pública se estiver devidamente cadastrado e quitado junto ao CREA-SC. Para aferir [www.crea-sc.org.br](http://www.crea-sc.org.br)  
**Este documento foi autenticado eletronicamente, estando sujeito a verificações  
conforme resolução 1025/89 CONFEA e demais legislações aplicáveis.**

**As assinaturas devem ser a próprio punho, originais e preferencialmente com caneta azul.**  
Acessibilidade: Declaro a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto n. 5.296/2004, as atividades profissionais acima relacionadas.




DH



AC IAPCA  
11 DEZ 2012

REGISTRADO URGENTE  
REGISTERED PRIORITY

AD  
 PISO / WEIGHT (kg)  
 1.00  
 RQ 79815962 3 BR  

-Jorge Luiz Reinert.  
des Largaurs - 316 - Apto - 402.

CACAO COM DE CAMPO ALEGRE  
EIRA NETO 138

RT

**CREA**

Página 1 de 1





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 0447/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº **53000.050447/2012**  
Processo de Outorga nº 53820.000865/1998

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre - ACC** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Campo Alegre / SC**.

---

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

II. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea “g”, da Norma nº 01/2011;

III. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com o subitem 8.1, alínea “f.1”, da Norma nº 01/2011;

IV. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “f.2”, da Norma nº 01/2011;

V. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “k” da Norma nº 01/2011;



VI. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

c. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VII. Constituir o Conselho Comunitário, nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, e remeter o relatório da programação assinada por todos os membros integrantes do referido Conselho;

*Obs. na Ata de constituição do Conselho comunitário deve constar o nome do conselheiro e a respectiva entidade que ele representa.*

## CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.


À consideração superior.

Brasília, 9 de setembro de 2013.

  
**ELIANE MARIA ALVES RODRIGUES**  
Analista/Administradora

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0447/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 9 de setembro de 2013.

  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF  
(61) 3311-6177

Ofício nº 5006 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 9 de setembro de 2013.

À Senhora

**EDITH MARICLER VIRMOND**

Representante Legal da **Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre - ACC**

Rua Vicente Pereira Neto, nº 138, Centro

89.294-000 Campo Alegre / SC

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.050447/2012.**

Senhora Representante Legal,

2. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.050447/2012**, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Campo Alegre /**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 0447 / 2013, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.
3. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária









MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF  
(61) 3311-6177

Ofício nº 5006 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 9 de setembro de 2013.

À Senhora

**EDITH MARICLER VIRMOND**

Representante Legal da **Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre - ACC**  
Rua Vicente Pereira Neto, nº 138, Centro  
89.294-000 Campo Alegre / SC

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.050447/2012.**

Senhora Representante Legal,

2. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.050447/2012**, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Campo Alegre** / , encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 0447 / 2013, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.
3. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária









MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 0447/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº **53000.050447/2012**  
Processo de Outorga nº 53820.000865/1998

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre - ACC** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Campo Alegre / SC**.

---

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com ao subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

II. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 8.1, alínea “g”, da Norma nº 01/2011;

III. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com ao subitem 8.1, alínea “f.1”, da Norma nº 01/2011;

IV. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “f.2”, da Norma nº 01/2011;

V. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “k” da Norma nº 01/2011;



VI. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

c. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VII. Constituir o Conselho Comunitário, nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, e remeter o relatório da programação assinada por todos os membros integrantes do referido Conselho;

*Obs. na Ata de constituição do Conselho comunitário deve constar o nome do conselheiro e a respectiva entidade que ele representa.*

## CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.


4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília,

9 de setembro

de 2013.

  
**ELIANE MARIA ALVES RODRIGUES**  
Analista/Administradora

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0447/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília,

9 de setembro

de 2013.

  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



das Comunicações

REMETENTE

RECEBEMOS  
nº 007 213

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,  
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300  
70044-900 Brasília-DF

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Of. 5006 /2013/CGRC/SCE-MC  
53000.050447/12

EDITH MARICLER VIRMOND  
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE  
RUA VICENTE PEREIRA NETO, Nº 138, CENTRO  
89.294-000 CAMPO ALEGRE / SC

AO REMETENTE

NÃO PROCURADO  
2013

AO REMETENTE











AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JG 02863020 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGENCIAMENTO

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO

RETOUR

NC  
EN  
CI

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,  
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300  
70044-900 Brasília-DF

UF

BRASIL

114 x 186 mm

FC0463 / 18

75240203-0

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISON

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

SEGURO / VALEUR DÉCLARÉ

EMS

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

NATUREZA DO ENVOIO / NATURE DE L'ENVOI

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACC  
RUA VICENTE PEREIRA NETO, Nº 138, CENTRO  
CAMPO ALEGRE / SC  
89.294-000

CEP / CODE POSTAL

ENDEREÇO / ADRES

53000.050447/12

OF. 5006 / 2013/CGRC/SCE-MC

NOME OU RAZÃO SOCIAL

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR









UF LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFÍCIO E DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
BA RIO REAL	53000.037611/2011	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA REALENSE FM	6691/2013 DE 03/12/2013	AUSENTE 03 VEZES
CE MIRAIMA	53000.027302/2011	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BROTA	6871/2013 DE 03/12/2013	NAO PROCURADO
MG MONTES CLAROS	53000.014687/2010	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIO MONTEREY FM	7121/2013 DE 17/12/2013	MUDOU-SE
PA ABAETETUBA	53000.001866/2009	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MIRITI FM	7119/2013 DE 16/12/2013	AUSENTE 03 VEZES
PB BAYEUX	53000.038200/2007	FUNDAÇÃO RADIO CULTURAL DE BAYEUX	475/2014 DE 23/01/2014	DESCONHECIDO
SP LINS	53000.049232/2012	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DIÁRIO FM DE LINS	7117/2013 DE 16/12/2013	ENDERECO INSUFICIENTE

O Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, no uso das suas atribuições resolve, pelo presente Edital, NOTIFICAR as entidades abaixo relacionadas, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivos constantes das devoluções de AR Postal, para apresentação dos documentos solicitados nos ofícios relacionados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste Edital. A não manifestação das entidades implicará o indeferimento do pedido de renovação de outorga, com a consequente extinção da autorização. A documentação deverá ser remetida à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério das Comunicações - Bloco "R" - Anexo - 3º Andar - Ala Oeste - CEP: 70044-900 - Brasília - D.F.

UF LOCALIDADE	Nº DO PROCESSO	NOME DA ENTIDADE	Nº DO OFÍCIO E DATA	MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
BA LAJEDO DO TABOAL	53000.033271/2013	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LAJEDO DO TABOAL	442/2014 DE 17/01/2014	ENDERECO INSUFICIENTE
CE AQUIDAUANA	53000.015790/2013	CONSELHO COMUNITARIO DO CEARA	4406/2013 DE 12/08/2013	DE NAO PROCURADO
GO AURILÂNDIA	53000.007047/2013	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AURILÂNDIA	4339/2013 DE 12/08/2013	DE ENDEREÇO INSUFICIENTE
GO SÃO JOÃO D'ALIANÇA	53000.015795/2013	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA	4409/2013 DE 12/08/2013	DE NAO PROCURADO
MA URBANO SANTOS	53000.056234/2011	FUNDAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA JOSÉ GERVÁSIO DE ARAÚJO	4409/2013 DE 12/08/2013	DE MUDOU-SE
MA URBANO SANTOS	53000.056234/2011	FUNDAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA JOSÉ GERVÁSIO DE ARAÚJO	4409/2013 DE 12/08/2013	DE MUDOU-SE
MG COIMBRA	53000.059277/2012	ASSOCIAÇÃO CULTURAL SÃO SEBASTIÃO	4440/2013 DE 13/08/2013	DE NAO PROCURADO
MS AQUIDAUANA	53000.034031/2012	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RENASCER AQUIDAUANENSE	4311/2013 DE 12/08/2013	DE MUDOU-SE
MS INIOQUE	53000.038920/2013	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E BENEFICENTE BACIA DO RIO PA- RAGUA	5009/2013 DE 02/09/2013	DE NAO PROCURADO
PR CATANDUVAS	53000.015825/2013	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ARTÍSTICA E CULTURAL CATANDUVENSE	4311/2013 DE 12/08/2013	DE RECUSADO
PR PLANALTO	53000.056645/2012	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ECOLÓGICA DE PLANALTO	4311/2013 DE 12/08/2013	DE AUSENTE 03 VEZES
RJ PIRAI	53000.007054/2013	ENTIDADE CULTURAL E BENEFICENTE DE PIRAI	4706/2013 DE 07/06/2013	DE N° NAO EXISTE
SC CAMPO ALEGRE	53000.050447/2012	ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACC	4311/2013 DE 13/08/2013	DE NAO PROCURADO
SP GUARA	53000.015798/2013	ASSOCIAÇÃO GUARAENSE DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO CULTURAL - APDC	4311/2013 DE 09/09/2013	DE MUDOU-SE
SP JUNDIAÍ	53000.050949/2012	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE JUNDIAÍ	4311/2013 DE 12/08/2013	DE MUDOU-SE
SP POLONI	53000.007038/2013	ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO CIDADE DA PAZ	4418/2013 DE 13/08/2013	DE NAO PROCURADO

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A

CNPJ Nº 00.336.701/0001-04  
NIRE: 5330000223/1

## EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 07/2014-TB  
Data de Assinatura: 07/02/2014  
Contratada: GAILINE REGO DA ROCHA LTDA - ME  
COC: 06.613.653/0001-58  
Vigência: 07/02/2014 a 06/03/2014  
Objeto: Fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado para o escritório regional da Telebras em Belém / PA.  
Valor total anual estimado: R\$ 17.200,00 (dezoito mil e duzentos reais)  
Fundamentação Legal: Lei nº 8666/1993, Lei nº 10520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 5450/2005, Instrução Normativa SLTI nº 02/2008 e Medida Provisória nº 495/2010.  
Signatários: p/ Telebras: Paulo Eduardo Henriques Kapp (diretor técnico-operacional) e Márcio Antonio Rodrigues dos Santos (diretor administrativo-financeiro e de relações com investidores - interno) p/ contratada: Walter Donato Fernandes Leitão (gerente técnico comercial)

## EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2014-TB

Processo nº. 09/2014 - TB  
Data de Assinatura: 27/02/2014  
Contratada: PELTIER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. / CNPJ: 02.743.539/0001-98  
Vigência: 27/02/2014 a 26/02/2015  
Objeto: Execução de serviços de infraestrutura de Redes de Fibras Ópticas no Estado do Rio de Janeiro  
Preços registrados: R\$ 13.586.650,00 (treze milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, seiscentos e cinquenta reais)  
Fundamentação Legal: Lei nº 8666/1993, Lei nº 10520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 7892/2013, Decreto nº 6204/2007, Decreto nº 5450/2005, Instrução Normativa MPOG nº 02/2008 e Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 03/2014.  
Signatários: p/ Telebras: Francisco Zlobor Filho (presidente interno) e Paulo Eduardo Henriques Kapp (diretor técnico-operacional), p/ contratada: Bruno Muggler Moreira (diretor comercial)

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 11/2014 - UASG 925150

Nº Processo: 021/2014. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Medicina e Segurança do Trabalho para elaboração, implantação e implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO; elaboração, implantação, implementação, acompanhamento e avaliação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/leilao.html>, pelo código 00032014030700232

ção do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais PPRA; bem como a elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário PPP e a elaboração e emissão do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho LTCAT, visando atender aos empregados da TELBRAS lotados no escritório do Rio de Janeiro/RJ, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 07/03/2014 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h45. Endereço: SCS Quadra 09 Bloco b - Salas 301 e 305 - Edifício Parque Cidade Corporate Asa Sul - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 07/03/2014 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 20/03/2014 às 10h00 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

JAQUELINE SOUTO MANGABEIRA  
BINICHESKI  
Gerente de Contratos e Contratos  
Substituta

(SIDEAC - 06/03/2014) 925150-02600-2014NE000003

## Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
SUBSECRETARIA-GERAL DA AMÉRICA DO SUL, CENTRAL E DO CARIBE  
2ª COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITESAVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 1/2014 - UASG 240002

Nº Processo: 09002000055201313. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de motorista executivo, categoria D, de forma contínua, para atendimento às demandas da 3ª Subsele da Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, em Ponta Porã/MS, de acordo com as condições, especificações e quantidades estabelecidas no Edital e anexos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 06/03/2014 de 10h00 às 12h00 e de 14h às 16h00. Endereço: Av. Marechal Floriano, 196 - 4 And. Centro - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 06/03/2014 às 10h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 19/03/2014 às 11h00 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

ANDRÉ THADEU DA SILVA SELON  
Assessor

Digs: 06/03/2014 e 07/03/2014  
(SIDEAC - 06/03/2014) 240002-00001-2014NE000004

## Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA  
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTROLE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

## AVISO

Credenciamento Nº 2/2012

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Comissão Especial de Credenciamento nº. 04/2013, designada pela Portaria 2.822, de 03/09/13, para fins do Edital de Credenciamento 02/2012 - SPE, após análise dos documentos de pré-qualificação apresentados pela profissional Danielle Tardelli Miranda, CPF nº 071.519.726-60, torna público que foi DEFERIDO seu pedido de credenciamento para Serviço 10 e Serviço 12.

## A COMISSÃO

## AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 UASG 323031

Número do Contrato: 9031/2011.

Nº Processo: 48610017783201099.

PREGÃO SISPP Nº 103/2010. Contratante: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS-NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. CNPJ Contratado: 31052087000174. Contratado: SAGA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A. Objeto: Prorrogação a vigência do contrato por 12 (doze) meses, correspondentes ao período de 28/04/2014 a 27/04/2015. Fundamento Legal: Lei nº 8666/93. Vigência: 28/04/2014 a 27/04/2015. Valor Total: R\$69.924,00. Fonte: 250322051 - 2014NE800353. Data de Assinatura: 06/03/2014.

(SICON - 06/03/2014) 323031-32205-2014NE800117

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 12/2014 - UASG 323030

Nº Processo: 48610001218201433. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de chaveiro e de fornecimento de carimbos. Total de Itens Licitados: 00010. Edital: 07/03/2014 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Sgan Quadra 63 Módulo I, 3º Andar Asa Norte Asa Norte - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 07/03/2014 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 19/03/2014 às 10h00 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: Em caso de discordância entre as especificações deste

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.









MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES**

**PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

Protocolo nº: **53000.050447/2012-38**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 26 de maio de 2014, na unidade CGRC/DEOC/SCE.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço**, em 26/05/2014, às 09:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0007795** e o código CRC **C1799DC0**.









MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**CERTIDÃO DE CADASTRO DE PROCESSO NO SEI**

Protocolo nº: 53000.050447/2012-38

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.

Brasília, 06 de junho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 06/06/2014, às 11:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0015343** e o código CRC **83F35AB8**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Memo. nº 505/2014/SEI-MC

À Coordenadora de Análise de Denúncias

Assunto: **Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação da Outorga.**

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre - ACC**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Campo Alegre / SC**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária Substituto**, em 23/07/2014, às 16:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0041264** e o código CRC **1D43183B**.




[Menu Principal](#)

 Sistemas  
Interativos

[SRD](#) | [menu](#) [ajuda](#)

## Consulta Geral - RADCOM

### Identificação do Pedido RADCOM

**UF:** SC  
**Município:** Campo Alegre  
**Canal:** 200  
**Fase:** 3

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Específico:**

### Dados da Entidade

**Entidade:** ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - SC  
**Nome Fantasia:** RÁDIO CIDADE  
**Logradouro:** RUA VICENTE PEREIRA NETO  
**Telefone:** (47) 36321289  
**Situação:** Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

**CNPJ:** 02.843.454/0001-50  
**Bairro:** CENTRO  
**Número:** 138  
**Fax:** Não Informado

### + Dados da Outorga

### - Documentos Emitidos

#### Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
739	Portaria	MC	12/12/2000	26/12/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur.
21927	ATO	SCM	09/01/2002	18/01/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
433	Decreto Legislativo	CN	19/12/2002	20/12/2002	Deliber. do C. Nacional	Jur.
45255	ATO	SCM	06/07/2004	08/07/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.

### + Característica da Estação Instalada

### + Dados do Licenciamento

[Tela Inicial](#)
[Imprimir](#)



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica**  
**Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de**  
**Comunicação Eletrônica**  
**Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas**  
**Coordenação de Análise de Denúncias**

**DESPACHO**

Processo nº: **53000.050447/2012-38**  
Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE**

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que, nesta data, não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

17/11/2014



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Silva Lopes, Coordenadora de Análise de Denúncias**, em 18/11/2014, às 11:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Sibela Leandra Portella Matias, Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorgas, Substituta**, em 18/11/2014, às 17:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0242357** e o código CRC **33705BFF**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO  
ALEGRE  
**CNPJ:** 02.843.454/0001-50

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:41:26 do dia 04/12/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 03/01/2016.

Certidão expedida gratuitamente.





## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.843.454/0001-50</b> <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>09/11/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R GETULIO VARGAS</b>	NÚMERO <b>606</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>89.294-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>CAMPO ALEGRE</b>	UF <b>SC</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>27/08/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **04/12/2015** às **13:32:15** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

## Identificação do Processo

Número: 53000.050447/2012 Localidade / UF: CAMPO ALEGRE/SC  
Entidade: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE  
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 285

## Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

## 2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Mapa da documentação encaminhada pela entidade, exigida para a Renovação:

- a) Estatuto Social - fls. 12/24 (Processo digitalizado - evento SEI nº 0015341) , com alterações à fl. 25 - não existe comprovação de que o estatuto foi registrado em PJ;
- b) Ata de Eleição da Diretoria (fls. 30/32 - evento SEI nº 0015341) - vencida desde 04/09/2014;
- c) CNPJ - evento SEI nº 0863996;
- d) Certidão Negativa da Anatel - evento SEI nº 0863994;
- e) declaração de conformidade - fl. 9 (evento SEI nº 0015341);
- f) relatório do Conselho Comunitário, sobre a programação da emissora - não consta (foi encaminhada apenas a grade de programação).

### PENDÊNCIAS CONSTATADAS:

- 1) A entidade deverá comprovar que o estatuto social foi devidamente registrado em PJ;
- 2) o mandato da diretoria venceu em 04/09/2014. A entidade deverá, portanto, encaminhar a ata de eleição da atual diretoria, juntamente com RGs e CPFs dos atuais diretores; e
- 3) Não foi encaminhado o relatório do Conselho Comunitário, versando sobre a programação da emissora.

É o Relatório.

Natália Froemming



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 27182/2015/SEI-MC**

Processo nº: **53000.050447/2012-38**

Assunto: **Constatação de pendências.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento da **Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre** para renovação da autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Campo Alegre / SC**.

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	<b>Dispositivo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Análise</b>
Norma nº. 1/2015	Artigo 131, Parágrafo 1º	Cópia do estatuto social, devidamente registrado	A entidade deverá apresentar a comprovação de que seu Estatuto Social foi registrado junto ao Cartório de Pessoas Jurídicas.
	Artigo 131, Inciso III e Parágrafo 1º	Ata de eleição.	A ata de eleição deverá corresponder à Diretoria em exercício, já que o mandato relativo à última Diretoria informada a este Ministério expirou em 04/09/2014. <b>Observação:</b> Tal documento deve estar registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas.
	Artigo 131, Inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário	O relatório do Conselho Comunitário deverá tratar da programação veiculada pela emissora. <b>Observação:</b> o documento em questão deverá ser um resumo contendo avaliação do Conselho a respeito da programação da emissora, considerando as finalidades legais (art. 3º, Lei nº. 9.612/1998) do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
			A entidade deverá enviar documento que demonstre que os Diretores eleitos são brasileiros natos ou brasileiros



Lei nº. 9.612/1998	Art. 6º, parágrafo único combinado com o art. 9º, §2º, III e IV	Comprovante de maioridade/nacionalidade	naturalizados há mais de 10 (dez) anos, bem como que são maiores de 18 (dezoito) anos, bem como o CPF de todos os dirigentes. <b>Observação:</b> serão aceitos como comprovantes de maioridade e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento. <b>Não</b> serão aceitos <u>como</u> <u>comprovantes</u> <u>de</u> <u>maioridade/nacionalidade</u> a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
-----------------------	---	--	--

## CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, **intima-se** a entidade para que se manifeste sobre o que acima exposto, apresentando os documentos entendidos como pertinentes.

4. Informa-se que a entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da entidade interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Divisão**, em 04/12/2015, às 14:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 10/12/2015, às 14:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0864011** e o código CRC **EE456F7A**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.





**Ministério das Comunicações**  
Secretaria-Executiva  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R  
CEP: 70044-900 Brasília-DF  
Fone: (61) 2027 6000

Ofício nº 40257/2015/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)

**REPRESENTANTE LEGAL**

Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre  
Avenida Dr. Getúlio Vargas, nº 606 - Santo Antônio  
89.294-000 / Campo Alegre - SC  
CNPJ nº 02.843.454/0001-50

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.050447/2012-38.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 27182/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 10/12/2015, às 14:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0864022** e o código CRC **A0E41B3A**.



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

NOME OU RAZÃO SOCIAL

SCE/CGRC

Of. nº 40257/2015/SEI-MC, 10 de dezembro de 2015

53000.050447/2012-38

ENDEREÇO / ADRESSE

REPRESENTANTE LEGAL

Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre

Avenida Dr. Getúlio Vargas, nº 606 - Santo Antônio

89.294-000

Campo Alegre - SC

CEP / CODE POSTAL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MATRÍCULA DO EMPREGADO  
SIGNATURE DE L'AGENT

Assessor Pethres  
Matr. 8.710.416-4  
Carteiro

29 DEZ 2015

SC

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JH 00164615 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

28/12/15  
11:52 h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,  
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300  
70044-900 Brasília-DF

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR





Ofício 001/2016

Campo Alegre/SC, 19 de janeiro de 2016

Ao  
Ministério das Comunicações  
Secretaria-Executiva  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R  
Brasília-DF

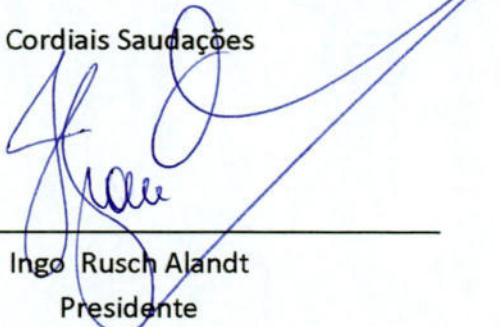
Prezados Senhores,

**ASSUNTO: Processo nr 53000.050447/2012-38 -Constatação de Pendências – encaminhamento dos documentos** - Em atenção ao Ofício no 40257/2015/SEI-MC, de 10 de dezembro de 2015, recebido em 29 de dezembro de 2015, encaminhamos, em anexo, os documentos solicitados na Nota Técnica no. 27182/2015-SEI-MC, relativos à renovação da autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária outorgado à nossa organização social, a seguir enumerados:

- 1 – cópia do estatuto social;
- 2 – cópia da ata de eleição da diretoria atual;
- 3 – relatório do conselho comunitário;
- 4 – cópia do RG e CPF dos atuais Diretores da organização social.

Ficamos ao dispor para eventuais novos esclarecimentos e enviamos,

Cordiais Saudações

  
\_\_\_\_\_  
Ingo Rusch Alandt  
Presidente

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO  
Em 22/01/16 às 14:20 horas  
Assinatura: Conceição



## ESTATUTO

### ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE/SC

#### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADES E DURAÇÃO.

**Art.1º.** A Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre – SC, de ora em diante referida apenas como A.C.C. é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos ou comerciais, com autonomia administrativa e financeira, fundada de fato em 10 de Junho de 1998 e, de direito a partir da data de registro que se processará no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas nos termos do artigo 19 do Código Civil Brasileiro, c/c 120 da Lei 6015 de 31/12/73 e art.71 parágrafo 4 da Lei 4215/63 com red. Da Lei 6884/80.

**Art.2º.** A ACC tem sede e foro na cidade de Campo Alegre, no estado de Santa Catarina, à rua Karl Dudda, s/n - Campo Alegre, mas sua área de atuação abrangerá o município de Campo Alegre e adjacências.

**Art.3º.** Constituem finalidades primordiais da ACC a prestação de serviços de utilidade pública de comunicação social comunitária com fundamento na Lei 9612/98 de 19/02/98, publicada no D.O.U de 20/02/98, no que se refere a implantação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, visando a organização e defesa dos direitos de cidadania da comunidade do Bairro Campo Alegre, atendendo ao disposto no 215 da Constituição Federal do Brasil de 1988, em consonância com normas universais previstas no artigo XIX da Declaração dos Direitos Humanos tendo sua programação diária o escopo de integralizar socialmente os cidadãos e as associações civis do município de Campo Alegre, visando contribuir para a formação de cidadania, anseios e aspirações da comunidade local, propondo-se à:

**I** – criar e manter equipamentos educacionais profissionalizantes, bem como buscar parceiras, e convênios com instituições públicas ou privadas, para treinamento, aperfeiçoamento e desenvolvimento de cursos e oficinas de formação continuada;

**II** – incentivar, divulgar, promover, diretamente ou através de parcerias, a criação de projetos de conscientização da defesa e proteção ao meio ambiente como forma primordial de qualidade de vida;

**III** – promover e realizar programas de animação cultural, através de campanhas, feiras, seminários, palestras, conferências, debates, simpósios, intercâmbios técnicas, estudos e pesquisas;

**IV** – promover, divulgar, incentivar produções independentes ou associadas, de amadores ou profissionais, de atividades artísticas em todas as suas formas de expressão;

**V** – criar e manter, ou promover parcerias e convênios, para a fundação de um Centro Cultural e Esportivo, para desenvolvimento de atividades artísticas e de incentivo à prática de diversas modalidades esportivas, como lazer ou profissionalizante;

**VI** – estimular o convívio social e a cultura, através da criação de biblioteca, gibiteca, videoteca, discoteca e brinquedoteca, fixas e ambulantes;

**VII** – criar e desenvolver atividades dirigidas à população de terceira idade que reconheçam e regatem o papel social do idoso, promovendo, assim, o exercício pleno de sua cidadania;



**VIII** – incentivar ou promover a criação, com a ajuda dos poderes públicos, de estatais, associações privadas ou organizações não governamentais, de:

- a) creches comunitárias;
- b) setores produtivos comunitários;
- c) áreas de atividades de lazer comunitárias;
- d) órgãos não governamentais de defesa do consumidor;
- e) órgãos de estudo de atendimento comunitário relativo às áreas de educação, trabalho, saúde, habitação, saneamento básico, transporte de segurança, e outros;

**IX** – divulgar as atividades dos poderes públicos relativamente à área comunitária, à cidade e aos cidadãos em geral, como conselhos comunitários (de abastecimento, segurança, saúde, da mulher, do idoso, dos menores), PROCON, DECON, delegacias especializadas e outros;

**X** – promover e divulgar as diversas formas de associações por cooperativas, como as de trabalho, habitação, serviços médicos, consumo, escolares, serviços de transporte, crédito, artesanato e outras;

**XI** – informar e divulgar a atuação, das associações de defesa dos direitos dos trabalhadores;

**XII** – promover, divulgar e incentivar as associações de empresários da região, visando fortalecer seu desenvolvimento econômico, bem como incentivar a criação de frentes alternativas de trabalho;

**XIII** – difundir os ideais da ACC, bem como leis, direitos e responsabilidades dos cidadãos, através da criação da emissora de radiodifusão comunitária, e/ou meios de comunicação comunitários ou não, podendo criá-los, mantê-los, e administrá-los através da Diretoria Executiva fiscalizado por um Conselho Comunitário de Comunicação Social, observados os preceitos legais.

**XIV** – atuar junto aos poderes públicos municipal, estadual, federal, ao setor privado e organizações não governamentais, no sentido de obter meios e cessão de uso de espaço públicos ou privado, a fim de se manter e de se administrar, por regulamentos específicos, aprovados em Assembléia Geral, bem como no sentido de manter e organizar as dependências que se fizerem necessárias aos seus propósitos.

**Art.4º.** O prazo de duração da ACC é indeterminado.

**Art.5º.** A ACC será regida por este estatuto, pelo regimento interno, aprovado pela diretoria, assembléia geral e pela legislação em vigente no que for aplicável.

**Art.6º.** Para a realização de seus objetivos sociais poderá a ACC estabelecer intercâmbios, firmar contratos assinar convênios com outras associações, entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais, órgãos governamentais, participar de assoes solidárias conjuntas, bem como efetivar trabalhos de atendimentos, ensino, pesquisa, participar na formação de pessoal técnico relacionado com seus fins, e conforme necessidade contratar e demitir funcionários.

**Art.7º.** A fim de cumprir suas finalidades, a ACC se organizará em unidades de prestação de serviços, denominados departamentos anexos como os CONSELHO GESTOR, e COMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL e quantos mais se fizerem necessários, que para desenvolver atividades peculiares, reger-se-ão por normas de funcionamento específicas e estarão sujeitas aos órgãos administrativos da ACC.

**Art.8º.** A ACC poderá contratar com terceiros a prestação de serviços técnicos especializados, consoante seus objetivos.



## CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

### Seção I

#### Da admissão, classificação, demissão, eliminação e exclusão:

**Art. 9º.** Podem associar-se à ACC, os munícipes residentes ou que desenvolvam atividades profissionais e econômicas na área de abrangência, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, classe social, concepção política, filosófica ou religiosa, aceitando as condições deste Estatuto e preenchendo um cadastro básico com seus dados pessoais.

**Parágrafo Único:** A ACC poderá cobrar de seus membros integrantes, em todas as suas categorias, uma contribuição mensal, que será destinada à manutenção, custo das suas atividades e sustentação física.

**I – ASSOCIADOS APOIADORES CULTURAIS:** Pessoas físicas ou jurídicas que em plena capacidade civil, expressem manifestação de vontade convergente, que desejem apenas contribuir com apoios culturais, sem participar de assembleias, reuniões ou decisões administrativas da associação, portanto não contando para efeitos de quorum, não tendo direito a voto e não contribuindo na forma do artigo 9º, parágrafo único.

**II – ASSOCIADOS FUNDADORES:** Pessoas físicas que assinaram a aprovação deste Estatuto, ou a Ata de sua constituição e que contribuam de modo relevante para o seu desenvolvimento, apoiando e participando de seus esforços, visando a realização de suas finalidades, contando para efeitos de quorum e tendo direito a voto e contribuindo na forma do Artigo 9º parágrafo único, para a manutenção da Associação.

**III – ASSOCIADOS CONTRIBUINTES:** Pessoas físicas ou jurídicas que tenham como principal objetivo o funcionamento de comunicação sonora, bem como o cumprimento de metas sociais de acordo com os seus objetivos, contando para efeitos de quorum, tendo direito a voto, e contribuindo na forma do Artigo 9º parágrafo único, para a manutenção da Associação.

**IV – ASSOCIADOS COMUNICADORES:** Pessoas físicas ou jurídicas que após apresentação de projeto de programação aprovado pela Diretoria receberão designação específica para o Departamento Social da ACC, contribuindo para a ACC com a execução do projeto aprovado, e serviços voluntários, não contando para efeitos de quorum, não tendo direito a voto e estando isentos da contribuição constante do Artigo 9º parágrafo único.

**Art. 11.** A demissão é o desligamento voluntário do associado de qualquer categoria e se dá mediante o seu pedido por escrito, encaminhado ao Presidente, que não poderá negá-lo.

**Art. 12.** A exclusão é o desligamento do associado de qualquer categoria e se dá por decisão da Diretoria, da qual cabe recurso à Assembleia Geral e será aplicada aos associados que:

- a) infringir este Estatuto, as normas Regimentais e decisões aprovadas pela Diretoria ou pela Assembleia Geral;
- b) inadimplência da contribuição prevista no artigo 9º, parágrafo único deste Estatuto por três meses seguidos;
- c) morte;
- d) incapacidade civil declarada por sentença judicial e não suprida;
- e) não atendimento aos requisitos exigidos para o ingresso e permanência na ACC.

**Art. 13.** A exclusão será precedida de:



- a) advertência por escrito, enviada mediante comprovação para os incisos "a", "b", "d", "e" do artigo anterior;
- b) prazo de 15 dias para regularizar sua situação no caso do inciso "b" do artigo 12 deste Estatuto e prazo de 15 dias para defesa nos incisos "a", "d", "e";
- c) no caso do inciso "c" do artigo anterior, a exclusão se dará por simples comunicação ou comprovação da ocorrência da morte do associado.

## Seção II

### Dos direitos deveres e responsabilidades

#### Art. 14. São direitos dos associados:

- a) apenas para os associados fundadores e contribuintes: participar, opinar e votar ou ser votado nas Assembléias Gerais, inclusive para eleição de membros da Diretoria e Conselho Fiscal, desde que estejam em dia com os compromissos financeiros à ACC e estejam associados à mais de 6 meses.
- b) Apresentar projetos, propostas, emendas a projetos e opinar decisivamente frente ao desenvolvimento dos trabalhos da ACC;
- c) Consultar livros e documentos da ACC;
- d) Solicitar esclarecimentos e informações sobre as atividades da ACC;
- e) Propor medidas que julgue de interesse para o aperfeiçoamento das atividades da ACC;
- f) demitir-se da ACC.

**Parágrafo Primeiro** – O associado que se cadastrar como ASSOCIADO COMUNICADOR CONTRIBUINTE não poderá reclamar direitos trabalhistas pelos serviços que sejam desempenhados na execução do programa que apresentou para executar e que foi devidamente aprovado pela Diretoria.

#### Art. 15. São deveres dos associados:

- a) empenhar-se de forma decidida para que a ACC cumpra seus objetivos;
- b) prestigiar com sua presença, ou por representação, eventos atividades programadas, especialmente quando forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades;
- c) satisfazer, na forma e tempo devido, seus compromisso para com a ACC;
- d) cumprir as disposições estatutárias, regimentais e resoluções da Diretoria;
- e) contribuir na forma prevista no artigo 9º parágrafo único deste estatuto.

#### Art. 16. Os recursos para a manutenção da ACC serão provenientes de:

- a) contribuições dos associados;
- b) apoios culturais;
- c) programas de incentivo à programação da ACC;
- d) convênios e parcerias;
- e) receitas de eventos culturais, artísticos, esportivos, bingos, almoços, jantares e assemelhados





- f) doações, auxílios, contribuições, subvenções;
- g) empréstimos autorizados pela Diretoria.

### **CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO**

**Art. 17.** O patrimônio da ACC será constituído por doações, legados, compra, venda, troca, permuta, cessão, ou outra forma de aquisição de ações, direitos e de bens, móveis, imóveis, materiais ou imateriais.

**Art. 18.** Os bens de propriedade da ACC serão utilizados e aplicados exclusivamente para a realização de seus objetivos, não podendo ser alienados ou agravados de qualquer ônus, senão após prévia autorização da Diretoria, nos termos deste estatuto

### **CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS**

**Art. 19.** A ACC tem como órgão deliberados e administrativos:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal.

### **CAPÍTULO V DA ASSEMBLÉIA GERAL**

#### **Seção I**

#### **Da constituição, funcionamento e atribuições**

**Art. 20.** A Assembléia Geral será constituída pelas categorias de associados fundadores e contribuintes.

**Art. 21.** A assembléia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano no mês de Março em lugar, dia, e hora determinados pela Diretoria, e, extraordinariamente, para discutir pauta previamente especificada, sempre que convocada pela Diretoria, ou por no mínimo 1/5 (um quinto) dos associados.

**Art. 22.** O quorum para a deliberação da Assembléia Geral em primeira convocação é de 2/3 (dois terços) dos associados com direito à voto.

**Parágrafo único** – Não sendo atingido o quorum mínimo definido neste artigo, a assembléia geral reunir-se-á quinze minutos após o horário marcado, com o número de associados presentes, nunca inferior a 1/5 (um quinto) dos associados com direito à voto e desde que esteja comprovada a existência de convocação de 80% (oitenta por cento) dos associados com direito a voto.



6  
B/E

**Art. 23.** A Assembléia Geral será convocada ordinariamente com antecedência mínima de 10 (dez) dias, e extraordinariamente com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, utilizando-se para tanto, correspondência enviada aos associados, mediante comprovação.

**Art. 24.** As reuniões da Assembléia Geral serão dirigidas pelo Presidente da ACC, cabendo ao secretário redigir a ata.

**Parágrafo único** – A Assembléia geral deliberará sempre por maioria simples de votos dos associados que estejam em dia com os compromissos financeiros à ACC e estejam associados à mais de 6 meses.

**Art. 25.** Compete privativamente à Assembléia Geral:

- a) eleger os membros da diretoria e conselho fiscal;
- b) destituir os membros da diretoria e conselho fiscal;
- c) validar a indicação de composição do Conselho Comunitário de Comunicação Social;
- d) aprovar as contas e o parecer do Conselho Fiscal;
- e) fixar valor e reajuste da contribuição dos associados;
- f) deliberar sobre a reforma deste Estatuto;
- g) deliberar sobre a extinção da ACC e destino do seu patrimônio;
- h) ocorrendo destituição ou renúncia que possa comprometer a regularidade da administração da ACC, designar diretoria provisória dentro de 30 (trinta) dias, que atuará até a eleição de nova diretoria, que se fará por Comissão eleitoral designada pela diretoria provisória, nos prazos fixados para as eleições;
- i) aprovar regimento interno;

**Parágrafo único** – Para as deliberações a que se referem as alíneas “b” e “f” é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

## Seção II Das eleições

**Art. 26.** Dentre os membros com capacidade civil absoluta e em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais, com prazo de pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para a posse da nova diretoria, serão indicados pela Diretoria Executiva, 3 (três) nomes para compor a Comissão Eleitoral a quem competirá:

- a) organizar o pleito que elegerá nova diretoria e conselho fiscal, promovendo a divulgação dos prazos previstos para o procedimento e fixando a data, horário e local para eleição;
- b) receber as inscrições de chapas, entre 20 (vinte) e 15 (quinze) dias antecedentes ao pleito;
- c) 2 (dois) dias após o recebimento das inscrições, publicar em mural na sede da Rádio a confirmação ou veto às chapas concorrentes, abrindo prazo de 2 (dois) dias a contar da publicação para recursos;
- d) encaminhar no recursos no prazo de 1 (um) dia útil à Diretoria em exercício, que terá 2 (dois) dias para decidir;

A



e) confirmar, após decisão recursal, as chapas concorrentes até 7 (sete) dias antecedentes ao pleito;

f) a posse será automática, 10 dias após o registro do resultado.

**Parágrafo Primeiro.** Havendo empate prevalecerá a chapa em que o presidente for mais idoso.

**Parágrafo Segundo.** A votação das chapas deverá ser pela forma secreta, através de cédulas.

**Art. 27.** Poderão candidatar-se para os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, associados que estejam em dia com seus direitos, deveres e contribuição, e que contem com mais de 06 (seis) meses de efetiva e ininterrupta atuação e contribuição para com a entidade.

**Parágrafo Segundo** – Deverão concorrer chapas completas para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, com exceção do cargo de Diretor Técnico, que será escolhido pela Diretoria eleita.

**Art. 28.** Têm direito a voto os associados fundadores e contribuintes que estejam em dia com seus direitos e deveres e com a contribuição prevista no artigo 9º, parágrafo único deste Estatuto, contanto com o mínimo de seis meses de contribuição e associação à ACC.

**Art. 29.** Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votantes presentes à eleição.

## CAPÍTULO VI DA DIRETORIA EXECUTIVA

**Art. 30.** A Diretoria Executiva é o órgão executivo da administração da ACC e é assim constituída:

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente;
- c) Secretário geral;
- d) Segundo secretário;
- e) Tesoureiro geral;
- f) Segundo tesoureiro;
- g) Diretor de Comunicação;

**Parágrafo Único:** Na ausência, impedimento, renúncia ou falecimento isolada de um dos cargos de Presidente, Secretário Geral e Tesoureiro, assumirão, respectivamente, o Vice-Presidente, Segundo Secretário e Segundo Tesoureiro. Na ausência, impedimento ou falecimento isolada do Diretor de Comunicação ou de Vice-Presidente, Segundo Secretário e Segundo Tesoureiro já empossados nos cargos de Presidente, Secretário e Tesoureiro, caberá a Assembléia Geral eleger sucessor para completar a Diretoria ou Conselho Fiscal até o término do seu mandato.

**Art. 31.** Nas próximas eleições, os membros da Diretoria Executiva, serão eleitos para um período de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, observado o disposto no artigo 26.

**Art. 32.** A Diretoria reunir-se-á ordinariamente a cada 60 (sessenta) dias e, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo respectivo Presidente, por qualquer outro de seus membros, ou por solicitação do Conselho Fiscal.

**Parágrafo primeiro:** A Diretoria considerar-se-á reunida com a participação de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.



8  
H/16

**Parágrafo segundo:** Será lavrada ata de cada reunião, em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas por maioria simples de votos.

**Art. 33.** Além das atribuições que lhe são conferidas neste estatuto, compete à Diretoria:

- a) exercer a administração da ACC, fazer cumprir este estatuto e o regimento interno;
- b) elaborar e executar o programa anual de atividades;
- c) elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual e o respectivo demonstrativo de resultados do exercício findo;
- d) elaborar o orçamento das receitas e despesas para exercício seguinte;
- e) elaborar os regimentos internos da ACC e seus departamentos
- f) entrosar-se com instituições públicas e privadas, tanto no país, como no exterior, para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- g) propor à Assembléia Geral o valor da contribuição mensal dos sócios e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras
- h) promover medidas que possam conduzir a ACC à realização de suas finalidades;
- i) responsabilizar-se pelo patrimônio da ACC e admitir e demitir funcionários;
- j) deliberar sobre a admissão, demissão e punição de sócios;
- k) criar e instalar órgãos de assessoria, necessários ao desenvolvimento da ACC;
- l) deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral;
- m) estabelecer, em instruções ou regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abusos cometidos contra disposições da lei, deste Estatuto ou das normas de relacionamento com a Sociedade, que vierem a ser expedidos de suas reuniões.

**Art. 34.** Compete ao Diretor Presidente :

- a) representar a ACC ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele;
- b) administrar a ACC conjuntamente com os demais membros da Diretoria, obedecendo este estatuto e os demais regimentos internos objetivando a realização das finalidades sociais;
- c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- d) dirigir e supervisionar todas as atividades da ACC;
- e) presidir a Assembléia Geral;
- f) assinar convênios, contratos, intercâmbios conjuntamente com o Secretário Geral, assinar qualquer documento que impliquem em responsabilidade financeira da ACC, bem como assinar cheques e movimentar contas bancárias, conjuntamente com o Tesoureiro Geral;
- g) realizar, mediante aprovação da Diretoria, a contratação de pessoal, empréstimos e outras obrigações pecuniárias.

**Art. 35.** Compete ao Vice-Presidente:

- a) assessorar o Presidente no exercício de suas funções;
- b) substituir o Presidente em seus eventuais impedimentos;
- c) outras funções que venham ser estabelecidas no regimento interno.

**Art. 36.** Compete ao Secretário Geral:

A





- a) administrar as ações da ACC conjuntamente com os demais membros da Diretoria;
- b) assinar a correspondência da Diretoria e expedir convocações da Assembléia Geral;
- c) atuar nas programações que visem a realização dos objetivos da ACC;
- d) secretariar as reuniões das Assembléias Gerais e da Diretoria e redigir atas;
- e) manter organizada a secretaria, com os respectivos livros, arquivos e correspondências;
- f) atualizar e manter sob sua guarda os livros de atas das reuniões da Diretoria Executiva e das Assembléias Gerais;
- g) registrar e manter atualizados o cadastro dos sócios, bem como o quadro social;
- h) assinar conjuntamente com o presidente, admissão de novos sócios, contratos, convênio e intercâmbios.

**Art. 37.** Compete ao Segundo secretário:

- a) assessorar o Secretário Geral no exercício em suas funções;
- b) substituir o secretário geral em seus eventuais impedimentos;
- c) outras atribuições que sejam estabelecidas no regimento interno.

**Art. 38.** Compete ao tesoureiro geral:

- a) arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos efetuados à associação, mantendo em dia a escrituração;
- b) zelar pela quitação e recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, de responsabilidade da ACC, conferindo ou impugnando contas e cálculos a este relativos;
- c) apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitadas;
- d) apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
- e) apresentar semestralmente o balancete de receitas e despesas ao Conselho Fiscal;
- f) manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- g) conservar em sua guarda e responsabilidade todos os documentos relativos à tesouraria;
- h) assinar em conjunto com presidente todos os cheques emitidos pela associação.

**Art. 39.** Compete ao Segundo tesoureiro:

- a) assessorar o tesoureiro geral no exercício de suas funções;
- b) substituir o tesoureiro geral em seus eventuais impedimentos;
- c) outras atribuições que sejam estabelecidas pelo regimento interno.

**Art. 40.** Compete ao diretor de comunicação:

- a) responsabilizar-se pelo departamento de comunicação, quando da instalação do serviço de radiodifusão comunitário, bem como formar quantos departamentos forem necessários ao desenvolvimento do serviço, desde que, os demais membros da diretoria assim o referendem;
- b) supervisionar, durante a programação diária, a manutenção do código de ética, bem como os princípios da lei de imprensa, ministrando mensalmente aos seus subordinados palestras sobre ambos os tópicos, bem como adverti-los e se necessário, vetar tais programadores;
- c) elaborar e supervisionar o cumprimento da grade de programação, que deverá destinar exclusivamente à comunidade 6 (seis) minutos à cada hora, bem como promover a cultura nacional, e demais objetivos constantes no artigo 3º retro;





10  
BKE

d) analisar as notícias enviadas para a confecção de BIC's (Boletins Informativos Comunitários), que estando em desacordo com os princípios deste estatuto, deverão ser vetadas e enviadas à coordenadoria do Conselho Comunitário de Comunicação Social para notificação de seus autores.

## **CAPÍTULO VII DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 41.** O conselho fiscal será constituído por 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, de reconhecida idoneidade, que a partir das próximas eleições cumprirão um mandato de 02 (dois) anos com direito à reeleição.

**Parágrafo Único.** Na ausência, impedimento, renúncia ou falecimento de um dos membros titulares, assumirá o 1º suplente e sucessivamente o 2º suplente, e se houver necessidade, caberá à assembléia eleger sucessor.

**Art. 42.** O conselho fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 06 (seis) meses e extraordinariamente, sempre que necessário, sendo lavrada ata de cada reunião, em livro próprio, nos quais serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

**Parágrafo Primeiro:** Em sua primeira reunião escolherá dentre seus membros efetivos um coordenador, incumbido de convocar e dirigir os trabalhos destas e um secretário.

**Parágrafo Segundo:** As reuniões poderão ser convocadas ainda por qualquer de seus membros, por solicitação da diretoria executiva ou da assembléia geral.

**Parágrafo Terceiro:** Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos pelo secretário e na ausência deste também, pelo membro efetivo remanescente.

**Parágrafo Quarto:** As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata lavrada em livro próprio, que, após sua leitura deverá ser assinada por todos os membros presentes.

**Art. 43.** Compete ao conselho fiscal:

- a) examinar os documentos e livros de escrituração da entidade;
- b) examinar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro, opinando a respeito;
- c) apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da diretoria;
- d) opinar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens pertencentes à associação;
- e) fiscalizar os atos da diretoria e dos conselhos anexos na esfera contábil, verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- f) deliberar sobre as subvenções outorgadas pela ACC aos conselhos anexos denunciando a assembléia geral quaisquer irregularidades verificadas;
- g) acompanhar o cumprimento da política financeira e de recursos humanos estabelecidos pela diretoria executiva.

## **CAPÍTULO VIII DO CONSELHO GESTOR**

A



11  
616

**Art. 44.** O conselho gestor será instituído após a implantação do serviço de radiodifusão comunitária conforme artigo terceiro retro, e compor-se-á pelos anexos departamento de comunicação e departamento artístico, que agindo em uníssono visarão a organização da programação social e artística na área de comunicação comunitária em consonância com o artigo 220 da Constituição Federal do Brasil.

**Parágrafo Único.** O mandato do conselho gestor será de 04 (quatro) anos com direito à reeleição.

**Art. 45.** O departamento de comunicação será presidido pelo diretor de comunicação, para o qual a assembléia geral elegerá 01 suplente que faça parte da diretoria executiva ou do conselho fiscal, podendo conforme necessidade compor-se por mais membros, conforme artigo 41, inciso a, ao qual compete analisar o teor da programação social a ser levada ao ar, com base no código de ética e lei de imprensa, observando os valores éticos da pessoa e da família, com poderes de veto sobre qualquer fundo tendencioso que esteja em desacordo com o disposto no artigo 3º retro, devendo reunir-se ordinariamente a cada sete dias, e extraordinariamente a qualquer tempo, sempre que convocado por qualquer dos membros participantes, cuja ata deverá ser registrada em livro próprio e assinada por todos os membros presentes.

**Parágrafo Primeiro.** As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros votantes, lavradas em livro próprio.

**Parágrafo Segundo.** Quaisquer deliberações que envolvam veto deverão ser submetidas imediatamente ao conselho comunitário.

**Art. 46.** O departamento artístico compor-se-á por um membro efetivo e um membro suplente, que façam parte da diretoria executiva ou conselho fiscal, ao qual compete elaborar o sistema de programação musical, visando a divulgação da cultura nacional, promovendo novos artistas (escritores, poetas, artesão, instrumentistas, etc.) e promoverá a integração social de sua área de atuação, estando subordinado ao diretor de comunicação.

**Parágrafo Primeiro.** As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros votantes, lavradas em livro próprio.

**Parágrafo Segundo.** Quaisquer deliberações que incluam veiculação inédita ou estranha à programação deverão ser submetidas ao departamento de comunicação.

## CAPÍTULO IX DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Art. 47.** O conselho comunitário de comunicação social será composto por cinco membros efetivos, representantes de cinco distintas entidades formalizadas na área de abrangência da ACC, tais como, de moradores, associações de classe, beneméritas, filantrópicas, assistenciais, religiosas, desde que legalmente instituídas, indicadas pela diretoria e referendados pela assembléia geral, funcionará com formação de quadro efetivo de direção, reger-se-á por normatização de funcionamento interna própria.

**Parágrafo Único.** O mandato do conselho comunitário de comunicação social será de quatro anos, com direito à reeleição.

**Art. 48.** Ao conselho comunitário de comunicação social competirá as seguintes atribuições:

a) primordialmente atuará junto ao departamento de comunicação, acompanhando a programação, visando atender aos interesses da comunidade, fazendo com que a mesma respeite os valores éticos da pessoa e da família;

11





b) buscar e selecionar notícias das entidades integrantes e de seus beneficiados que sejam de interesse da comunidade para a elaboração de BIC's (Boletins Informativos Comunitários), que serão parte integrante obrigatória da programação diária;

c) notificado sobre decisões que envolverem veto por parte do departamento de comunicação ao analisar notícias de fundo tendenciosa, notificará aos autores por escrito o motivo da recusa da veiculação, tendo o autor 30 (trinta) dias para manifestar sua defesa;

d) manter um plantão ininterrupto para pronta recepção de pedidos de veiculação dos municípios da região atendida, de forma a atuar decididamente como porta voz da comunidade.

**Art. 49.** O conselho comunitário de comunicação social reunir-se-á ordinariamente a cada 30 (trinta) dias e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação de qualquer dos seus membros, pelo departamento de comunicação, ou pela diretoria executiva da ACC, devendo suas reuniões e suas opiniões constar de atas lavradas em livro próprio que deverá ser assinada por todos os membros presentes.

## **CAPÍTULO X DA CONTABILIDADE**

**Art. 50.** A contabilidade da ACC obedecerá às disposições legais ou normativas vigentes e tanto ela como os demais registros obrigatórios deverão ser mantidos em perfeita ordem e em dia.

**Parágrafo Único.** As contas sempre que possível, serão apuradas Segundo a natureza das operações e serviços e o balanço geral será levantado a 31 de Dezembro de cada ano.

## **CAPÍTULO XI DOS LIVROS**

**Art. 51.** A associação deverá ter:

- a) livro de matrícula de associados;
- b) livro de atas da reunião da diretoria;
- c) livro de atas da reunião do conselho fiscal;
- d) livro de atas da assembléia geral;
- e) livro de presença dos associados em assembléias gerais;
- f) livro de atas de reunião do corpo diretivo;
- g) livro caixa;
- h) outros livros fiscais, contábeis, etc, exigidos pela lei e/ou regimento interno.

## **CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 52.** Os funcionários que forem admitidos para prestarem serviços profissionais à associação, serão regidos pela consolidação das leis trabalhistas.



13  
bk

**Art. 53.** É vedada a remuneração dos cargos da diretoria e do conselho fiscal, bonificações ou vantagens à dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto, salvo verba de representação.

**Art. 54.** A ACC não distribuirá dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no seu resultado, aplicando totalmente o superávit eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas atividades sociais.

**Art. 55.** A ACC poderá aplicar sua receita em programas sociais, culturais, artísticos, esportivos, como forma de incentivo.

**Art. 57.** Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos por votação da Diretoria, que fará arquivo de Resoluções que decidiram sobre casos omissos e sobre outras situações importantes para a administração da ACC, numerando-os cronologicamente.

**Art. 58.** A ACC poderá inserir na programação de radiodifusão programas para religiões e partidos políticos, desde que em igualdade de oportunidade e condições.

**Art. 59.** Os bens da ACC serão utilizados nas condições estabelecidas neste estatuto.

**Art. 60.** Constatando-se a impossibilidade de continuar funcionando a ACC, esta será extinta por iniciativa da Assembléia Geral, nos termos deste estatuto. Neste caso, seu patrimônio será transferido para outra entidade congênere devidamente reconhecida e com objetivos sociais compatíveis com os da ACC.

**Parágrafo Único.** A ACC somente será extinta por deliberação, de, no mínimo, dois terços dos seus associados votantes presentes, para tal fim convocados em Assembléia Geral.

**Art. 61.** Os associados da ACC não respondem judicialmente, extrajudicialmente ou subsidiariamente pelas obrigações da entidade.

**Art. 62.** A eleição da primeira Diretoria da ACC, do primeiro Conselho Fiscal e de seus respectivos suplentes será efetivada por maioria simples de votos dos sócios fundadores que se inscreverem a aprovação deste estatuto, ou que assinem a Ata de sua fundação.

**Parágrafo Primeiro.** Os Conselhos Gestor, e Comunitário de Comunicação Social, serão eleitos no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o registro deste estatuto, e em idênticas condições da primeira Diretoria Executiva nos termos deste artigo.

**Parágrafo Segundo.** Havendo ausência de representação para eleição de quaisquer dos cargos citados acima, caberá aos membros da Diretoria Executiva e a Assembléia Geral providenciar nova convocação, com prazo inferior a 90 (noventa) dias para promover a ocupação dos membros.

**Art. 63.** O presente Estatuto entra em vigor na data de seu registro no Cartório de registro das Pessoas Jurídicas, nos termos da lei em vigor.

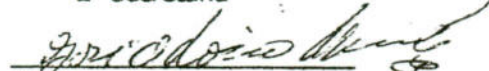
Campo Alegre, 23 de Setembro de 2003.

  
Ronel Milchevski  
Presidente

  
Fabiola Scheffer  
Secretária Geral

  
Elizabeth Kesting  
2ª secretária

  
Leonice Rosário da Cruz  
Tesoureiro Geral

  
José Odorico Munhoz  
2º Tesoureiro

  
Nédia Maria Scheffer  
Diretora de Comunicação

  
Fabiola Scheffer  
OAB/SC 16.929



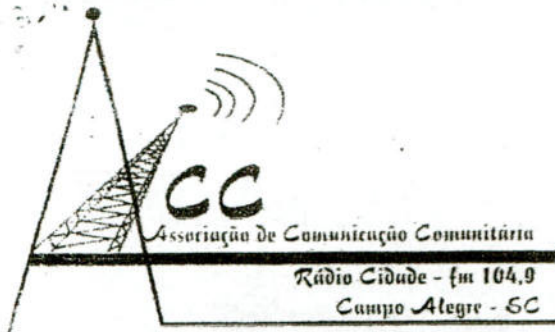
Averbado no assento nº 455 a fls. 208  
do livro nº A-2 de Pessoas Jurídicas Cartório  
São Bento do Sul, 08 de novembro de 2003  
Oficial. Idaí elge

Uma via arquivada em cartório.

Mafalda Tremel Hümmergen  
Oficial do Registro de Imóveis e Documentos  
CPF: 670.971.100-00  
Matrícula Profissional: 1000







Rua Vicente Pereira Neto, 138 - 89294-000 - Campo Alegre  
Fone: 47 3632-1289

Campo Alegre, SC, 02 de setembro de 2008

Ao  
Cartório de Registro Civil, títulos e documentos  
SÃO BENTO DO SUL - SC

Prezada Oficial.

**ASSUNTO: REQUERIMENTO DE REGISTRO** – A Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre – ACC, vem, requerer averbação à margem do original, das alterações de seu estatuto, conforme Ata da Assembléia Geral de 24/05/2007, anexada ao presente requerimento, a seguir transcritas:

Nº do Registro do estatuto original: 455; folhas 208-209

Livro: A2

Data: 07/11/2003.

**1 -Redação original do artigo 2º:**

“Art.2º. A ACC tem sede e foro na cidade de Campo Alegre, no estado de Santa Catarina, à Rua Karl Dudda, s/n . Campo Alegre, mas sua área de atuação abrangerá o município de Campo Alegre e adjacências”.

**Nova redação do artigo 2º:**

“Art.2º.A ACC tem sede e foro na cidade de Campo Alegre, no estado de Santa Catarina, à Rua Vicente Pereira Neto, 138, mas sua área de atuação abrangerá o município de Campo Alegre e adjacências”.

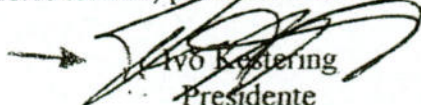
**2-Redação original do artigo 49º:**


Art. 49º. O Conselho Comunitário de Comunicação Social reunir-se-á, ordinariamente, a cada 30 (trinta) dias e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação de qualquer dos seus membros, pelo Departamento de Comunicação, ou pela Diretoria Executiva da ACC, devendo suas reuniões e suas opiniões constar de atas lavradas em livro próprio, que deverá ser assinado por todos os membros presentes.”


**Nova redação do artigo 49º:**

Art. 49º. O Conselho Comunitário de Comunicação Social reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação de qualquer dos seus membros, pelo Departamento de Comunicação, ou pela Diretoria Executiva da ACC, devendo suas reuniões e suas opiniões constar de atas lavradas em livro próprio, que deverá ser assinado por todos os membros presentes.”

Nestes termos, pede deferimento.

→   
Ivo Kosterling  
Presidente

  
Mariela Virmond  
Secretária

  
**Michel Ramos Hiss**  
Advocacia  
OAB/SC 16.252



Protocolado sob nº 669, do  
livro A-nº1, aos 19-11-2008.

Averbado no assento nº 455, a  
fla. 208 do livro nº A-2 de *Pessoas jurídicas*  
d/ Cartório  
S. Bento do Sul, 19 de 11 de 2008  
Oficial *[assinatura]*

Uma via arquivada em cartório.

*Mafalda Treml Hümmelgen*  
Oficial do Registro Civil, Títulos e Documentos  
CPF 633 357 359-00



ESCRIVANIA DE PAZ DE CAMPO ALEGRE  
REGISTRO CIVIL E TABELIONATO  
*Fabiola Scheffer Brunnaquell*

RECONHECIMENTO: Reconheço por SEMELHANÇA a  
firma de IVO KESTERING. Dou fé. ....  
Campo Alegre-SC, 02 de Setembro de 2008. Em test<sup>a</sup>  
*[assinatura]* da verdade.



ESCRIVANIA DE PAZ DE CAMPO ALEGRE  
REGISTRO CIVIL E TABELIONATO  
*Fabiola Scheffer Brunnaquell*

RECONHECIMENTO: Reconheço por SEMELHANÇA a  
firma de EDITH MARICLER VIRMOND. Dou fé. ....  
Campo Alegre-SC, 02 de Setembro de 2008. Em test<sup>a</sup>  
*[assinatura]* da verdade.







DE PAZ DE CAMPO ALEGRE - REGISTRO  
NATO - Fabiola Scheffer Brunnquell  
CÃO: Reprodução fiel do original apre-  
sentado, dou fe. Campo Alegre, 24 de  
maio de 2007. Em Teste da verdade.  
Mônica Brunnquell Escrivã Juramentada

MAFALDA TREML HÜMMELGEN  
Oficial do Registro Civil, Títulos e Documentos  
CPF: 633.357.359-00  
São Bento do Sul - Santa Catarina

nda  
José  
do  
ica.  
seguiu  
i. Rendi  
anda,  
ter de  
ores).  
a. R. Rendi  
Lizareth  
citou  
cã,  
te as-  
imatura

Procurador  
GILSON BRUNNQUELL  
120 Fabiola Scheffer Brunnquell pro quill  
Márcio José Rensky  
23 (23) Adalberto José Rana  
Conforme procuração apresentada a esta Comissão e  
os Senhores Gervásio Alves da Silva, Cleandro Rauli,  
José Cidreira Muniz votaram 2 vezes representando  
pessoas diferentes. Encarregado a votação precedeu  
a estrutura da urna e contagem dos votos. Votaram  
(vinte e três) associados votantes mais três votos dos elei-  
tos que apresentaram procurações, conforme acima citados, to-  
tando 26 votos válidos destes, 26 votos (vinte e seis votos),  
a chapa única anteriormente citada, ficando eleito  
unanimidade, para o biênio 2006/2008. Tendo em vista  
na forma do artigo 26 F a posse ficaria para o dia 01  
e visto a dificuldade para o fechamento do bo-  
letim de agosto/2006, a assembleia ficou a posse para  
1º de setembro de 2006. Em tempo, a assembleia iniciou-  
as 19:30, e não como consta no início da ata.

Ata da Assembleia Geral  
Extraordinária da Associação de Comunidade  
Parque de Grupo Alípio, realizada a  
24 de maio de 2007.  
As vinte e quatro dias  
mes de maio de ano de dois mil e sete, às 14  
horas e vinte minutos, em segunda convocação  
com número de associados com direito a voto  
superior a 1/5 (um quinto), em cumprimento  
parágrafo único do artigo 22 do Estatuto, a pre-  
sente a reunião, informando a ordem do dia da  
convocação da Assembleia Geral. Santa: Conselho  
interior e disposição estatutária, prestação de contas  
exercício de dois mil e seis; programação da reunião





DE AZ DE CAMPO ALEGRE - REGISTRO  
RO. Fabiola Scheffer Brunquell  
1: Reprodução fiel do original apre-  
sentado, dou fé. Campo Alegre, 22 de  
2017. Em Teste da verdade.  
Brunello Escrevente Juramentada

MAFALDA TREML HÜMMELGEN  
Oficial do Registro Civil, Títulos e Documentos  
CPF: 633.357.359-00  
São Bento do Sul - Santa Catarina

4  
16

nova sede da Associação e da rádio, a seguir a presidente, Sra. Fabiola Scheffer Brunquell passou a palavra para o Tesoureiro, Sr. Elson Hansen apresentar as contas do exercício de 2006, que iniciou com R\$ 4.539,66 (quatro mil, quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos) em caixa, e terminou o ano com R\$ 7.123,28 (sete mil, cento e vinte e três reais, vinte e oito centavos). Informou o Tesoureiro que em dezembro/2006 foi adquirido um aparelho Transmissor reserva no valor de R\$ 1.888,00 (um mil, oitocentos e oitenta e oito reais), cumprindo exigência da própria Unatel. Na sequência foi solicitada a manifestação do Conselho Fiscal que, na palavra do Sr. Alderico Gosi Dama, presidente do Conselho Fiscal, leu o parecer favorável do Conselho Fiscal para aprovação por unanimidade e sem ressalvas, das contas do exercício de 2006, e entregou o parecer por escrito para a Diretoria. A seguir, a Presidente colocou em votação e as contas foram aprovadas por unanimidade pelos associados presentes. Devido sequência, a Presidente passou a palavra à Diretora de Comunicação, Sra. Nidia Scheffer que explicou os objetivos do Conselho Comunitário e informou que no estatuto, artigo 49 o Conselho Comunitário deverá reunir-se a cada trinta dias e a Unatel exige uma reunião por ano. A Presidente colocou em votação a mudança no artigo 49, que foi aprovada por unanimidade e passa a ter a seguinte redação: "Artigo 49. o Conselho Comunitário de comunicação social reunir-se a, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, a





OFÍCIO DE PAZ DE CAMPO ALEGRE - REGISTRO  
EJONATO Fabiola Schaffer Brunello  
CAÇÃO: Reprodução fiel do original apre-  
sente. Cópia, dou fé. Campo Alegre, 22 de  
de 2007. Em Teste da verdade.  
Luiza Brunello Escrevente Juramentada

MAFALDA TREML HÜMMELGEN  
Oficial do Registro Civil, Titulos e Documentos  
CPF: 633.357.359-00  
São Bento do Sul - Santa Catarina

5

a  
assim  
outra  
que  
lentos  
em  
sete  
tardos)  
foi  
na no  
nta e  
cia  
enfista  
do  
selho  
selho  
cole e  
io de  
para  
locom  
obras  
is.  
sua  
que  
itário  
nelho  
ta  
por  
a  
lo  
nte  
de  
nte,  
a

qualquer tempo, por solicitação de qualquer dos  
membros, pelo departamento de comunicação, ou pe-  
diretoria executiva da ACC, devendo suas reuniões e  
suas opiniões constar de atas lavradas em livro  
próprio, que deverá ser assinada por todos os mem-  
presentes." dando sequência a pauta, a diretoria  
comunicação comunicou o novo programa que  
para parte da grade de comunicação da rede.  
que terá o nome de "Espaço aberto para a  
comunidade" onde será aberto espaço para que  
tiver interesse de divulgar assuntos relevantes  
entidades locais. Finalizando a pauta, a presidente  
Sr. Fabiola comunicou que a associação  
alugar uma casa na "Vila Ielide" para  
nova sede da associação e novos estudos da  
"Rádio Cidade". O alíquot e a reforma da casa  
serão reportados com a ACIACA, que ocupará  
uma sala da casa e a sala de reuniões  
será conjunta. A diretoria de comunicação  
Sr. Nidia enfatizou que a escola de rede conjunta  
para a ACC, a rádio, a ACIACA e o CDL, foi o  
de reunião conjunta e era aspiração destas entidades.  
Como a CDL tem espaço gratuito para sua se-  
dual, não optou por unir-se na rede conjunta.  
A seguir, a Presidente colocou em votação a mudança  
do artigo 2º e a sede da ACC, que foi aprovada  
por unanimidade e o artigo 2º passará a ter  
a seguinte redação: "Artigo 2º A ACC tem sede  
física na cidade de Campo Alegre, no estado  
Santa Catarina, na rua Vicente Pereira Neto,  
nº 100 - Campo Alegre, mas sua área de atuação  
abrange o município de Campo Alegre e  
adjacências". A seguir a diretoria de comunica-  
ção Sr. Nidia informou que a reforma teve os





DE PAZ DE CAMPO ALEGRE - REGISTRO  
INATO - Fabíola Scheffer Brunquell  
AO: Reprodução fiel do original apre-  
Centado, dou fé. Campo Alegre, 22 de  
12007. Em Teste de verdade.  
Brunello Escrevente Juramentada

MAFALDA TREML HÜMMELGEN  
Oficial do Registro Civil, Títulos e Documentos  
CPF: 633.357.359-00  
São Bento do Sul - Santa Catarina

estas cobertas com patrocínios de empresários  
loais e de govinville que têm chocas em  
bompo alegre se solidarizaram com os  
objetivos da ACC. Nada mais havendo a  
tratar a presidente encerrou a reunião e eu  
secretário, levei a presente ata que foi lida  
e atada conforme pelos presentes que abaixo  
assinam a presente ata. Em Tempo: leia-se "com os  
objetivos da ACC e da ACIACA"

- CRISTIAN STEINER (CONFIADORES)

- João Kistering (Tesoureiro)

- WILSON JACON (Conselheiro Titular)

- JORGE RIBEIRO - Conselho Comunitário

- Romei Michon (V. Presidente)

- Antônio Leal Berroni

- Kátia Lis Michonky - Paróquia St. Trindade

- Gustavo Ciski - Paróquia St. Trindade

- Dina Fari - Conselho Comunitário

- Paulo Alberto Gluciano - Comunicador

- Aldérico José Lima - Conselho fiscal

- Marli Sílvia Martins - EEB Belém Régis

- Renilda Mourachka - associada

- EDUARDO NADUCH - COMUNICADOR

- Elisabete Kistner - Florencia Colço da

- Cleandro Rauli - ACIACA - ASSOC. EMPRESARIAL DE CAMPO ALEGRE

- Marcio José Romão - Associado

- HÉLTON KISTNER - Direção Comunicação

- ALAIR HONISTEN - Tesoureiro

- Eliane de A. Santos - Secretária

- Fabíola Scheffer Muniquell - presidente

Michel Ramos Hiss  
Advocacia  
OAB/SC 16.252



Protocolado sob nº 669, do  
livro A-nº1, aos 19-11-2008.

Averbado no assento nº 455, a  
fls. 208 do livro nº A:2 de *Pereira Juridicas*  
d/ Cartório  
S. Bento do Sul, 14 de 11 de 2008  
Oficial *elac*

Uma via arquivada em cartório.

*Mafalda Tremel Hummel*  
Oficial do Registro Civil, Títulos e Documentos



EM BRANCO



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA

Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze (17/12/2014), os associados da Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre-ACC, inscrita no CNPJ 02.843.454/0001-50, sediada à Rua Vicente Pereira Neto, nr 138, Bairro Belo Horizonte, Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000, reuniram-se em assembleia geral ordinária, na sala de reuniões do Espaço Cultural Municipal, situado à Av. Getúlio Vargas, nr 640, centro, para tratarem da seguinte pauta: prestação de contas e eleição da nova diretoria, assuntos gerais. A Presidente da ACC, Sra. Edithe Maricler Virmond, confirmou que havia quórum com mais de 1/5 dos associados com direito a voto presentes e iniciou os trabalhos indicando a Srta Suelen Aparecida Andrade para secretariar a assembleia. Em seguida, discorreu sobre seu mandato de dois anos, enfatizando que procurou manter a qualidade e credibilidade que a Rádio Comunitária conquistou nos 12 anos de atividade, mesmo depois de iniciada a concorrência da nova rádio comercial, que se instalou na cidade em 2012. Salientou também das dificuldades enfrentadas por conta da saída e troca de locutores e da secretária, que, por razões de economia, não foi substituída, sendo seus trabalhos absorvidos pelos 2 locutores e pela Diretoria. Em seguida passou a palavra ao Tesoureiro Ivo Kesting que apresentou o balanço financeiro analisado e aprovado pelo conselho fiscal. Salientou que, nos últimos 3 anos, a receita manteve-se nos mesmos patamares porque não foram aumentadas as mensalidades dos associados e dos apoiadores culturais, forçando o enxugamento dos gastos e investimentos. Colocou em votação o aumento da mensalidade dos associados de R\$ 5,00 para R\$ 7,00; dos apoiadores culturais pessoas jurídicas, de R\$ 90,00 para R\$ 110,00 (plano básico); e, de R\$ 20,00 para R\$ 30,00, para apoiadores que sejam entidades beneficentes. A Assembleia aprovou por unanimidade. O Tesoureiro informou ainda que a Entidade mantém em caixas R\$ 246,00 e, no Banco SICCOB, está utilizando limite do cheque especial em R\$ 1.665,08, com previsão de crédito de cobrança vencíveis nos próximo 10 dias, no valor de R\$ 4.311,08, resultando em saldo credor de R\$ 1.887,30, suficiente cobrir o limite do cheque especial, e pagar o décimo terceiro salário e encargos sociais. Na sequência, a Presidente solicitou que a Comissão Eleitoral conduzisse os trabalhos de eleição da nova Diretoria. A Comissão informou que foi apresentada apenas a Chapa Um. Em seguida foi realizada a eleição, por voto secreto, e a "Chapa Um" foi eleita por unanimidade. De imediato, a Presidente Edithe Maricler deu posse à nova Diretoria, com mandato até 31/08/2016, sendo que todos os membros são residentes e domiciliados em Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000:.....

**DIRETORIA - Presidente** – Ingo Rusch Alandt, representante da apoiadora cultural ACIACA- Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre, RG 2/R 373.490-SSP/SC, CPF 294.100.299-53, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à Rua Jorge Lacerda, nr 193, centro.....

- **Vice-Presidente** – Wolfram Bahr, associado, RG 3.786.108-SSP/SC, CPF 379.684.249-68, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Rua Carlos Schroeder, 273, bairro Cascatas.....

- **Secretária** – Edithe maricler Virmond, associada, RG 1.198.870-SSP/SC, CPF 94.314.729-04, brasileira, casada, aposentada, residente e domiciliada à Rua Altamiro Lobo Guimarães, nº. 87, centro.....

- **2ª. Secretário** – Gustavo Daniel Tavares Bastos Gama, associado, RG 34.137.327-SSP/SC, CPF 970.754.189-04, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à Rua José Gomes Munhoz, nº 327, centro;.....

- **Tesoureiro** – Ivo Kesting, associado, RG 187.204-4-SSP/SC, CPF 093.003.509.78, brasileiro, casado, bancário aposentado, residente e domiciliado à Rua Raymundo Gomes Munhoz, 55, centro;.....

- **2ª. Tesoureira** – Oliva Catoni, associada, RG 244.899-SSP/SC, CPF 00.237.279-75, brasileira, casada, diarista, residente e domiciliada à Rua Cel. Bueno Franco, nº. 209, centro;.....

- **CONSELHO FISCAL:** - Fabíola Scheffer Brunquell, RG 2.925.306, CPF 015.600.879-35, brasileira, casada, cartorária, residente e domiciliada à Rodovia SC 418, sn, bairro Pinhais; .....

- Continua na página 2 -



- Continuação da página 1 -

- **Luis Eduardo Drancka**, RG 1.369.964-4, CPF 590.733.739-72, brasileiro, casado, pintor de automóveis, residente e domiciliado à Rua Ernesto Friedrich, 7º. 118, centro, representante da apoiadora cultural Igreja Batista da Paz; .....

- **Geraldo Carlos Grosskopf**, RG 674.290-7-SSP/SC, CPF 294.232.799-53, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado à Rua José Gomes Munhoz, 45, centro, representante do apoiador cultura Escritório Contábil Grosskopf Ltda.....

- **SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL: Aldérico José Dana**, RG 1.099.263-4-SSP/SC, CPF 166.523.479-20, brasileiro, casado, odontólogo, residente e domiciliado à Rua Cel. Bueno Franco, nº 736, bairro Cascatas; .....

- **Flávio José Scheffer**, RG 903.903-SSP/SC, CPF 155.363.439-04, brasileiro, casado médico, residente e domiciliado a Rua Benjamin Constant nº. 667, centro; .....

- **Raul Johanson**, RG 1.191.542-SSP/SC, CPF 421.291.179-53, brasileiro, casado, eletricitista, residente e domiciliado à Rua Nereu Ramos, nº. 240, centro, representante da apoiadora cultural Auto Elétrica Raul;

- **CONSELHO COMUNITÁRIO: 1-Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Campo Alegre**; CNPJ 83.788.034/0001-10, entidade religiosa, com sede à Rua Cel. Bento Amorim, nº. 504, centro; .....

**2- ACIACA- Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre**, entidade privada nacional, CNPJ 79.367.012/0001-31, com sede à Rua Ernesto A. Scheide, 132, bairro Belo Horizonte; .....

**3 - Associação de Moradores da Vila Cedro**; CNPJ 10.859.679/0001-22, entidade privada nacional, com sede à Rua Cel. Verissimo de Souza Freitas, nº.566, bairro Cascatas; .....

**4 - Clube de Idosos Amor e Esperança**, CNPJ 01.654.475/0001-64, entidade privada nacional, com sede à Rua Cel. Raimundo Munhoz, nº. 551, bairro Cascatas; .....

**5 - Clube do Bagaço**, CNPJ 02.071.526/0001-98, entidade privada nacional, com sede à Rua Cascata, nº. 77. Encerrada a votação, a Presidente Edithe Maricler Virmond, de imediato, deu posse à nova Diretoria.

O novo Presidente, Ingo Rusch Alandt, agradeceu a votação recebida, conclamou os demais membros da Diretoria a trabalhar em conjunto para manter a Rádio Comunitária Cidade FM trabalhando cada vez a serviço da comunidade. Encerrada a Assembleia, eu, secretária, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai por mim, secretária, e pelos presente assinada.

Nome

Assinatura

Suelen Aparecida de Andrade

Edithe Maricler Virmond

Maurício Langaro

José Valdeci Martins

Adriana Batista de Lima

Raul Johanson

Ingo Rusch Alandt

Flávio José Scheffer

INGO RUSCH ALANDT

continua na página 3



- continuação da página 2 -

<i>Oliver Cortes</i>	<i>Oliver Cortes</i>
<i>João Paulo N. Gomes</i>	
<i>João Pt. Silva Costa</i>	
<i>Adelino Souza Horvath</i>	<i>Adelino Souza Horvath</i>
<i>Tulio Cesar Jansen</i>	<i>Tulio Cesar Jansen</i>
<i>Edgar J. Filho</i>	<i>Edgar J. Filho</i>

**REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA**

São Bento do Sul - SC

Rua Jorge Lacerda, 242 - Centro

Apresentado hoje para registro, Apontado sob nº 00002929, do protocolo 6, registrado no livro A-45, registro de Pessoas Jurídicas sob nº 00003306. São Bento do Sul, 30/12/2014.

Reg.: 0,00, Selo: 0,00, Total: 0,00

*[Assinatura]*  
Mafalda Tremi Hümmelgen  
Oficiala

DOV00792 7S1J

Confira em: [www.tjsc.jus.br/selo](http://www.tjsc.jus.br/selo)

**Viviane Isabel Schwarz**  
Escrevente Autorizada

*30*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*Valdeci*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*Rd.*



## ATA DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ACC

Aos quatorze dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis (14/01/2016), às dezenove horas, na sede da Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre-ACC, situada à Rua Vicente Pereira Neto, 138, Bairro Belo Horizonte, Campo Alegre/SC, reuniram-se os membros do Conselho Comunitário, estando presentes Ivete Maria Lopes Alexandre, representante da Associação de Moradores da Vila Cedro, Ivalina Karvat, representante do Clube de Idosos Amor e Esperança, Tulio Cezar Jensen, representante da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana, José Cristofolini, representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre-ACIACA. Também presente como convidado o Sr. Ivo Kesting, Diretor de Comunicação da Rádio Comunitária Cidade FM. O Coordenador da Reunião, Sr. Tulio Cezar Jensen abriu a reunião e passou a palavra ao Sr. Ivo Kesting que leu a programação da Rádio Comunitária, e destacou os programas produzidos pela emissora, tais como: "A Voz do Lebon", programa semanal produzido e apresentado por estudantes do ensino médio; "Informativo da Câmara de Vereadores" e retransmissão da sessão semanal; "Informativo Municipal" semanal, de meia hora; "Informativo da Cidade", noticiário semanal; "Bolsa de Emprego", informativo diário de oportunidades de emprego; "Pechincha da Cidade", informativo diário de compra e venda; "Cidade é Notícia", informativo diário de meia hora; "Programa o Semeador", apresentado cada dia da semana por uma entidade religiosa, com uma hora de duração; "Participação do Ouvinte" com oferecimento de músicas, uma hora de manhã e uma hora a tarde; "Alma de viola, Alma de História", programa semanal de músicas sertanejas de raiz totalmente indicadas pelos ouvintes, com duas horas de duração aos domingos. Na sequência, o coordenador solicitou que cada conselheiro expressasse sua expectativa sobre a programação da Rádio Comunitária. Todos os conselheiros foram unânimes em salientar que a programação da emissora satisfaz plenamente os anseios da comunidade e cumpre plenamente as finalidades legais de uma rádio comunitária, sendo imprescindível meio de informação, cultura, entretenimento e utilidade pública. Os conselheiros referendam o resultado de pesquisas de opinião que apontam audiência de mais de 70% da comunidade de alcance da rádio comunitária. Nada mais havendo a tratar, eu, José Cristofolini, secretário, lavrei a presente ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

*Jose Cristofolini*  
*Ivalina Karvat*  
*Tulio Cezar Jensen*  
*Ivete Maria Lopes Alexandre*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS ORELL & SOUZA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 373.490 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/DEZ/2015

NOME INGO RUSCH ALANDT

FILIAÇÃO REINALDO RUSCH ALANDT  
IRACEMA RUSCH ALANDT

NATURALIDADE JOINVILLE SC DATA DE NASCIMENTO 04/02/1956

DOC.ORIGEM CERT. CAS. 95 LV B-01 FL -48  
CART. BEHLING-JOINVILLE SC

CPF 294.100.299-53

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS  
Perito Criminal

SÃO BENTO DO SUL - SC Diretor do Instituto de Identificação - IGP/SC

ASSINATURA DO DIRETOR

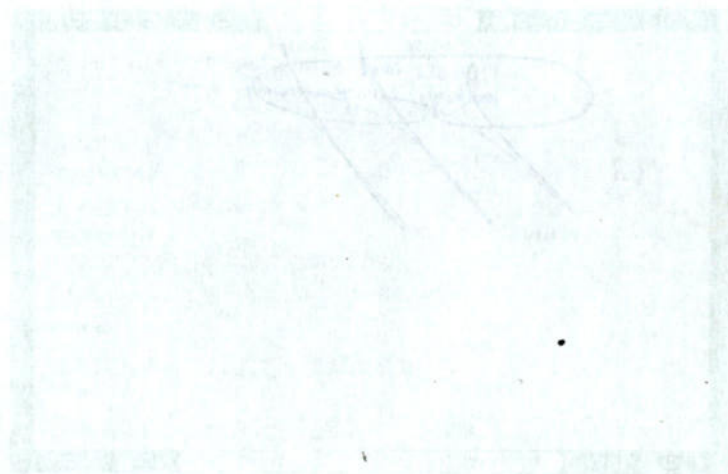
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS ORELL & SOUZA

*Presidente*



Secretaria



Modelo Verso



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 21º/R-1.198.870 DATA DE EXPEDIÇÃO 13.05.1997

NOME  
EDITH MARICLER VIRMOND

FILIAÇÃO  
Geraldo Fröhner Filho  
Romilda Odete Fröhner

NATURALIDADE  
RIO NEGRINHO - SC DATA DE NASCIMENTO  
18.04.1950

DOC ORIGEM Cert. Cas. nº 3.792 Liv. 14 Fis. 108v.  
Cart. Pro Negrinho - SC

CPF  
694.314.788

Assinatura do Diretor  
Dr. Lúcio Lúcio Marques

Red. Polcia - Matr 132.907

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Vol. 1080



Desarrolla



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 187.204-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 15/JUL/2002

NOME IVO KESTERING

FILIAÇÃO CONRADO KESTERING  
VIRGINIA BHZI KESTERING

NATURALIDADE SÃO LUDGERO SC DATA DE NASCIMENTO 21/MAR/1952

DOC ORIGEM C CAS 5215 LV 09-R-AU FL 216  
CART JOINVILLE SC

CPF 093.003.509/78

SÃO LUDGERO SC

ASSINATURA DO DELEGADO REGIONAL DE POLÍCIA CÍVEL  
Adalberto Manoel Ramos  
Nº 93.124-4 - SSP

LEI Nº 7.116 DE 20/09/83



Para  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônicas  
Departamento de Outorga de Serviços  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo Ala Oeste, sala 300  
70.044-900 – BRASILIA - DF





( ETIQUETA OU CARIMBO MP )



**ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA  
DE CAMPO ALEGRE – ACC**  
**Rua Vicente Pereira Neto, 138, Bairro Belo Horizonte**  
**CEP 89.294-000 – Campo Alegre - SC**



**Processo nº:** 53000.050447/2012-38

**Município/UF:** Campo Alegre/SC

Diante da análise dos autos, verificou-se a existência dos seguintes documentos pertinentes à renovação:

**Tempestivo.** Protocolo: 16/10/2012. Validade da outorga: 20/12/2012.

1. Requerimento de Renovação (Anexo V): fl. 06 - Processo Digitalizado (0015341)

2. Estatuto social: fls. 02/17- Ofício 1/2016 (0937419)

3. Ata de eleição da Diretoria em exercício: fls. 23/25 - Ofício 1/2016 (0937419)

- **Mandato: 17/12/2014 a 31/08/2016.**

4. Prova de maioria e nacionalidade de todos os dirigentes: Ofício 1/2016 (0937419)

- PRESIDENTE: Ingo Rusch Alandt (04/02/1956) fl. 27

- VICE-PRESIDENTE: Wolfram Bahr

- SECRETÁRIO-GERAL: Edithe Maricler Virmond (18/04/1950) fl. 29

- 2º SECRETÁRIO: Gustavo Daniel Tavares Bastos Gama

- TESOUREIRO-GERAL: Ivo Kesting (21/03/1952) fl. 31

- 2º TESOUREIRA: Oliva Catoni

- **DIRETOR DE COMUNICAÇÃO? (Não foi provido o cargo)**

5. Comprovante de CPF de todos os dirigentes:

- PRESIDENTE: Ingo Rusch Alandt (249.100.299-53) fl. 27

- VICE-PRESIDENTE: Wolfram Bahr (379.684.249-68)

- 1º SECRETÁRIO: Edithe Maricler Virmond (694.314.729-04) fl. 29

- 2º SECRETÁRIO: Gustavo Daniel Tavares BastosGama (970.754.189-04)

- 1º TESOUREIRO: Ivo Kesting (093.003.509-78) fl. 31

- 2º TESOUREIRA: Oliva Catoni (00.237.279-75)

- **DIRETOR DE COMUNICAÇÃO? (Não foi provido o cargo).** Presidente do Conselho Gestor, responsável pela execução do serviço de radiodifusão comunitária (arts. 44 e 45).

6. Declaração atestando que as instalações estão de acordo com a autorização: fl. 09 Processo Digitalizado (0015341)



7. Características do Estatuto:

- Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º, caput.
- Ingresso gratuito, como associado, de toda pessoa física e jurídica: art. 9º.
- Direito de voz e voto: art. 14, alínea “a”.
- Direito, concedido às pessoas físicas, de serem votadas: art. 14, alínea “a”.
- Cargos que compõem a estrutura administrativa: art. 30.
- Tempo de mandato da Diretoria, limitado ao máximo de 4 anos e uma recondução: art. 31 (dois anos, permitida a reeleição).
- Conselho Comunitário: arts. 47 ao 49.

8. Último relatório do Conselho Comunitário, com a grade de programação, nos moldes do art.131, inciso V, da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC: fl. 26 - Ofício 1/2016 (0937419). Grade de programação fls. 36/39 - Processo Digitalizado (0015341).

9. Certidão negativa de débitos de receita administradas pela Anatel: fl. 01 Certidão (0863994). Em nova pesquisa realizada em 23/03/2016 a entidade encontrava-se sem débitos.

10. CNPJ: fl. 01 Certidão (0863996)

11. **Análise de vínculos:** político-partiário.

MEMBRO	FILIADO	PARTIDO	PARTICIPA DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO	VÍNCULO RELIGIOSO	POSSUI PARENTES MEMBROS DA DIRETORIA
PRESIDENTE: Ingo Rusch Alandt (04/02/1956)	Não	Não	Não	Não	
VICE-PRESIDENTE: Wolfram Bahr				Não	
SECRETÁRIO-GERAL: Edithe Maricler Virmond (18/04/1950)	Não	Não	Não	Não	
2º SECRETÁRIO: Gustavo Daniel Tavares Bastos Gama				Não	
TESOUREIRO-GERAL: Ivo Kesterling (21/03/1952)	Sim	PMDB	Sim	Não	
2º TESOUREIRA: Oliva Catoni				Não	

**OBSERVAÇÕES:**

- O processo **não** está completamente instruído.



- O estatuto social está conforme com a Portaria nº 4334, de 2015.
- Foi feita pesquisa de vínculo parcial, haja vista a ausência de documentos.

**CONCLUSÃO:** Será elaborada Nota Técnica requerendo o cumprimento de exigências.

Relatório elaborado por Rebecca Martins





## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **IVO KESTERING (Título Eleitoral: 008668320990 )** é **MEMBRO (exercício 24/10/2015 a 24/10/2017)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PMDB - 15 PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Orgão Partidário: **Diretório**  
Abrangência: **MUNICIPAL - CAMPO ALEGRE/SC**  
Vigência: **Início: 24/10/2015 Final: 24/10/2017**  
Código: **U3IN.VAMS.BYV3.SSEV.**  
Certidão emitida às: **23/03/2016 13:49:25**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 6759/2016/SEI-MC**

Processo nº: **53000.050447/2012-38.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A **Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Campo Alegre**, estado de **Santa Catarina**, apresentou documentos em atendimento de exigência, conforme o Ofício nº 001/2016 0937419.

**ANÁLISE**

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	<b>Dispositivo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Análise</b>
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	Art. 131, inciso III	Ata de eleição.	<p>Conforme consta da última Ata de Eleição encaminhada pela Entidade, <b>não foi provido o cargo de Diretor de Comunicação</b>, conforme prevê o art. 30, alínea "g" do estatuto social.</p> <p>Desta feita, a Entidade deverá regularizar a situação, seja promovendo a supressão do cargo no estatuto social ou realizando eleição para o provimento deste cargo.</p> <p>Em caso de eleição ou alteração estatutária, a Entidade deverá efetuar o registro do respectivo ato no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p> <p><b>Observação:</b> Em caso de eleição, além do registro da ata, a Entidade deverá encaminhar o comprovante de maioria, nacionalidade e inscrição do CPF do membro eleito.</p>



	Art. 42	CPF de todos os dirigentes.	<p>A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF dos seguintes Diretores:</p> <p>a. Sr. Wolfram Bahr;</p> <p>b. Sr. Gustavo Daniel Tavares Bastos Gama; e</p> <p>c. Sra. Oliva Catoni.</p>
Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998	Art. 6º, parágrafo único c/c art. 9º, § 2º, incisos III e IV	Comprovante de maioria/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre a maioria e a nacionalidade dos seguintes Diretores:</p> <p>a. Sr. Wolfram Bahr;</p> <p>b. Gustavo Daniel Tavares Bastos Gama; e</p> <p>c. Oliva Catoni.</p>
Portaria nº 4334, de 2015	Art. 131, inciso IV		<p><b>Observação:</b> serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p><b>Não</b> serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>
Lei nº. 9.612, de 98	Art. 11		<p>A partir da análise do processo foram feitas pesquisas que levaram aos seguintes fatos:</p> <p>O <b>Sr. Ivo Kesting</b>, Tesoureiro-Geral da Entidade, é membro do Diretório do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), conforme certidão obtida no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).</p>



Portaria nº 4334, de 2015	Art. 25, § 2º, inciso I, alínea "b"	Vínculos de subordinação.	<p>O fato apontado configura vínculo político partidário, nos termos do art. 25, § 2º, inciso I, alínea "b" da Portaria nº 4334, de 2015.</p> <p>Esclareça-se que a existência de vínculo, no curso do processo, consiste em um vício de caráter <b>insanável</b>. Contudo, em razão do que determina o art. 137, parágrafo único da Portaria 4334, de 2015, <u>durante o prazo indicado neste artigo</u> a vinculação será tida como um vício de caráter sanável.</p> <p>Por essa razão, é imprescindível que a Entidade desfaça o vínculo indicado, para que seja possível dar continuidade ao processo de renovação.</p> <p>Ressalta-se que a Entidade pode optar por substituir o diretor impedido (procedendo-se à eleição para o cargo) ou solicitar que este se retire do órgão de direção partidário do qual faça parte (não é necessária a desfiliação do partido político).</p> <p><b>Observação:</b> Caso seja procedida à nova eleição, deve-se encaminhar a respectiva Ata, bem como os comprovantes de maioria, nacionalidade e CPF relativo(s) ao(s) novo(s) dirigente(s).</p>
---------------------------	-------------------------------------	---------------------------	---

3. Salienta-se que a solicitação **referente ao envio dos comprovantes de maioria, nacionalidade e inscrição no CPF** dos membros que compõe a Diretoria da Entidade será a última realizada por este Ministério. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 132, II da Portaria nº 4334, de 2015.



4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.
5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.
6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@comunicacoes.gov.br](mailto:duvidasradcom@comunicacoes.gov.br).
7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado no Ministério das Comunicações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rebecca Rackell Oliveira Quadrado de Araujo Linhares Martins, Técnico de Nível Superior - Direito**, em 23/03/2016, às 15:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 24/03/2016, às 09:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1038783** e o código CRC **96444AD0**.

## **Minutas e Anexos**

Certidões obtidas na internet TSE 1038756





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 9788/2016/SEI-MC

Ao Senhor

**INGO RUSCH ALANDT**

Representante Legal da Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre

Avenida Dr. Getúlio Vargas, nº 606 - Santo Antônio

89.294-000 / Campo Alegre - SC

CNPJ nº 02.843.454/0001-50

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.050447/2012-38.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 6759/2016/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 24/03/2016, às 09:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1038786** e o código CRC **2A7A0841**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Memorando nº 970/2016/SEI-MC

À Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorga

Assunto: **Solicitação de abertura de processo de apuração de infração.**

Processo nº: **53000.050447/2012-38.**

1. Foram encontrados indícios de que a Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campo Alegre/SC, estaria infringindo o art. 11 da Lei nº 9.612/1998, ao manter vínculo político-partidário, nos termos da Nota Técnica nº 6759/2016/SEI-MC 1038783 e da certidão obtida no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral 1038756.
2. Diante do exposto, solicito a abertura de processo de apuração de infração.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 24/03/2016, às 09:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1038790** e o código CRC **0B9812F1**.



NOME OU RAZÃO SOCIAL DO

SCE/CGRC

OFICIO nº 9788/ 2016/SEI-MC, de 24/03/2016

ENDEREÇO / ADRESSE

Nº DO PROCESSO: 53000.050447/2012-38

INGO RUSCH ALANDT

Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre

CEP / CODE POSTAL

Avenida Dr. Getúlio Vargas, nº 606 - Santo Antônio

89.294-000

Campo Alegre - SC

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Vera Fabre

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

04/04/16

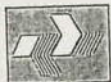
CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENTEunice dos Santos Amaral  
Mat. 8.709.959-8  
de Correios/Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS





**CORREIOS  
BRÉSIL**

**AVISO DE  
RECEBIMENTO**

**AR**

**AVIS CN07**

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**AGÊNCIA MASCOM**

**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

<div data-bbox="616 244 886 348"></div>	<div data-bbox="886 244 1158 348"></div>	<div data-bbox="1158 244 1418 348"></div>
: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

RECEBO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

NC

EN

CI

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,  
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300  
70044-900 Brasília-DF

UF

BR



Ofício 17/2016  
2016

Campo Alegre/SC, 05 de maio de

Para

**COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Ministério das comunicações/Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º.andar

CEP 70044-900

**BRASÍLIA - DF**

Senhora Coordenadora Eliane Almeida da Silva

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica da análise do processo nr 53000.050447/2012-38

Cumprimentando-a, cordialmente, encaminhamos, em anexo, os documentos solicitados na NOTA TÉCNICA Nº 6759/2016/SEI-MC remetida por essa Secretaria através do ofício nº 9788/2016/SEI-MC de 2403/2016, recebido por nossa Associação em 05/04/2016:

1. Ata de eleição para prover o cargo de Diretor de Comunicação, devidamente registrada em cartório de Pessoa Jurídica;
2. Cópia do CPF/comprovante de maioridade/nacionalidade:
  - do novo Diretor de Comunicação Jeison Fabiano de Souza Ossovski e do suplente Ivo Kesting;
  - de três dirigentes faltantes mencionados na Nota Técnica: Wolfram Bahr, Gustavo Daniel Tavares Bastos Gama e Oliva Catoni;
3. Comprovante de desvinculação de subordinação do vínculo político partidário do Tesoureiro-Geral Ivo Kesting a órgão de direção de partido político.

Ficamos ao dispor para eventuais novos esclarecimentos.

Atenciosamente

Ingo Rusch Alandt

Presidente da Associação de Comunicação Comunitária-ACC

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 09/05/16 às 14:00 horas

Assinatura: Conceição



## ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril de 2016 (19/04/2016), os associados da Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre – ACC, inscrita no CNPJ/MF sob o número 02.843.454/0001-50, com sede à Rua Vicente Pereira Neto, nº 138, bairro Belo Horizonte, reuniram-se na sede da entidade, às 19:30 horas, conforme Edital nº 01/2016, de 08 de abril de 2016, com a seguinte ordem do dia: eleição do novo Diretor de Comunicação e seu suplente; assuntos gerais. O Presidente, Senhor Ingo Rusch Alandt, abriu a Assembléia Geral, em segunda chamada, e verificou estarem presentes mais de 1/5 dos associados. Na sequência, o Presidente explicou da necessidade de eleger um diretor de Comunicação e um Suplente, para completar a Diretoria Executiva, na forma do estatuto. Informou que se apresentou uma chapa: Jeison Fabiano de Souza Ossovski, RG 4.593.871-7, SSP/SC, CPF, 063.211.129-17, brasileiro, maior, assessor de parlamentar, residente e domiciliado a Estrada Caíva do Serro, bairro Avenquinha, cidade de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000. Para suplente, o estatuto estatuto faculta que seja um membro da Diretoria Executiva e se apresentou como candidato o Diretor Tesoureiro Ivo Kesting, RG 187.204-4, SSP/SC, CPF 093.003.509-78, brasileiro, casado, bancário aposentado, residente e domiciliado à Rua Raymundo Gomes Munhoz, nº 55, centro, cidade de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000. Em seguida procedeu-se a eleição, por voto secreto. Terminada a eleição e contados os votos a chapa única foi eleita por unanimidade. Em seguida o Presidente Ingo Rusch Alandt empossou o novo Diretor de Comunicação Jeison Fabiano de Souza Ossovski e seu Suplente Ivo Kesting para mandato que se encerrará em 31/08/2016. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Assembleia Geral e, eu, Maricler virmond, secretária, lavrei a presente ata, que, após lida e achada conforme, vai por mim assinada e pelos presentes.

Nome

Assinatura

Edithe Maricler Virmond

Elton Izel Drechsler

Ingo Rusch alandt

Ivo Kesting

Jackson Friedrich

Jeison Fabiano S.Ossovski

Luiz Eduardo Drancka

Osvaldo Alido Largura

Raul Johanson

Renate Ellingen Nogueira

Rinaldinho de Souza

### REGISTRO DE PESSOA JURIDICA

São Bento do Sul - SC

Rua Jorge Lacerda, 242 - Centro

Apresentado hoje para registro, Aportado sob nº 00003431, do protocolo 7, registrado no livro A-54, registro de Pessoas Jurídicas sob nº 00003808. São Bento do Sul, 28/04/2016.

Reg.: 0,00, Selo: 0,00, Total: 0,00

Maíela  
Mafalda Tremi Hümmelgen - Oficial















VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL 3.786.108

DATA DE  
EXPEDIÇÃO 23/ABR/2009

NOME  
WOLFRAM BAHR

FILIAÇÃO  
HARRY BAHR  
INGENORA BAHR

NATURALIDADE  
CAMPO ALEGRE SC

DATA DE NASCIMENTO  
15/ABR/1975

DOC ORIGEM CERT. CAS. 1523 LV B-05 FL-137  
CART. BRUNNQUELL - CAMPO ALEGRE SC

CPF 017.552.659-13

SÃO BENTO DO SUL - SC

ASSINATURA DO DIRETOR  
LEI N° 7.116 (DE 29/08/83)

*Luciano de M. Moreira*  
Perito Criminal  
Matrícula 365.863-6

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÁFICO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO





*W.B.*

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE











Campo Alegre/SC, 07 de abril de 2016

Para

Presidente da Comissão Executiva do PMDB

NESTA

Senhor Presidente,

**ASSUNTO: PEDIDO DE DEMISSÃO DO DIRETORIO MUNICIPAL DO PMDB** – Eu, Ivo Kesting, portador do titulo de eleitor nr. 086.683.209-90, CPF nr 093.003.509-78, venho, respeitosamente, solicitar, com urgência, minha demissão do Diretorio Municipal do PMDB, por exigência da ANATEL, que proíbe a Diretores de Radio Comunitaria exercer cargo em partido político enquanto estiver na diretoria da Radio Comunitaria, sob pena de não renovação da outorga junto a ANATEL.

Outrossim, solicito que seja enviado copia deste oficio para o Diretorio Estadual providenciar minha exclusão do junto ao Tribunal Regional Eleitoral.

Atenciosamente

  
IVO KESTERING

Recebido 07/04/2016  
Cida da Silva  
Presidente do PMDB





**Diretório Municipal de Campo Alegre/SC**

---

Campo Alegre, 11 de abril de 2016

Senhor Presidente,

**ASSUNTO: ENCAMINHA PEDIDO DE DEMISSÃO DE MEMBRO DO DIRETORIO MUNICIPAL.**

Cumprimentando-o, cordialmente, solicitamos providenciar a baixa junto ao Tribunal Regional Eleitoral, com a devida urgência, do membro do diretório abaixo especificado, conforme pedido de demissão encaminhado para este diretório em 07/04/2016:

**Nome: Ivo Kestering**

**CPF: 093.003.509.78**

**Título: 086.683.209-90**

Ao ensejo, renovamos protestos de estima e consideração.


Atenciosamente

Adolar Bahr

Presidente do Diretório Municipal do PMDB

ILMO. SR.  
MAURO MARIANI  
Presidente do Diretório Estadual do PMDB  
Rua Laura Caminha Meira, 71 - Centro  
CEP 88020-310 - Florianópolis - SC



**Rádio Cidade**  
**87,9 FM**  
Associação de Comunicação Comunitária  
Cidade FM 87,9 FM - Campo Alegre - SC.  
**Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre – ACC**  
**Rua Vicente Pereira Neto, 138, Belo Horizonte**  
**CEP 89.294-000 – CAMPO ALEGRE/SC**



Para

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar

CEP 70044-900

**BRASÍLIA - DF**





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 70044-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 2027-6000

Memorando nº 2147/2016/SEI-MCTIC

À Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação da Outorga.**

Informamos a existência de indícios de vínculo de natureza política o que é vedado pelos artigos 11 da Lei nº 9.612/1998 e 25, § 2º da Portaria nº 4334 de 17 de setembro de 2015, conforme apuração nos autos do processo de renovação de outorga nº 53000.050447/2012-38. Considerando a irregularidade cometida pela referida entidade, informo a instauração do Processo de Apuração de Infração nº **53900.025536/2016-26**, em face da entidade ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE (CNPJ 02.843.454/0001-50), autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campo Alegre/SC.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-Geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 08/06/2016, às 15:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1173943** e o código CRC **B95DCD98**.



**Processo nº:** 53000.050447/2012-38

**Município/UF:** Campo Alegre/SC

Diante da análise dos autos, verificou-se a existência dos seguintes documentos pertinentes à renovação:

**Tempestivo.** Protocolo: 16/10/2012. Validade da outorga: 20/12/2012.

1. Requerimento de Renovação (Anexo V): fl. 06 - Processo Digitalizado (0015341)
2. Estatuto social: fls. 02/17- Ofício 1/2016 (0937419)
3. Ata de eleição da Diretoria em exercício: fls. 23/25 - Ofício 1/2016 (0937419). **Ata complementar:** fl. 02 (1123390) – mandato do diretor 19/04/2016 a 31/08/2016.

- **Mandato: 17/12/2014 a 31/08/2016.**

4. Prova de maioria e nacionalidade de todos os dirigentes: Ofício 1/2016 (0937419)

- PRESIDENTE: Ingo Rusch Alandt (04/02/1956) (249.100.299-53) fl. 27

- **VICE-PRESIDENTE:** Wolfram Bahr (15/04/1975)(017.552.659-13) fl. 06 (1123390)

- SECRETÁRIO-GERAL: Edithe Maricler Virmond (18/04/1950) (694.314.729-04) fl. 29

- **2º SECRETÁRIO:** Gustavo Daniel Tavares Bastos Gama (26/07/1978)(970.754.189-04) fl. 07 (1123390)

- TESOUREIRO-GERAL: Ivo Kesting (21/03/1952) (093.003.509-78) fl. 31

- **2º TESOUREIRA:** Oliva Catoni (21/07/1944)(006.237.279-35) fl. 08 (1123390)

- **DIRETOR DE COMUNICAÇÃO:** Jeison Fabiano de Souza Ossovski (09/06/1987)(063.211.129-17) fls. 03/04 (1123390)

Presidente do Conselho Gestor, responsável pela execução do serviço de radiodifusão comunitária (arts. 44 e 45).

6. Declaração atestando que as instalações estão de acordo com a autorização: fl. 09 Processo Digitalizado (0015341)

7. Características do Estatuto:

- Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º, caput.

- Ingresso gratuito, como associado, de toda pessoa física e jurídica: art. 9º.

- Direito de voz e voto: art. 14, alínea “a”.

- Direito, concedido às pessoas físicas, de serem votadas: art. 14, alínea “a”.



- Cargos que compõem a estrutura administrativa: art. 30.

- Tempo de mandato da Diretoria, limitado ao máximo de 4 anos e uma recondução: art. 31 (dois anos, permitida a reeleição).

- Conselho Comunitário: arts. 47 ao 49.

8. Último relatório do Conselho Comunitário, com a grade de programação, nos moldes do art.131, inciso V, da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC: fl. 26 - Ofício 1/2016 (0937419). Grade de programação fls. 36/39 - Processo Digitalizado (0015341).

9. Certidão negativa de débitos de receita administradas pela Anatel: fl. 01 Certidão (0863994).  
**Em nova pesquisa realizada em 15/07/2016 a entidade encontrava-se sem débitos.**

10. CNPJ: fl. 01 Certidão (0863996)

11. **Análise de vínculos:** político-partidário.

MEMBRO	FILIADO	PARTIDO	PARTICIPA DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO	VÍNCULO RELIGIOSO	POSSUI PARENTES MEMBROS DA DIRETORIA
PRESIDENTE: Ingo Rusch Alandt (04/02/1956)	Não	Não	Não	Não	Não
VICE-PRESIDENTE: Wolfram Bahr	Sim	PMDB	Sim	Não	Não
SECRETÁRIO-GERAL: Edithe Maricler Virmond (18/04/1950)	Não	Não	Não	Não	Não
2º SECRETÁRIO: Gustavo Daniel Tavares Bastos Gama	Não foi possível pesquisar	Não foi possível pesquisar	Não	Não	Não
TESOUREIRO-GERAL: Ivo Kestering (21/03/1952)	Sim	PMDB	Não Solicitou renúncia ao órgão partidário em 07/04/2016	Não	Não
2º TESOUREIRA: Oliva Catoni	Não foi possível pesquisar	Não foi possível pesquisar	Não	Não	Não
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Jeison Fabiano de Souza Ossovski (09/06/1987)	Não foi possível pesquisar	Não foi possível pesquisar	Não	Não	Não

**OBSERVAÇÕES:**

- O processo **não** está completamente instruído.

- O estatuto social está conforme com a Portaria nº 4334, de 2015.

- Foi feita pesquisa de vínculo parcial, haja vista a ausência de documentos.

**CONCLUSÃO:** Será elaborada Nota Técnica requerendo o cumprimento de exigência e Memorando à CGAO.

**Relatório elaborado por Rebecca Martins**





## JUSTIÇA ELEITORAL

### CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **IVO KESTERING (Título Eleitoral: 008668320990 )** foi **MEMBRO (exercício 24/10/2015 a 11/04/2016)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PMDB - 15 PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Orgão Partidário: **Diretório**  
Abrangência: **MUNICIPAL - CAMPO ALEGRE/SC**  
Vigência: **Início: 24/10/2015 Final: 24/10/2017**  
Código: **AKVH.+ZJX.FCFN.X#JV.**  
Certidão emitida às: **15/07/2016 15:21:59**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.





## JUSTIÇA ELEITORAL

### CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **WOLFRAM BAHR** (**Título Eleitoral: 030151330930** ) é **MEMBRO (exercício 24/10/2015 a 24/10/2017)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PMDB - 15 PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Orgão Partidário: **Diretório**  
Abrangência: **MUNICIPAL - CAMPO ALEGRE/SC**  
Vigência: **Início: 24/10/2015 Final: 24/10/2017**  
Código: **SVMM.\$K/Z.7GKZ.#6VC.**  
Certidão emitida às: **15/07/2016 15:22:37**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 25974/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

**INGO RUSCH ALANDT**

Representante Legal da Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre

Avenida Dr. Getúlio Vargas, nº 606 - Santo Antônio

89.294-000 / Campo Alegre - SC

CNPJ nº 02.843.454/0001-50

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.050447/2012-38.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 17395/2016/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 22/07/2016, às 15:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1238128** e o código CRC **EF70B18C**.



Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício  
nº 25974/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.050447/2012-38 - Nº SEI: 1238128



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação  
Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 17395/2016/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53000.050447/2012-38.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A **Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Campo Alegre**, estado de **Santa Catarina**, apresentou documentos em atendimento de exigência, conforme o Ofício nº 17/2016 1123390.

**ANÁLISE**

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Lei nº. 9.612, de 98	Art. 11		<p>Em que pese a Entidade ter sanado o vínculo político-partidário em relação ao Sr. Ivo Kesting, verificou-se a seguinte situação:</p> <p>O <b>Sr. Wolfram Bahr</b>, vice-presidente da Entidade, é <b>membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)</b>, com exercício de 24/10/2015 a 24/10/2017, conforme certidão obtida no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).</p> <p>O fato narrado configura vínculo político-partidário.</p> <p>A existência de vínculo, no curso do processo, consiste em um vício de caráter <b>insanável</b>. Contudo, em razão do que determina o art. 137, parágrafo único da Portaria 4334, de 2015, <u>durante o prazo indicado</u></p>
		Vínculos de subordinação	



Portaria nº 4334, de 2015	Art. 25, § 2º, inciso I, alínea "b"	vínculos de subordinação.	<p><u>neste artigo</u> a vinculação será tida como um vício de caráter sanável.</p> <p>Por essa razão, é imprescindível que a Entidade desfaça o vínculo indicado, para que seja possível dar continuidade ao processo de renovação.</p> <p>Ressalta-se que a Entidade pode optar por substituir o diretor impedido (procedendo-se à eleição para o cargo) ou solicitar que este se retire do órgão de direção partidário do qual faça parte (não é necessária a desfiliação do partido político).</p> <p><b>Observação:</b> Caso seja procedida à nova eleição, deve-se encaminhar a respectiva Ata, bem como os comprovantes de maioria, nacionalidade e CPF relativo(s) ao(s) novo(s) dirigente(s).</p>
---------------------------	-------------------------------------	---------------------------	--

3. Cabe destacar, ainda, que saneado o vínculo apontado, o processo de renovação seguirá para a fase final de análise neste Ministério. Para tanto, toda a documentação prevista na Portaria nº 4334, de 2015 deverá constar dos autos, bem como será verificado, novamente, se a Entidade possui algum débito com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ou se os dirigentes da Entidade possuem algum vínculo não permitido (familiar, político-partidário, religioso etc). Por isso, é de suma importância que a Entidade esteja regular para que, concluída a análise neste Ministério, o processo possa ser encaminhado para a Casa Civil. A regularidade da Entidade é imprescindível para a análise e deferimento do pedido de renovação em tempo razoável.

## CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.



6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@comunicacoes.gov.br](mailto:duvidasradcom@comunicacoes.gov.br).

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado no Ministério das Comunicações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rebecca Rackell Oliveira Quadrado de Araujo Linhares Martins, Técnico de Nível Superior**, em 15/07/2016, às 16:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 22/07/2016, às 15:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1238126** e o código CRC **DE99E514**.

## Minutas e Anexos

Certidões obtidas via internet 1238170.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação  
Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Memorando nº 2713/2016/SEI-MCTIC

À Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorga

Assunto: **Solicitação de inclusão de infração no Processo de Apuração de Infração (PAI) nº 53900.025536/2016-26 .**

Processo nº: **53000.050447/2012-38.**

1. Foram encontrados indícios de que a Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campo Alegre/SC, estaria infringindo o art. 11 da Lei nº 9.612/1998, ao manter vínculo político-partidário, nos termos da Nota Técnica nº 173952016/SEI-MCTIC 1238126 e da certidão obtida no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral 1238170.

2. Considerando que já foi instaurado o PAI nº 53900.025536/2016-26 1173943 e por se tratar da mesma Diretoria, solicito a inclusão dessa nova infração do bojo do referido PAI.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 22/07/2016, às 15:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1238135** e o código CRC **2439B17B**.



SCE/CGRC  
Of. nº 25974/2016/SEI-MCTIC, 22/07/2016  
53000.050447/2012-38  
INGO RUSCH ALANDT  
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO  
ALEGRE  
AVENIDA DR. GETÚLIO VARGAS, Nº 606 - SANTO ANTÔNIO  
89.294-000 CAMPO ALEGRE - SC



AO REMETENTE







AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JO 45713456 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h : h : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Secretaria

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0

CIDADE / LOCALITE

Brasília - DF

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

AO REMETENTE	
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE N°	<input checked="" type="checkbox"/> DESCONHECIDO
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	
01 AGO 2016	
<input type="checkbox"/> PR	<input type="checkbox"/> RECUSADO
Fabricio Hierozan	
P 707 028-6	

ADRIANA CARDOSO

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Gestão de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0  
70041-900





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 32782/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre  
Rua Vicente Pereira Neto, 138 - Belo Horizonte  
89294-000 - Campo Alegre/SC

Assunto: **Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios.**

Referência: **Processo nº 53000.050447/2012-38.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 25974/2016/SEI-MC, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: (...) desconhecido.
2. Dessa forma, solicitamos que a entidade atualize junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema desenvolvido pelo MiniCom que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://www.comunicacoes.gov.br/sei/cadsei> ou [duvidasradcom@comunicacoes.gov.br](mailto:duvidasradcom@comunicacoes.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 29/08/2016, às 14:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1320539** e o código CRC **07203896**.







NOME OU RAZÃO SOCIAL

SCE/CGRC

Of. nº 32782 /2016/SEI-MCTIC, 29/08/2016

53000.050447/2012-38

ENDEREÇO / ADDRESS

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE  
CAMPO ALEGRE

CEP / CODE POSTAL

RUA VICENTE PEREIRA NETO, 138 - BELO HORIZONTE  
89294-000 CAMPO ALEGRE/SC

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI



PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRACION

12/09/16

CARTELA DE ENTREGA  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO  
SIGNATURE DE L'AGENT

Fabricio Pierozan

Matrícula: 8.707.028 - 6

Agente de Correios / Carteiro



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS





**AVISO DE  
RECEBIMENTO**  
**AVIS CN07**

**AR**

**JG 09142953 4 BR**

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

:

h

:

h

:

h

**PREENCHER COM LETRA DE FORMA**

**NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR**

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE**

**CIDADE / LOCALITÉ**

**UF**

**BRASIL  
BRÉSIL**

**ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR**



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas

Coordenação de Fiscalização de Regime Legal

Assunto: **Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação da Outorga.**

À Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária,

1. Informamos a existência de indícios de vínculo de natureza política/partidária, o que é vedado pelos artigos 11 da Lei nº 9.612/1998 e 25, III, § 2º, III, alínea "b" da Portaria nº 4334 de 17 de setembro de 2015, conforme apuração nos autos do processo de renovação de outorga nº 53000.050447/2012-38. Considerando a irregularidade cometida pela referida entidade, informo que a apuração da falta ocorrerá no Processo de Apuração de Infração nº **53900.025536/2016-26**, em face da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE** (CNPJ 02.843.454/0001-50), autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campo Alegre/SC.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 28/11/2016, às 11:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1403111** e o código CRC **9A7B22A5**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.050447/2012-38

SEI nº 1403111



Ofício 34/2016

Campo Alegre/SC, 10 de outubro de 2016

Para

**COORDENADOR(A)-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Secretaria de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º.andar

CEP 70044-900

**BRASILIA - DF**

Senhor(a) Coordenador(a)-Geral.

Assunto: **Nota Técnica 17395/2016-SEI-MC, relativa à Análise do processo Nº 53000.050447/2012-38 – renovação de outorga.**

Em atenção ao ofício nr. 32782/2016/SEI-MCTIC, de 29/08/2016, recebido por nossa Associação em 12/09/2016, que encaminhou o ofício 25974/2016/SEI-MC com a Nota Técnica 17395/2016-SEI-MC, relativa à Análise do processo Nº 53000.050447/2012-38, apontando a existência de vínculo político-partidário do vice-presidente Sr. Wolfram Bahr informamos:

- 1 - o mandato do vice-presidente venceu no dia 31/08/2016.
- 2 - foi eleita nova diretoria em 04/10/2016, para mandato até 31/03/2018, cuja ata que segue em anexo juntamente com os documentos de identidade/CPF/comprovante de nacionalidade dos novos gestores.
- 3 – reencaminhamos os documentos relativos à mudança de endereço da sede da nossa Associação, salientando que estamos providenciando também a alteração do endereço e do novo representante junto a Receita Federal.

Ficamos ao dispor para eventuais novos esclarecimentos.

Atenciosamente



Ivo Kesting

Presidente da Associação de Comunicação Comunitária-ACC

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO  
Em 17/10/16 às 14:00 horas  
Assinatura: Conceição



## ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DO DIRETORIO DO PMDB DE CAMPO ALEGRE

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis (09/08/2016), às dezenove horas, no Parque Dona Francisca, situado à margem da Rodovia SC-418, sn, bairro São Miguel, cidade de Campo Alegre/SC, reuniram-se os membros da Comissão Executiva do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB, estando presentes o Presidente Adolar Bahr, o secretário Rodrigo José Gonçalves, o tesoureiro Luiz Tadeu Valério Munhoz, e contando com a presença de candidatos ao pleito eletivo municipal, e dos delegados da coligação Unidos por Campo Alegre, convidados para participar da reunião. O presidente da Executiva, Senhor Adolar Bahr, iniciou a reunião comunicando que a candidata Ivalina Maciel Karvat, que havia sido homologada como candidata a vereadora na convenção do partido realizada em 29/07/2016, encaminhou carta de renúncia em 06/08/2016, e não vai mais participar do pleito de 2016 e nem será registrada sua candidatura junto ao Tribunal Regional Eleitoral. O Presidente salientou que, considerando a exigência do percentual mínimo de 30% de candidatos do sexo feminino e terem sido homologadas quatro candidatas a vereador, somente poderá ser aceita candidata substituta do sexo feminino. Após análise das postulantes à vaga, por votação unânime, foi homologada como candidata substituta a Senhora Andréia Ferreira da Cruz Alves, e foi atribuído o número 15.001 para a candidata. Em seguida, o Senhor Ivo Kesting, delegado da Coligação e responsável pelo cadastramento das candidaturas junto ao Tribunal Regional Eleitoral, enfatizou que todos os candidatos devem aguardar o final do cadastramento coletivo para assinar os documentos a serem entregues ao Tribunal Regional Eleitoral, lembrando que o prazo final expira dia 15 de agosto de 2016, estando pendentes ainda as certidões criminais de segundo grau da justiça estadual de alguns candidatos para finalizar o cadastramento. Nada mais havendo a tratar e, para constar, eu Rodrigo José Gonçalves, Secretário Geral da Comissão Executiva Municipal, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vaís assinada pelos presentes.



#### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA

Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis (04/10/2016), os associados da Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre-A.C.C, organização social privada nacional, com estatuto averbado no assento nr. 455, fls 208 do livro A-2, em 08/11/2003 e alteração averbada no assento 455 fls 208 do livro A-2 em 19/11/2008, inscrita no CNPJ/MF sob o nr. 02.843.454/0001-50, com sede à Rua Vicente Pereira Neto nr. 138, bairro Belo Horizonte, município de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000, reuniram-se às 19:15 horas, em segunda chamada, na sala de reuniões do Espaço Cultural Municipal situado à Avenida Getulio Vargas, nr. 606, centro, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: prestação de contas, eleição da nova Diretoria, assuntos gerais. O presidente, Senhor Ingo Rusch Alandt abriu os trabalhos da assembleia e confirmou que havia quórum de mais de 1/5 dos associados com direito a voto e indicou a secretaria, Senhora Edithe Maricler Virmond para secretariar a assembleia. Em seguida, comentou sobre o seu período de mandato, ressaltando que a rádio comunitária, nestes dois anos de mandato, manteve seu compromisso de prestar serviço de qualidade à comunidade local. Na sequência, passou a palavra ao tesoureiro Ivo Kesting que apresentou o balanço financeiro de 2014 e 2015 e salientou que no último ano houve diminuição da receita em relação ao ano de 2014 por conta da saída de apoiadores culturais, motivada pela crise econômica nacional. Por conta disso, a associação, atualmente, está utilizando R\$ 2.054,00 do limite do cheque especial do banco SICOOB para cobrir suas contas. Comunicou que os balanços foram analisados pelos conselheiros fiscais que emitiram parecer pela aprovação. Devolveu a palavra ao presidente que colocou em discussão os balanços financeiros e, em seguida foi votado e aprovado pelos presentes. Em seguida, o presidente Ingo solicitou que os três membros da Comissão Eleitoral Ruben Eliezer Bahr, Suelen Aparecida de Andrade e Osvaldo Alido Largura conduzissem os trabalhos de eleição da nova diretoria. A Comissão salientou que, por exigência da lei da radio difusão brasileira, não podem fazer parte da diretoria quem tenha vínculo político partidário, ou seja, que exerça cargo eletivo ou que faça parte de diretórios ou diretorias político-partidárias. Em seguida informou que foi apresentada apenas uma chapa denominada "Chapa Um" e que cumpre com os requisitos exigidos, inclusive que todos seus membros são residentes e domiciliados em Campo Alegre/SC, CEP 89294-000. Na sequência, foi realizada a eleição, por voto secreto. Feito o escrutínio, verificou-se que a "Chapa Um" foi eleita por unanimidade dos votos. De imediato, o presidente Ingo Rusch Alandt confirmou o resultado e comunicou que a nova diretoria tomará posse, conforme o inciso "f" do artigo 26 do estatuto, de forma automática, dez dias após o registro do resultado, ou seja, dia 14/10/2016, para mandato até 31/03/2018, na forma dos artigos 21 e 31 do estatuto, e ficou assim constituída:.....

**PRESIDENTE - Ivo Kesting**, associado contribuinte pessoa física, CPF 093.003.509.78, RG 187.204-4, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado à rua Raimundo Gomes Munhoz, nr 55, centro;.....

**VICE-PRESIDENTE - Luiz Eduardo Dranka**, representante da associada contribuinte Igreja Batista da Paz, RG 1.369.964-4, CPF 590.733.739-72, brasileiro, casado, funileiro, residente e domiciliado à Rua Ernesto Friedrich, nr 118, centro; .....

**SECRETARIA - Edithe Maricler Virmond**, associada contribuinte pessoa física, RG 1.198.870-SSP/SC, CPF 694.314.729-04, brasileira, casada, fisioterapeuta, residente e domiciliada à Rua Altamiro Lobo Guimarães, nr 87, centro; .....

**2ª. SECRETARIO - Robson Richard Duvoisin**, associado contribuinte pessoa física, RG 2.373.498-SSP/SC, CPF 721.441.659-04, brasileiro, solteiro, maior, funcionário público, residente e domiciliado à Rua Nereu Ramos, 275, centro; .....

**TESOUREIRA - Oliva Catoni**, associada contribuinte pessoa física, RG 244.899-SSP/SC, CPF 000.237.279-75, brasileira, casada, diarista, residente e domiciliada à rua Cel. Bueno Franco, nr 409, centro;.....

**2º. TESOUREIRO - João Alaor Nenevê Cordeiro**, representante do associado contribuinte Auto posto JK Ltda, RG 2.924.876-SSP/SC, CPF 808.363.999-00, brasileiro, casado, frentista, residente e domiciliado à Rua Cel. Raimundo Munhoz, nr 1070, bairro Cascatas; .....

**DIRETOR DE COMUNICAÇÃO - Jeison Fabiano de Souza Ossovski**, associado contribuinte pessoa física, RG 4.593.871-7, CPF 063.211.129-17, brasileiro, solteiro, maior, assessor parlamentar, residente e domiciliado à Rua Caíva do Cerro, sn, bairro Avenquinha; .....

**DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SUPLENTE - Edithe Maricler Virmond**, associada contribuinte pessoa física, RG 1.198.870-SSP/SC, CPF 694.314.729-04, brasileira, casada, fisioterapeuta, residente e domiciliada à Rua Altamiro Lobo Guimarães, nr .87, centro; .....



**DIRETOR ARTÍSTICO** - Ivo Kesting, associado contribuinte pessoa física, CPF 093.003.509.78, RG 187.204-4, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado à Rua Raimundo Gomes Munhoz, nr 55, centro;.....

**DIRETOR ARTÍSTICO SUPLENTE**- José Cristofolini, representante da associada contribuinte **ACIACA**-Associação Comercial e Industrial de Campo Alegre, RG 1.090.760-SSP/SC, CPF 609.818.309-00, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Rua Alfredo Friedrich, nr.174, bairro Belo Horizonte.....

**CONSELHO FISCAL** - Aldo Tomaz Karvat, associado contribuinte pessoa física, RG 87.079-3-SSP/SC, CPF 247.745.619-91, brasileiro, casado, mecânico aposentado, residente e domiciliado à Rua Laurentino Barros Lima, nr 74, bairro Cascatas; .....

- Aldérico José Dana, associado contribuinte pessoa física, RG 1.099.263-4-SSP/SC, CPF 166.523.479-20, brasileiro, casado, odontólogo, residente e domiciliado à rua Cel. Bueno Franco, nr 736, bairro Cascatas;.....

- José Cristofolini, representante da associada contribuinte **ACIACA**-Associação Comercial e Industrial de Campo Alegre, RG 1.090.760-SSP/SC, CPF 609.818.309-00, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Rua Alfredo Friedrich, nr. 174, bairro Belo Horizonte; .....

**1º.SUPLENTE** - Geraldo Carlos Grosskopf, representante do associado contribuinte Escritório Contabil Grosskopf Ltda; RG 674.290-7-SSP/SC, CPF 294.232.799-53, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado à Rua José Gomes Munhoz, nr. 45; .....

**2º.SUPLENTE** - José Flavio Scheffer, associado contribuinte pessoa física, RG 903.903-SSP/SC, CPF 155.363.439-04, brasileiro, casado, médico residente e domiciliado à Rodovia SC 418, sn, bairro Pinhais;.....

**3º.SUPLENTE** - Raul Johanson, representante da associada contribuinte Auto Elétrica Raul, RG 1.191.542-SSP/SC, CPF 421.291.179-53, brasileiro, eletricitista, residente e domiciliado à Rua Nereu Ramos, nr. 240, centro; .....

**CONSELHO COMUNITÁRIO:** .....

**1** - Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Campo Alegre, CNPJ 83.788.034/0001-10, entidade religiosa, com sede à Rua Cel. Bento Amorim, nr. 504, centro; .....

**2** - ACIACA - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre, organização social privada, CNPJ 79.367.012/0001-31; com sede à Rua Ernesto A. Scheide, 132, bairro Belo Horizonte;.....

**3** - Associação de Moradores da Vila Cedro, organização social privada, CNPJ 10.859.679/0001-22, com sede a Rua Cel. Veríssimo de Souza Freitas, nr. 566, bairro Cascatas; .....

**4** - Clube de Idosos Amor e Esperança, organização civil privada, com sede à Rua Cel. Raimundo Munhoz, nr. 551, bairro Cascatas; .....

**5** - Clube do Bagaço, organização civil privada, CNPJ 02.071.526/0001-98, com sede à Rua da Cascata, nr. 77, centro. ....

O novo presidente eleito, Sr. Ivo Kesting, agradeceu a votação recebida e conclamou os demais membros da diretoria a envidar esforços para que a Rádio Comunitária Cidade FM continue a prestar serviços cada vez mais eficazes à comunidade de Campo Alegre, fazendo jus ao seu lema de "uma rádio a serviço da comunidade". Encerrada a assembleia eu, secretaria, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai por mim e pelos presentes assinada:

NOME

EDITHE MARICLER VIRMOND

INGO RUSCH ALANDT

Raimundo E. Baur

Rinaldo de Souza

Leandro B. B. B. B.

Leandro B. B. B. B.

Aldérico José Dana

Alvaro Cristofolini

Ivo Kesting

RUI ROCHA DE VASCONCELOS

ASSINATURA

*(Handwritten signatures corresponding to the names in the 'NOME' column)*



**REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA**

São Bento do Sul - SC

Rua Jorge Lacerda, 242 - Centro

Apresentado hoje para registro. Apontado sob nº 00003583, do protocolo 8, registrado no livro A-56, registro de Pessoas Jurídicas sob nº 00003960. São Bento do Sul, 10/10/2016.

Reg.: 0.00, Selo: 0.00, Total: 0.00



Mafalda Tremi Hümmelgen - Oficiala

EAW63230 SVYF Confira em: [www.tjsc.jus.br/selo](http://www.tjsc.jus.br/selo)



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 187.204-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 15/JUL/2002

NOME IVO KESTERING

FILIAÇÃO CONRADO KESTERING  
VIRGINIA GHIZI KESTERING

NATURALIDADE SÃO LUDGERO SC DATA DE NASCIMENTO 21/MAR/1952

DOC ORIGEM C CAS 5215 LV 09-B-AU FL 216  
CART JOINVILLE SC

CPF 093.003.509/78

SÃO B. SUL SC

Adalberto Manoel Ramos  
Delegado Regional de Polícia Civil  
Matrícula 99.124-4 - SSP

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

COLEÇÃO DE IMPRESSÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

COLEÇÃO DEDILHO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.369.964-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/NOV/2001

NOME LUIZ EDUARDO DRANCKA

FILIAÇÃO EDUARDO DRANCKA  
MARIA DA GRACA DRANCKA

NATURALIDADE CAMPO ALEGRE SC DATA DE NASCIMENTO 08/NOV/1965

DOC ORIGEM C CAS 1023 LV B-03AUX FL 164  
CART CAMPO ALEGRE SC

CPF 590.733.739/72

SAO B. SUL SC

ASSINATURA DO DIRETOR

Delegado Regional de Polícia

Matr. 117.890-3

1 E1 N°7 11A RF 24/10/83



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 21.11.198.870

DATA DE NASCIMENTO 18/04.1950

NOME ABELHE MARIOTTE VITOMINO

RELACÃO

DESEJO LITOMET ALHO

CONJUGES ODETE PRONET

NATURALIDADE RIO NEGRO - RS

DOC ORIGEM 3.092.14.115.1084

CPF 994.314.138

ATUAL DO DIRETOR Nº 116 DE 29/09/83

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO





*Adriana*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MAO DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

POLEGAR DIREITO

*Olivia Catoni*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ASSIN. DIR. DE REG. CIVIL - 132907

006.237.279 - 38 DELEGADO REG. POLÍCIA

Cart. Rio dos Cedros - 80

RIO DOS CEDROS-SC

Cert. Cas. nº 1.660 LV. 10 FLS. 119

21/07.1944

DATA DE NASCIMENTO

Ernesto Zanghellini

Olinda Zanghellini

FILIAÇÃO

OLIVA CATONI

NOME

REGISTRO 21ª/R-244.899

DATA DE EXPEDIÇÃO 01.07.1998

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - SC - CNPJ: 02.843.454/0001-50		Nº DA ENTIDADE 60011448249	
Nº DA ESTAÇÃO 631428348	SERVIÇO Radiodifusão Comunitária	NAT. SERV. brasileira	LATITUDE 26S112800
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA VICENTE PEREIRA NETO 138		LONGITUDE 49W153800	
BAIRRO CENTRO		DISTRITO *****	UF SC
MUNICÍPIO CAMPO ALEGRE			

CIDADE DA OUTORGA : NOME FANTASIA : FREQUÊNCIA : HORÁRIO FUNCIONAMENTO : INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ESTÚDIO	Campo Alegre/SC RÁDIO CIDADE 104,9 MHz 06:00 a 24:00 - Sáb. a Sáb. ZYM585	Número Processo : CANAL : RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : PERP MÁXIMA :	538200008651998 285 1.00 KM ***** W
ENDEREÇO : MUNICÍPIO : TRANSMISSOR PRINCIPAL CÓDIGO : TRANSMISSOR AUXILIAR CÓDIGO :	RUA VICENTE PEREIRA NETO 138 CENTRO Campo Alegre Montel Sistemas de Comunicação Ltda. 0916060312 *****	LOCALIDADE : UF : MODELO : POTÊNCIA : MODELO : POTÊNCIA :	***** SC MTFM9S 25,000 W ***** ***** W
ANTENA FABRICANTE : GANHO : DESCRIÇÃO : COTA BASE DA TORRE :	MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA 0.00 dBd DÍPOLO DE 1/2 ONDA ***** m	MODELO : POLARIZAÇÃO : ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO :	MTDIP 100/1 Vertical 30.0 m

**A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RÁDIO DIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.**

IMPRESSA EM 11/10/2007

OBSERVAÇÕES Transmissor Reserva: Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda Modelo: MTFM 100/25 Código de Homologação: 022400XXX0312 02.843.454/0001-50	Licenciada Em	VÁLIDA ATÉ
	12/07/2004	20/12/2012

*Helio Costa*  
Ministro das Comunicações



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 3º andar - anexo oeste - sala 300 – 70044-900 – Brasília/DF  
Fone: (61) 311-6890 – Fax: (61) 311-6617

Ofício nº 6809 /2007/RADCOM/DOS/SSCE-MC

Brasília, 12 de novembro de 2007.

À Senhora

**Fabiola Scheffer Brunnquell**

**ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE – SC**

Rua Vicente Pereira Neto, 138 - Centro

89294-000 Campo Alegre/SC


**Assunto:** Encaminhamento de Licença para funcionamento

**Processo nº 53820.000865/98**

Prezada Senhora,

Estamos encaminhando, anexo a este ofício, a Licença Definitiva para Funcionamento de Estação de Radiodifusão Comunitária da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE – SC, na localidade de Campo Alegre, no Estado de Santa Catarina, com a transferência do local do estúdio.

Atenciosamente,



**ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

vfm/DOS/SSCE/MC



*Cópia*  
10 10 07  
42/44  
*[assinatura]*

PORTARIA n.º 847 , de 09 de OUTUBRO de 2007.

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XXVI, e cumprindo o que estabelece o Parágrafo Único do mesmo artigo, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria n.º 401 de 22/08/2006, alterada pela Portaria n.º 591, de 18/09/2006, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2006 e considerando o Processo n.º 53820.000865/98,

**RESOLVE:**

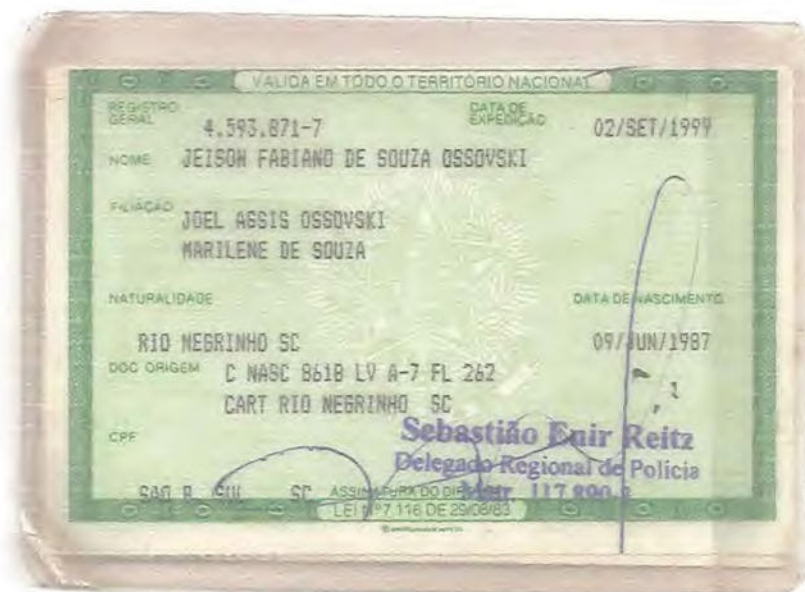
Art. 1º Homologar a transferência do local do estúdio da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - SC de Rua Karl Duda, s/nº - Centro para a Rua Vicente Pereira Neto, 138 - Centro, na cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, autorizada a executar o serviço de radiodifusão comunitária pela Portaria nº 739 de 12 de dezembro de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2000, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 433/2002, publicado no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2002.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput deste artigo, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 26S1135 e longitude em 49W1556.

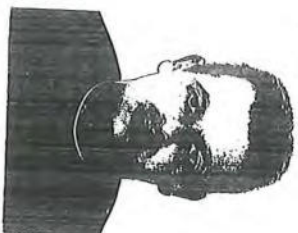
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU**









REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
ARTESANAL NACIONAL DE HABILITACAO

NOME: JESON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI

DATA DE NASCIMENTO: 10/06/1987 SEX: M

DT: 008 211.129-17 DATA DE EMISSAO: 11/06/2016

SINCRONIZACAO: 0082728/005

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

429094124

PROIBIDO PLASIFICAR

429094124

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

DATA DE EMISSAO: 11/06/2016

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: JESON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI

DATA DE NASCIMENTO: 10/06/1987

LOCAL DE NASCIMENTO: 43402100/65

ZONA: 230

SEÇÃO: 7

DATA DE EMISSAO: 11/06/2016

LOCAL DE EMISSAO: JUIZ ELEITORAL

ALDO SOMMER COM MARCA D'ÁGUA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICACAO

NOME: JESON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI

DATA DE NASCIMENTO: 10/06/1987

LOCAL DE NASCIMENTO: 43402100/65

DATA DE EMISSAO: 11/06/2016

LOCAL DE EMISSAO: JUIZ ELEITORAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Receita Federal

CPF

008 211.129-17

JESON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI

103

MINISTÉRIO DA DEFESA

CERTIFICADO DE DISPENSA

DE INCORPORACAO

401 C S M

RA: 10032010001

JESON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI

DATA DE EMISSAO: 11/06/2016

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL



( ETIQUETA OU CARIMBO MP )



Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre - ACC

Rua Vicente Pereira neto, 138. Belo Horizonte



Para

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º.andar

CEP 70044-900

**BRASILIA - DF**





**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

## Identificação do Processo

Número: 53000.050447/2012 Localidade / UF: CAMPO ALEGRE/SC  
Entidade: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE  
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 285

## Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

## 2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 6 (Volume de Processo 0015341).
  - 1.1) Data de protocolo: 16/10/2012.
  - 1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.
- 2) Estatuto Social: fls. 2 a 17 (Ofício 1/2016 0937419).
  - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º, caput;
  - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 9º;
  - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 14, ?a?;
  - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 14, ?a?;
  - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 30;
  - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 34 e ss.;
  - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos: art. 31 (dois anos);
  - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 47 a 49.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 3 a 5 (Ofício 34/2016 1437007). (14/10/2016 - 31/3/2018)  
Presidente: Ivo Kestering;  
Vice-Presidente: Luiz Eduardo Drancka;  
Secretário(a) Geral: Edithe Maricler Virmond;  
2º(a) Secretário(a): Robson Richard Duvoisin;  
Tesoureiro(a) Geral: Oliva Catoni;  
2º(a) Tesoureiro(a): João Alaor Nenevê Cordeiro;  
Diretor(a) de Comunicação: Jeison Fabiano de Souza Ossovski;  
Diretor(a) de Comunicação Suplente: Edithe Maricler Virmond;  
Diretor(a) Artístico(a): Ivo Kestering;  
Diretor(a) Artístico(a) Suplente: José Cristofolini.
- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 6 a 9 e 13 (Ofício 34/2016 1437007).
- 5) CNPJ: Certidões - CNPJ 0863996.
- 6) Certidão Negativa da Anatel: Certidões - Anatel 0863994.
- 7) Declaração de conformidade: fl. 9 (Volume de Processo 0015341).
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 26 (Ofício 1/2016 0937419).

### \*\*\*PENDÊNCIAS:

- Os cargos da diretoria previstos no estatuto social divergem dos constantes na Ata de eleição. Enquanto no estatuto são previstos: Presidente, Vice-Presidente, Secretário(a) Geral e 2º Secretário(a), Tesoureiro(a) Geral e 2º Tesoureiro(a) e Diretor(a) de Comunicação; na Ata de eleição constam, além desses, Diretor(a) de Comunicação Suplente, Diretor(a) Artístico(a) e respectivo Suplente.

- Não foram encaminhados comprovantes de maioria e nacionalidade dos 2º(a) Secretário(a), 2º(a) Tesoureiro(a) e Diretor(a) Artístico(a) Suplente.

### \*\*\*CONCLUSÕES:



- Sobre o vínculo político apontado na Nota Técnica nº 17395/2016 1238126, a irregularidade foi sanada, uma vez que a Associação procedeu à eleição para substituição do(s) membro(s) impedido(s), conforme Ofício 34/2016 1437007.
- Não foi realizada pesquisa de vínculo.
- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

---

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## **NOTA TÉCNICA Nº 34535/2016/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53000.050447/2012-38.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. **A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Campo Alegre**, estado de **Santa Catarina**, apresentou resposta à exigência, por meio do Ofício 34/2016 1437007.

### **ANÁLISE**

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	Art. 131, inciso III	Ata de eleição.	<p>Os cargos previstos no estatuto social divergem dos constantes na Ata de eleição da diretoria.</p> <p>Enquanto no estatuto são previstos: Presidente, Vice-Presidente, Secretário(a) Geral, 2º Secretário(a), Tesoureiro(a) Geral, 2º Tesoureiro(a) e Diretor(a) de Comunicação; na Ata de eleição constam, além desses, os seguintes cargos: <u>Diretor(a) de Comunicação Suplente</u>, <u>Diretor(a) Artístico(a)</u> e <u>Diretor(a) Artístico(a) Suplente</u>.</p> <p>Assim, para prosseguimento do Processo, é necessário que a Radiodifusora corrija a inconsistência.</p> <p><b>Observação:</b> o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
	Art. 42	CPF de dirigentes.	<p>A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF dos membros da Diretoria abaixo relacionados.</p>
			A Entidade deverá enviar



Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998	Art. 6º, parágrafo único c/c art. 9º, § 2º, incisos III e IV	Comprovante de maioria/nacionalidade.	documento que demonstre a maioria e a nacionalidade do(s) seguinte(s) Diretor(es):
Portaria nº 4334, de 2015	Art. 131, inciso IV		<p>1 – Robson Richard Duvoisin - 2º Secretário;</p> <p>2 – João Alaor Nenevê Cordeiro - 2º Tesoureiro; e</p> <p>3 – José Cristofolini - Diretor Artístico Suplente.</p> <p><b>Observação:</b> serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p><b>Não</b> serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>

## CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

4. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

5. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa**





**Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 29/12/2016, às 10:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 13/01/2017, às 08:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1593167** e o código CRC **48CB29D8**.

---

## Minutas e Anexos

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 53000.050447/2012-38

SEI nº 1593167





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 49525/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE**

Rua Vicente Pereira Neto, nº 138 - Belo Horizonte

89.294-000 - Campo Alegre - SC

CNPJ nº 02.843.454/0001-50

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.050447/2012-38.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 34535/2016/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 13/01/2017, às 08:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1593262** e o código CRC **CE2F9FD1**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 49525/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.050447/2012-38 - Nº SEI: 1593262



DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE	
NOME OU RAZÃO SOCIAL / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE	SCE/SERCO
ENDEREÇO / ADRESSE	Of. nº 49525/2016 /SEI-MCTIC, 13/01/2017 53000.050447/2012-38
CEP / CODE POSTAL	ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE RUA VICENTE PEREIRA NETO, Nº 138 - BELO HORIZONTE 89.294-000 CAMPO ALEGRE - SC
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION
<i>[Assinatura]</i>	26/1/17
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. / RUBRIQUE ET MAT. <b>Belém de Arozán</b> SIGNATURE DE L'AGENT Matrícula: 8.707/028-6 Agente de Correios / Carteiro
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO	







AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JR 75043365 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

/ 17 JAN 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

24 / 1 / 17

14 : 40

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA ENTREGA / ADRESSE

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

70144-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)





Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre – ACC  
Rua Vicente Pereira Neto, 138, Bairro Belo Horizonte  
CEP 89.294-000 – CAMPO ALEGRE/SC

Ofício 04/2017

Campo Alegre/SC, 24 de fevereiro de 2017

Para

**DIRETOR DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO**

Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º. Andar

CEP 70044-900

**BRASILIA - DF**

Senhora Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária.

**Assunto: Nota Técnica 34535/2016-SEI-MCTIC, relativa à constatação de pendências do processo Nº 53000.050447/2012-38 – renovação de outorga.**

Em atenção ao ofício nr. 49525/2016/SEI-MCTIC, de 13/01/2017, recebido por nossa Associação em 24/01/2017, onde aponta discrepância entre o estatuto e a ata, e solicita documentos, informamos:

1 - encaminhamos em anexo a 3ª. alteração do estatuto com inclusão na Diretoria Executiva do cargo de Diretor de Comunicação Suplente.

2 - com referência ao Diretor Artístico e Diretor Artístico Suplente, tais cargos foram indevidamente nominados na ata de eleição como Diretores, quando o correto seria como membros do Conselho Gestor. Encaminhamos nova ata alterando tais cargos para Coordenador do Departamento Artístico e Coordenador do Departamento Artístico Suplente.

3 – encaminhamos os documentos que comprovam o CPF e demonstram a maioria e a nacionalidade dos Diretores Robson Richard Duvoisin, 2º. Secretario e João Alaor Nenevê Cordeiro, 2º. Tesoureiro.

4 – conforme demonstrado no item 2, não encaminhamos os documentos solicitados de José Cristofolini porque foi indevidamente nominado como Diretor.

5 – como a Diretora de Comunicação Suplente Edhite Maricler Virmond, acumula o cargo de Secretária Geral da Diretoria Executiva, seus documentos já foram encaminhados anteriormente.

Ficamos ao dispor para eventuais novos esclarecimentos e enviamos,

Cordiais Saudações

**Ivo Kesterling**

**Presidente da Associação de Comunicação Comunitária-ACC**

Anexos: 01 Estatuto, 01 Ata, 02 RG

MC/PROTOCOLO

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 03/03/17 às 14:00 horas

Assinatura:



## ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE

### 3ª. ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

#### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO

**Art. 1º** - A Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob o número 02.843.454/0001-50, de ora em diante referida apenas como ACC, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, com autonomia administrativa e financeira, fundada, de fato, em 10 de junho de 1998 e, de direito, a partir do registro no cartório de Registro de Pessoas jurídicas, em 07/07/1998, sob o número 455, do livro A-2, nos termos do artigo 19 do Código Civil Brasileiro, do artigo 120 da Lei 6015/1973 e do artigo 71, parágrafo 4, da Lei 4215/1963, com redação da Lei 6884/1980.

**Parágrafo Único** - A ACC passará a utilizar a denominação fantasia de "**Rádio Cidade FM**" e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas vigentes no território nacional.

**Art. 2º** - A ACC tem sua sede atual à Rua Vicente Pereira Neto, número 138, Bairro Belo Horizonte, na cidade de Campo Alegre, estado de Santa Catarina, CEP 89.294-000, com foro na Comarca de São Bento do Sul/SC e sua área de atuação abrange o município de Campo Alegre e adjacências.

**Art. 3º** - A ACC tem por finalidades e objetivos beneficiar a comunidade com vistas a:

**I** - executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, com fundamento na Lei 9612/1998 e demais normativos vigentes;

**II** - dar oportunidade a difusão de ideias, elementos da cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

**III** - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

**IV** - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil sempre que necessário, e divulgar as atividades dos poderes públicos, relativamente à área comunitária, à cidade e aos cidadãos em geral, tais como: conselhos municipais, serviços de segurança pública, Procon, Decon, associações de moradores e outros;

**V** - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

**VI** - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, de geração de informação e de produção cultural a todos os segmentos sociais, da forma mais acessível possível;

**VII** - fomentar, por todas as suas instâncias e meios, a democratização da comunicação;

**VIII** - criar e manter equipamentos educacionais profissionalizantes, bem como buscar parcerias com instituições públicas ou privadas, para treinamento, aperfeiçoamento e desenvolvimento de cursos e oficinas de formação continuada;

**IX** - incentivar, divulgar, promover, diretamente ou através de parcerias, a criação de projetos de conscientização da defesa e proteção ao meio ambiente, como forma primordial de qualidade de vida;

**X** - promover e/ou realizar programas de animação cultural, através de campanhas, feiras, seminários, palestras, conferências, debates, simpósios, intercâmbios técnicos, estudos e pesquisas;

**XI** - promover, divulgar, incentivar produções independentes ou associadas de atividades artísticas, em todas as suas formas de expressão, por amadores ou profissionais;

**XII** - estimular o convívio social e a cultura, através da criação de biblioteca, videoteca, brinquedoteca, fixas e/ou ambulantes, ou através do sítio eletrônico da ACC.



**XIII-** divulgar e promover as diversas formas de associações por cooperativas de trabalho, habitação, serviços médicos, consumo, escolares, serviços de transporte, crédito, artesanato e outras;

**XIV-** promover, divulgar e incentivar as associações de empresários da região, visando fortalecer seu desenvolvimento econômico, bem como incentivar a criação de frentes alternativas de trabalho;

**XV –** difundir os ideais da ACC, bem como leis, direitos e responsabilidades dos cidadãos, através da emissora de radiodifusão comunitária, e/ou de meios de comunicação comunitários ou não, podendo criá-los, mantê-los e administrá-los, observados os preceitos legais.

**XVI –** criar programas de estagio e serviços voluntários;

**Art. 4º** - O prazo de duração da ACC é indeterminado.

**Art. 5º** - A ACC será regida por este estatuto, pelo regimento interno aprovado pela Diretoria Executiva e Assembleia Geral, e pela legislação vigente, no que for aplicável.

**Art. 6º** - Para a realização de seus objetivos sociais, a ACC poderá estabelecer intercâmbios, firmar contratos, assinar convênios, termos de parceria, termos de fomento, termos de cooperação, com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, órgãos governamentais; participar de ações solidárias conjuntas; bem como efetivar trabalhos de atendimentos, ensino e pesquisa; participar na formação de pessoal técnico relacionados com seus fins e, conforme necessidade, contratar e demitir funcionários.

**Art. 7º** - A fim de cumprir suas finalidades, a ACC se organizará em unidades de prestação de serviços denominados “departamentos”, tais como: Departamento de Comunicação e Departamento Artístico e quantos mais se fizerem necessários para desenvolver atividades peculiares; e reger-se-ão por normas específicas e estarão sujeitas aos órgãos administrativos da ACC

**Art. 8º** - A ACC poderá contratar a prestação de serviços técnicos especializados de terceiros, consoante seus objetivos.

## **CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS**

### **SEÇÃO I**

#### **Da admissão, classificação, demissão, eliminação e exclusão**

**Art. 9º** - Podem associar-se à ACC, de forma gratuita e ilimitada, pessoas físicas ou jurídicas, residentes, ou que desenvolvam atividades profissionais e econômicas na área de abrangência, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, classe social, concepção política, filosófica ou religiosa, aceitando as condições deste estatuto e preenchendo um cadastro básico com seus dados pessoais. Os associados são classificados da seguinte forma:

**I – ASSOCIADOS FUNDADORES:** pessoas físicas que assinaram a Ata de constituição da ACC ou a aprovação do estatuto original, e que contribuam de modo relevante para o seu desenvolvimento, apoiando e participando de seus esforços e visando a realização de suas finalidades, tendo direito a votar e ser votado; contribuindo financeiramente para a manutenção da ACC, na forma do parágrafo único do artigo 9º deste estatuto;

**II - ASSOCIADOS CONTRIBUINTES:** pessoas físicas ou jurídicas que tenham como principal objetivo auxiliar a ACC a manter o Serviço de Radiodifusão Comunitária, bem como o cumprimento das metas sociais de acordo com seus objetivos, tendo direito a votar e ser votado; contribuindo financeiramente para a manutenção da ACC, na forma do parágrafo único do artigo 9º deste estatuto;

**III – ASSOCIADOS APOIADORES CULTURAIS:** pessoas físicas ou jurídicas que desejem apenas veicular mensagem institucional de patrocinador mediante colaboração financeira na forma de apoio cultural, sem participar de Assembleias Gerais, reuniões ou decisões administrativas da Associação, não tendo direito a voz e voto, e não contando para efeito de quorum;

**IV – ASSOCIADOS COMUNICADORES:** pessoas físicas ou jurídicas que doam seu tempo na forma



de trabalho voluntário prestando serviço como locutor de programa aprovado pela Diretoria, não tendo direito a voz e voto, não contando para efeito de quórum e estando isentos da contribuição financeira constante do parágrafo único do artigo 9º deste estatuto.

**Parágrafo Único** - A ACC poderá cobrar de seus associados, na forma do artigo 9º., uma contribuição mensal, que será destinada à manutenção e custeio de suas atividades e do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Art. 10** - A demissão é o desligamento voluntário de associado de qualquer categoria e se dá mediante pedido por escrito, encaminhado ao Presidente, que não poderá negá-lo.

**Art. 11** - A exclusão é o desligamento de associado de qualquer categoria, e se dá por decisão da Diretoria Executiva, da qual cabe recurso à Assembleia Geral e será aplicado ao associado que:

- a) infringir este estatuto, as normas regimentais e/ou decisões aprovadas pela Diretoria ou pela Assembleia Geral;
- b) esteja em inadimplência com mais de 3(três) parcelas da contribuição prevista no parágrafo único do artigo 9º deste estatuto;
- c) morte do associado;
- d) encerramento das atividades de associado pessoa jurídica;
- e) incapacidade civil declarada por sentença judicial ou não suprida;
- f) não atendimento aos requisitos exigidos para o ingresso e permanência na ACC.

**Art. 12** - A exclusão será precedida de:

- a) advertência, por escrito, enviada mediante comprovação, para os incisos "a", "b", "e", "f", do artigo anterior;
- b) prazo de 15 dias para regularizar a situação de inadimplência apontada no inciso "b"; e prazo de 10 dias para defesa, nos casos dos incisos "a", "e", "f" do artigo 11 deste estatuto;

## SEÇÃO II

### Dos direitos, deveres e responsabilidades

**Art. 13** - São direitos dos associados:

- a) apenas para os Associados Contribuintes e Associados Fundadores: participar, opinar, votar e ser votado nas assembleias gerais, inclusive para eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, desde que estejam em dia com os compromissos financeiros previstos no parágrafo único do artigo 9º deste estatuto e sejam associados há mais de 6 (seis) meses;
- b) apresentar projetos, propostas, emendas a projetos e opinar sobre o desenvolvimento dos trabalhos da ACC;
- c) consultar livros e documentos da ACC;
- d) solicitar esclarecimentos e informações sobre as atividades da ACC;
- e) propor medidas que julgue de interesse para o aperfeiçoamento das atividades da associação;
- f) demitir-se da ACC;

**Parágrafo único** - O associado que se cadastrar como ASSOCIADO COMUNICADOR para trabalhos voluntários, não poderá reclamar direitos trabalhistas pelos serviços desempenhados na execução de programa radiofônico aprovado pela Diretoria.

**Art. 14** - São deveres dos associados:

- a) empenhar-se, de forma decidida, para que a ACC cumpra seus objetivos;



- b) prestigiar, com sua presença, ou por representação, eventos, atividades programadas, especialmente quando forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados, ou que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades da ACC;
- c) satisfazer, na forma e no tempo devido, seus compromissos para com a ACC;
- d) contribuir, mensalmente, na forma prevista no parágrafo, único do artigo 9º. deste estatuto;

**Parágrafo único:** Os associados não respondem judicialmente, extrajudicialmente ou subsidiariamente pelas obrigações da ACC.

**Art. 15** – Os recursos para a manutenção da ACC, serão provenientes de:

- a) contribuições financeiras dos associados;
- b) apoios culturais;
- c) programas de incentivo à programação da ACC;
- d) convênios e parcerias;
- e) receitas de eventos culturais, artísticos, esportivos, almoços, jantares e assemelhados;
- f) doações, auxílios, contribuições, subvenções;
- g) empréstimos financeiros autorizados pela Diretoria Executiva.

**Parágrafo primeiro** - As receitas auferidas mediante exercício das atividades da ACC serão utilizadas, única e exclusivamente, para a consecução de seus objeto social e finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, salvo verba de representação, bem como a distribuição de sobras, eventuais resultados, excedentes operacionais, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do patrimônio, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados, diretores, conselheiros, empregados, doadores ou terceiros.

**Parágrafo segundo** – A ACC poderá aplicar suas receitas em programas sociais, culturais, artísticos, esportivos, como forma de incentivo.

### **CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO**

**Art. 16** - O patrimônio da ACC será constituído por doações, legados, compra, venda, troca, permuta, cessão, ou outra forma de ações, direitos, e de bens móveis ou imóveis, materiais ou imateriais.

**Art. 17** – Os bens de propriedade da ACC serão utilizados e aplicados exclusivamente para a realização de seus objetivos, não podendo ser alienados ou gravados de qualquer ônus, senão após previa autorização da diretoria, nos termos deste estatuto.

### **CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS**

**Art. 18** – ACC tem como órgãos deliberativos, administrativos e consultivos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho Gestor;
- e) Conselho Comunitário de Comunicação Social;

### **CAPÍTULO V**



## DA ASSEMBLEIA GERAL

### Seção I

#### Da constituição, funcionamento e atribuições

**Art. 19** – A Assembleia Geral é o órgão máximo de constituição da ACC e será constituída pelas categorias de Associados Fundadores e Associados Contribuintes.

**Art. 20** – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, no mês de março, em lugar, dia e hora determinados pela diretoria e, extraordinariamente, para apreciar pauta previamente especificada; sempre que convocada pela diretoria, ou, por, no mínimo 1/5 (um quinto) dos associados com direito a voto.

**Art. 21** – O quorum mínimo para deliberação da assembleia geral, em primeira convocação, é de 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto.

**Parágrafo único** – não sendo atingido o quorum mínimo, a assembleia geral reunir-se-á 15 (quinze) minutos após o horário marcado, com o número de associados presentes, desde que não inferior a 1/5 (um quinto) dos associados com direito a voto e desde que esteja comprovada a convocação de 80% (oitenta por cento) dos associados.

**Art. 22** – A Assembleia Geral deverá ser convocada, ordinariamente, com antecedência mínima de 10 (dez) dias e, extraordinariamente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, utilizando-se, para tanto, edital de convocação, que deverá ser afixado na sede da associação e divulgado em 2 (duas) chamadas diárias durante a programação da emissora radiofônica, além do envio de correspondência aos associados, mediante comprovação.

**Art. 23** – As Assembleias Gerais serão dirigidas pelo presidente da ACC, cabendo ao secretário redigir a ata.

**Parágrafo único** – A Assembleia Geral deliberará sempre por maioria simples de votos dos associados que estejam em dia com as obrigações estatutárias e sejam associados com direito a voto há, pelo menos, 6 (seis) meses.

**Art. 24** – compete, privativamente, à Assembleia Geral:

- a) eleger os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- b) destituir os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- c) homologar a indicação de composição do Conselho Comunitário de Comunicação Social;
- d) aprovar as contas, mediante parecer do conselho fiscal;
- e) deliberar sobre a reforma deste estatuto;
- f) deliberar sobre a extinção da ACC e destino do seu patrimônio;
- g) em caso de destituição ou renúncia que possa comprometer a regularidade da administração da ACC, designar diretoria provisória dentro de 30 (trinta) dias, que atuará até a eleição de nova diretoria, e se fará pela comissão eleitoral designada pela diretoria provisória, na prazos fixados para as eleições e na forma do artigo 25 a 28 deste estatuto;
- h) aprovar e alterar o regimento interno.

**Parágrafo único** – Para as deliberações a que se referem as alíneas “b”, “e” e “f” será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou, com menos de 1/3 (um terço), nas convocações seguintes.

### SEÇÃO II DAS ELEIÇÕES



**Art. 25** – dentre os associados com capacidade civil absoluta e, em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais, com prazo de, pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para a eleição da nova diretoria, deverão ser indicados pela Diretoria Executiva, 03 (três) associados para compor a comissão eleitoral, a quem competirá:

- a) organizar o pleito que elegerá a nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, promovendo a divulgação dos prazos previstos para o procedimento e, fixando em edital, a data, horário e local para a eleição, além de encaminhar correspondência aos associados, e divulgação, na forma do artigo 22;
- b) receber as inscrições de chapas, até 10 (dez) dias antecedentes ao pleito;
- c) até 2(dois) dias após o recebimento das inscrições, confirmar ou vetar as chapas concorrentes, publicar em mural na sede da associação e divulgar, em 02(duas) chamadas na programação da emissora radiofônica, abrindo prazo de 02 (dois) dias para recursos, a contar da data da publicação;
- d) receber eventuais recursos e, no prazo de 01(um) dia útil, encaminhar à Diretoria Executiva, que terá 02(dois) dias para decidir;
- e) até 3 (três) dias antecedentes ao pleito, confirmar, após decisão recursal, as chapas concorrentes e divulgar na programação da emissora radiofônica, em 02(duas) chamadas diárias, até o dia do pleito;

**Art. 26** – Poderão candidatar-se para os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, associados que estejam em dia com seus deveres e contribuições; e contem com mais de 6 (seis) meses de efetiva e ininterrupta atuação e contribuição para a entidade.

**Parágrafo primeiro** – Os candidatos não podem estabelecer ou manter vínculos que subordinem ou sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, na forma do artigo 11 da lei 9.612/1998 e novos vínculos que o Ministério das Comunicações venha a incluir no rol de vínculos relacionados no seu sítio eletrônico.

**Parágrafo segundo** – Deverão concorrer chapas completas para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário de Comunicação Social, com exceção do cargo de Coordenador do Departamento Artístico e seu suplente, que serão escolhidos pela Diretoria eleita.

**Art. 27** – Têm direito a voto os Associados Fundadores e Associados Contribuintes que estejam em dia com seus deveres estatutários e com a contribuição prevista no parágrafo único do artigo 9º. deste estatuto, e que sejam associados, no mínimo, há 06 (seis) meses.

**Art. 28** – Será considerada eleita a chapa que obtiver a maioria simples dos votantes presentes à eleição e a posse se dará, automaticamente, 10 (dez) dias Assembleia Geral.

**Parágrafo único** – a votação das chapas deverá ser pela forma secreta, através de cédulas eleitorais e, havendo empate, prevalecerá a chapa em que o presidente for mais idoso.

## **CAPÍTULO VI DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art. 29** – A Diretoria Executiva é o órgão executivo da administração da ACC e é assim constituída:

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente;
- c) Secretário geral;
- d) Segundo secretário;
- e) Tesoureiro;
- f) Segundo Tesoureiro;
- g) Diretor de Comunicação;
- h) Diretor de Comunicação suplente;

**Parágrafo único** – Na ausência, impedimento, renúncia ou falecimento dos membros titulares, assumirão os suplentes e, na falta destes, caberá à Assembleia Geral eleger sucessor.



**Art. 30** - Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma reeleição, observado o disposto no artigo 26.

**Art. 31** - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, a cada 60 (sessenta) dias e, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo Presidente, por qualquer membro ou por solicitação do Conselho Fiscal.

**Parágrafo primeiro** - A Diretoria Executiva considerar-se-á reunida com a participação de seus membros, e as decisões tomadas por maioria simples de votos.

**Parágrafo segundo** - Deverá ser lavrada ata de cada reunião, em livro próprio, onde serão indicados os nomes dos que comparecerem e as decisões tomadas.

**Art. 32** - Além das demais atribuições que lhe são conferidas neste estatuto, compete à Diretoria Executiva:

- a) exercer a administração da ACC, fazer cumprir este estatuto e o regimento interno;
- b) elaborar e executar o programa anual de atividades;
- c) elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual e o respectivo demonstrativo de resultados do exercício findo;
- d) elaborar o orçamento das receitas e despesas para o exercício seguinte;
- e) fixar o valor e reajuste da contribuição financeira mensal dos Associados;
- f) elaborar o regimento interno da ACC e de seus Departamentos;
- g) entrosar-se com instituições públicas e privadas, tanto no país, como no exterior, para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- h) promover medidas que possam conduzir a ACC à realização de suas finalidades;
- i) responsabilizar-se pelo patrimônio da ACC;
- j) admitir e demitir funcionários;
- k) deliberar sobre a admissão, demissão e punição de associados;
- l) criar e instalar órgãos de assessoria, se necessários ao desenvolvimento da ACC;
- m) deliberar sobre a convocação de Assembleias Gerais;
- n) estabelecer, em instruções ou regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abusos cometidos contra disposições da lei, deste estatuto ou das normas de relacionamento com a sociedade, que vierem a ser expedidos em suas reuniões;

**Art. 33** - Compete ao Diretor Presidente:

- a) representar a ACC, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele;
- b) administrar a ACC, conjuntamente com os demais membros da Diretoria Executiva, obedecendo este estatuto e os demais regimentos internos, objetivando a realização dos objetivos e finalidades sociais;
- c) convocar e presidir reuniões da Diretoria Executiva;
- d) dirigir e supervisionar todas as atividades da ACC;
- e) presidir as Assembleias Gerais;
- f) assinar, em conjunto com o Secretario Geral, convênios, contratos, intercâmbios, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação e quaisquer documentos que impliquem



responsabilidade financeira da ACC e o cadastro de admissão de novos associados;

**g)** assinar cheques e movimentar contas bancárias, em conjunto com o Tesoureiro Geral;

**h)** realizar, mediante aprovação da Diretoria Executiva, a contratação e/ou demissão de funcionários, a contratação de empréstimos financeiros e outras obrigações pecuniárias.

**Art. 34 - Compete ao Vice-Presidente:**

**a)** assessorar o Presidente no exercício de suas funções;

**b)** substituir o Presidente em seus eventuais impedimentos ou demissão;

**c)** exercer outras funções que venham a ser estabelecidas no regimento interno;

**Art. 35 - Compete ao Secretário Geral:**

**a)** administrar as ações da ACC, conjuntamente com os demais membros da Diretoria Executiva;

**b)** assinar a correspondência da Diretoria Executiva em conjunto com o Presidente, e expedir convocações de Assembleias Gerais;

**c)** secretariar as Assembleias Gerais e reuniões da Diretoria Executiva e redigir as atas;

**d)** manter organizada a secretaria, com os respectivos livros, arquivos e correspondências se não houver funcionário contratado para tal fim;

**e)** atualizar e manter sob sua guarda em arquivo na sede da ACC, se houver, os livros de atas das reuniões da Diretoria Executiva e das Assembleias Gerais;

**f)** registrar em livro ou pasta própria, o cadastro de associados, o quadro social e manter atualizados;

**g)** assinar, em conjunto com o Presidente, e o cadastro de admissão de novos associados;

**h)** assinar, em conjunto com o Secretario Geral, convênios, contratos, intercâmbios, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação e quaisquer documentos que impliquem responsabilidade financeira da ACC e o cadastro de admissão de novos associados;

**Art. 36 - Compete ao Segundo Secretario:**

**a)** assessorar o Secretario Geral no exercício de suas funções;

**b)** substituir o Secretario Geral em seus eventuais impedimentos ou demissão;

**c)** exercer outras funções que venham a ser estabelecidas no regimento interno;

**Art. 37 - Compete ao Tesoureiro Geral:**

**a)** arrecadar e contabilizar as contribuições financeiras, rendas, auxílios e donativos recebidos pela ACC, mantendo em dia a escrituração;

**b)** zelar pela quitação e recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias, taxas e outras, de responsabilidade da ACC;

**c)** apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que solicitados;

**d)** apresentar o relatório financeiro para ser submetido a apreciação da Assembleia Geral;

**e)** apresentar, semestralmente, o balancete de receitas e despesas, ao Conselho Fiscal;

**f)** manter todo o numerário em estabelecimento bancário;

**g)** conservar sob sua guarda e responsabilidade, todos os documentos relativos à tesouraria e encaminha-los, mensalmente, ao escritório de contabilidade;

**h)** assinar cheques e movimentar contas bancárias, em conjunto com o Presidente;



**Art. 38 – Compete ao Segundo Tesoureiro:**

- a) assessorar o Tesoureiro Geral no exercício de suas funções;
- b) substituir o Tesoureiro Geral em seus eventuais impedimentos ou demissão;
- c) outras atribuições que sejam estabelecidas no regimento interno.

**Art. 39 – Compete ao Diretor de Comunicação:**

- a) responsabilizar-se pelo Departamento de Comunicação do serviço de radiodifusão comunitária, bem como formar quantos Departamentos forem necessários ao desenvolvimento do serviço, desde que seja referendado pela Diretoria Executiva;
- b) supervisionar, durante a programação diária, a manutenção do código de ética, bem como os princípios da lei de imprensa e normativos específicos para radiodifusão comunitária emitidos por portarias do Ministério das Comunicações, advertindo os locutores ou vetando programas ou matérias jornalísticas;
- c) elaborar e supervisionar o cumprimento da grade de programação, submetendo a aprovação da Diretoria Executiva eventuais alterações e criação de novos programas, destinando à comunidade local 06 (seis) minutos a cada hora, bem como promover a cultura nacional e demais objetivos constantes do artigo 3º. deste estatuto;
- d) analisar as notícias enviadas pela comunidade para a confecção de Boletins Informativos Comunitários (BICs') que, estando em desacordo com os princípios deste estatuto e das normas de radio comunitária, deverão ser vetados e enviados à coordenadoria do Conselho Comunitário de Comunicação Social, para notificação de seus autores.

**Art. 40 – Compete ao Diretor de Comunicação suplente:**

- d) assessorar o Diretor de Comunicação no exercício de suas funções;
- e) substituir o Diretor de Comunicação Geral em seus eventuais impedimentos ou demissão;
- f) outras atribuições que sejam estabelecidas no regimento interno.

**CAPÍTULO VII  
DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 41 –** O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros titulares e 03(três) suplentes, de reconhecida idoneidade e cumprirão mandato de 02 (dois) anos, com direito a reeleição.

**Parágrafo único –** Na ausência, impedimento, renúncia, ou falecimento de um dos membros titulares, assumirá o primeiro suplente e sucessivamente o segundo suplente e, se houver necessidade, caberá à Assembleia Geral eleger sucessor.

**Art. 42 –** O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente a cada 06 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, e as decisões serão tomadas por maioria simples de votos e será lavrada, em livro próprio, e serão indicados os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

**Parágrafo primeiro –** Em sua primeira reunião, escolherão, dentre seus membros efetivos, um coordenador, incumbido de dirigir os trabalhos, e um secretário.

**Parágrafo segundo –** As reuniões poderão ser convocadas pelo Coordenador, por qualquer de seus membros, por solicitação da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.

**Parágrafo terceiro –** Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos pelo secretário e, na ausência deste também, deverá ser convocada nova reunião por falta de quorum.

**Art. 43 – Compete ao Conselho Fiscal:**



- a) examinar os documentos e livros de escrituração da ACC;
- b) examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- c) apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria Executiva;
- d) opinar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens pertencentes à ACC;
- e) fiscalizar os atos da Diretoria Executiva e dos Conselhos, na esfera contábil, verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- f) deliberar sobre as subvenções outorgadas pela ACC aos Conselhos, denunciando à Assembleia Geral quaisquer irregularidades verificadas;
- g) acompanhar o cumprimento da política financeira e de recursos humanos estabelecidos pela Diretoria Executiva.

## **CAPÍTULO VIII DO CONSELHO GESTOR**

**Art. 44 –** O Conselho Gestor, instituído após a implantação do serviço de radiodifusão comunitária, conforme artigo 3º. Retro, será composto pelo Departamento de Comunicação e pelo Departamento Artístico que, agindo em uníssono, visarão a organização da programação social e artística, na área de comunicação comunitária, obedecendo os princípios da liberdade de expressão, em consonância com o artigo 220 da Constituição Federal do Brasil e demais normas que regem o sistema de radiodifusão comunitária.

**Parágrafo primeiro –** O mandato dos membros do Conselho Gestor será de 02 (dois) anos, com direito a reeleição.

**Parágrafo segundo –** O Conselho Gestor será presidido pelo Diretor de Comunicação.

**Parágrafo terceiro –** O Conselho Gestor se reunirá, ordinariamente, a cada 30 (trinta dias) e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que convocado por qualquer dos membros participantes, cuja ata deverá ser registrada no livro próprio e assinada por todos os membros presentes.

**Parágrafo quarto –** As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros votantes e quaisquer deliberações que envolvam veto, deverão ser submetidas, imediatamente, a Diretoria Executiva e, mantido o veto, será encaminhado ao Conselho Comunitário.

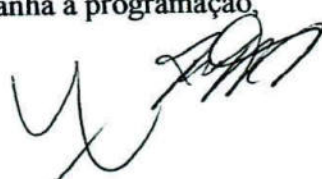
**Art. 45–** O Departamento de Comunicação será presidido pelo Diretor de Comunicação podendo, conforme necessidade, compor-se por mais membros, em conformidade com o inciso “a” do artigo 39, ao qual compete:

- a) analisar o teor da programação a ser levada ao ar pelo serviço de radio difusão comunitária, com base no código de ética e da lei de imprensa e das normas do serviço de radiodifusão comunitária;
- b) observar os valores éticos da pessoa e da família, com poderes de veto sobre qualquer fundo tendencioso que esteja em desacordo com o disposto no artigo 3º. deste estatuto,

**Art. 46 –** O Departamento Artístico, subordinado ao Diretor de Comunicação, será composto por um Coordenador efetivo e um suplente, indicados entre os membros da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, ao qual compete:

- a) elaborar o sistema de programação musical, visando a divulgação da cultura nacional;
- b) promover novos artistas (escritores, poetas, artesãos, músicos, instrumentistas, etc);
- c) promover a integração social de sua área de atuação.

**Parágrafo único –** Quaisquer deliberações que incluïrem veiculação inédita ou estranha à programação, deverão ser submetidas ao Departamento de Comunicação.





## CAPÍTULO IX DO CONSELHO CUMUNITÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Art. 47** - O Conselho Comunitário de Comunicação Social é um órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do serviço de radiodifusão comunitária estabelecidos nos artigos 3º. e 4º. da lei 9.612/1998 e será composto por 05 (cinco) membros representantes de entidades legalmente constituídas e com sede na área de abrangência da ACC, tais como: associações de moradores, de classe, de pais e professores, beneméritas, filantrópicas assistenciais, religiosas, excluída a administração pública direta e indireta.

**Parágrafo primeiro** - O Conselho Comunitário será indicado na chapa de eleição da Diretoria Executiva e homologado pela Assembleia Geral.

**Parágrafo segundo** - As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da ACC, nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

**Art. 48** - Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

- a) fiscalizar a programação da emissora de radiodifusão comunitária;
- b) solicitar ao órgão de direção, informação e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;
- c) fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada a executar serviço de radiodifusão comunitária;
- d) realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;
- e) receber reclamações, denúncias e elogios;
- f) sempre que solicitado, submeter, ao Ministério das Comunicações, relatório circunstanciado contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do serviço de radiodifusão comunitária;
- g) Quando notificado pela Diretoria Executiva sobre decisões que envolverem veto por parte do Departamento de Comunicação, referente notícias de fundo tendencioso, o Conselho Comunitário notificará aos autores, por escrito, o motivo da recusa da veiculação, tendo o autor 30 (trinta) dias para manifestar sua defesa;

**Art. 49** - O Conselho de Comunitário reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação de qualquer de seus membros, pelo Departamento de Comunicação ou pela Diretoria Executiva, devendo suas reuniões e resoluções constar de atas lavradas em livro próprio, que deverá ser assinada por todos os membros presentes.

## CAPÍTULO X DA CONTABILIDADE

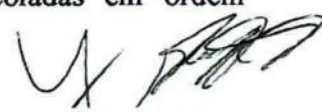
**Art. 50** - A contabilidade da ACC obedecerá os princípios fundamentais e as normas brasileiras de contabilidade e, tanto ela, quanto os demais registros obrigatórios, deverão ser mantidos em perfeita ordem.

**Parágrafo único** - As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços, e o balanço geral será levantado a 31(trinta e um) de dezembro de cada ano.

## CAPÍTULO XI DOS LIVROS

**Art. 51** - A Associação deverá manter:

- a) livro de matrícula de associados, que será composto pelas fichas de cadastro dos associados;
- b) livro de atas da Assembléia Geral;
- c) livro de reunião da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Gestor e do Conselho Comunitário; que será composto pelas atas digitadas em computador e coladas em ordem





sequencial;

d) livro caixa;

## CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 52** – Os funcionários que forem admitidos para prestar serviços profissionais à ACC, serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

**Art. 53** – Os casos omissos deste estatuto serão resolvidos por votação da Diretoria Executiva, que fará arquivo das Resoluções que decidiram sobre o assunto, numerando-as cronologicamente e incluindo no livro de reuniões.

**Art. 54** – A ACC poderá inserir na programação radiofônica programas para organizações religiosas e partidos políticos, desde que em igualdade de oportunidades e condições.


**Art. 55** – Constatando-se a impossibilidade de a ACC continuar funcionando, poderá ser extinta por iniciativa da Assembleia Geral, nos termos deste estatuto. Neste caso, seu patrimônio será transferido para outra entidade congênere, devidamente constituída e com objetivos sociais compatíveis com os da ACC.

**Parágrafo único:** A ACC somente será extinta por deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus associados votantes, em Assembleia Geral convocada para tal fim.

**Art. 56** – Fica revogado estatuto anterior, passando a vigorar o presente estatuto, a partir de seu registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Campo Alegre/SC, 14 de fevereiro de 2017

  
Presidente da Diretoria Executiva

  
INGO RUSCH ALANDT  
OAB/SC 8138  
ADVOGADO

### REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

São Bento do Sul - SC  
Rua Jorge Lacerda, 242 - Centro  
Apresentado hoje para registro, Apontado sob nº 00003725, do protocolo 8,  
registrado no livro A-58, registro de Pessoas Jurídicas sob nº 00004102. São  
Bento do Sul, 21/02/2017.  
Reg.: 0,00, Selo: 0,00, Total: 0,00

  
Mafalda Tremi Hümmelgen - Oficiala  
EAW63935 TY10 Confira em: [www.tjsc.jus.br/selo](http://www.tjsc.jus.br/selo)



### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete (**14/02/2017**), os associados da Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre - ACC, entidade civil privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nr. 02.843.454/0001-50, com sede à Rua Vicente Pereira Neto nr. 138 - bairro Belo Horizonte, município de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000, com estatuto registrado sob o número 455 do livro A-2, folha 208, em 07/07/1998, com a primeira alteração averbada no assento nr. 455 em 08/11/2003 e a segunda alteração averbada no assento nr. 455, em 19/11/2008, reuniram-se às 18:15 horas, em segunda chamada, na sala de reuniões da sede da ACC para deliberar sobre a ordem do dia divulgada no edital nr 01/2017, de 06/02/2017, a saber: prestação de contas; retificação da Ata de Eleição da Diretoria Executiva, de 04/10/2016; terceira alteração do estatuto da ACC; assuntos gerais. O Presidente Ivo Kesting abriu os trabalhos da assembléia geral ordinária e confirmou que havia quorum mínimo de 1/3 (um terço) dos associados com direito a voto para alteração do estatuto e indicou a Sra. Edithe Maricler Virmond para secretariar a assembléia geral. Em seguida, passou a palavra para a Tesoureira, Sra. Oliva Catoni, que informou das contas de 2016 e salientou das dificuldades financeiras enfrentadas por conta da crise econômica nacional. Salientou que a ACC teve dificuldade em pagar seus compromissos financeiros e 09 meses de aluguel foram trocados pela promessa de reforma do telhado da sede da ACC. Colocado em votação o balanço de 2016 foi aprovado por unanimidade com a ressalva de fazer gestões para aumentar as receitas de apoios culturais. Na sequência, o Presidente Ivo Kesting colocou em pauta a solicitação do Ministério das Comunicações para retificação da Ata de Eleição da Diretoria Executiva de 04/10/2016 onde foi incluído, de forma errônea os cargos de Diretor Artístico e Diretor Artístico suplente, os quais não constam no estatuto como membros da Diretoria Executiva eleita em 04/10/2016 para mandato até **31/03/2018**. Colocada em votação, a retificação foi aprovada por unanimidade e os cargos de Diretor Artístico e Diretor Artístico suplente foram incluídos no Conselho Gestor como Coordenador Artístico e Coordenador Artístico Suplente, ficando assim constituídos os órgãos de direção da ACC, sendo todos os associados residentes em Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000, e ficando assim a Diretoria Executiva: **PRESIDENTE - Ivo Kesting**, associado contribuinte pessoa física, CPF 093.003.509.78, RG 187.204-4, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado à Rua Raimundo Gomes Munhoz, nr. 55 - Centro; **VICE-PRESIDENTE - Luiz Eduardo Drancka**, representante da associada contribuinte Igreja Batista da Paz, RG 1.369.964-4, CPF 590.733.739-72, brasileiro, casado, funileiro, residente e domiciliado à Rua Ernesto Friedrich, nr. 118 - Centro; **SECRETARIA - Edithe Maricler Virmond**, associada contribuinte pessoa física, RG 1.198.870-SSP/SC, CPF 694.314.729-04, brasileira, casada, fisioterapeuta, residente e domiciliada à Rua Altamiro Lobo Guimarães, nr 87, centro; **2º. SECRETARIO - Robson Richard Duvoisin**, associado contribuinte pessoa física, RG 2.373.498-SSP/SC, CPF 721.441.659-04, brasileiro, solteiro, maior, funcionário público, residente e domiciliado à Rua Nereu Ramos, 275, centro; **TESOUREIRA - Oliva Catoni**, associada contribuinte pessoa física, RG 244.899-SSP/SC, CPF 000.237.279-75, brasileira, casada, diarista, residente e domiciliada à rua Cel. Bueno Franco, nr 409, centro; **2º. TESOUREIRO - João Alaor Nenevê Cordeiro**, representante do associado contribuinte Auto posto JK Ltda, RG 2.924.876-SSP/SC, CPF 808.363.999-00, brasileiro, casado, frentista, residente e domiciliado à Rua Cel. Raimundo Munhoz, nr 1070, bairro Cascatas; **DIRETOR DE COMUNICAÇÃO - Jeison Fabiano de Souza Ossovski**, associado contribuinte pessoa física, RG 4.593.871-7, CPF 063.211.129-17, brasileiro, solteiro, maior, assessor parlamentar, residente e domiciliado à Rua Caíva do Cerro, sn, bairro Avenquinha; **DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SUPLENTE - Edithe Maricler Virmond**, associada contribuinte pessoa física, RG 1.198.870-SSP/SC, CPF 694.314.729-04, brasileira, casada, fisioterapeuta, residente e domiciliada à Rua Altamiro Lobo Guimarães, nr 87, centro; **CONSELHO GESTOR: COORDENADOR DO DEPARTAMENTO ARTÍSTICO - Ivo Kesting**, associado contribuinte pessoa física, CPF 093.003.509.78, RG 187.204-4, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado à Rua Raimundo Gomes Munhoz, nr 55, centro; **COORDENADOR DO DEPARTAMENTO ARTÍSTICO SUPLENTE - José Cristofolini**, representante da associada contribuinte ACIACA-Associação Comercial e Industrial de Campo Alegre, RG 1.090.760-SSP/SC, CPF 609.818.309-00, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Rua Alfredo Friedrich, nr.174, bairro Belo Horizonte; **CONSELHO FISCAL: Aldo Tomaz Karvat**, associado contribuinte pessoa física, RG 87.079-3-SSP/SC, CPF 247.745.619-91, brasileiro, casado, mecânico aposentado, residente e domiciliado à Rua Laurentino Barros Lima, nr 74, bairro Cascatas; **Aldérico José Dana**, associado contribuinte pessoa física, RG 1.099.263-4-SSP/SC, CPF 166.523.479-20, brasileiro, casado, odontólogo, residente e domiciliado à rua Cel. Bueno Franco, nr 736, bairro Cascatas; **José Cristofolini**, representante da associada contribuinte ACIACA-Associação Comercial e Industrial de Campo Alegre, RG 1.090.760-SSP/SC, CPF 609.818.309-00, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Rua



**NOME**

**ASSINATURA**

Two Kilmory  
 EDITH MARICKER  
 GERALDO L. GROSSKOPF  
 JAMES F. JONES GROSSKOPF  
 JOSE CRISTOFOLINI  
 LUIZ EDUARDO DRAUCH  
 JOSE ALBERTO FERREIRA  
 MARIA MARIA FERREIRA  
 ALBERTO JONES FERREIRA  
 PAUL THOMSON  
 GARY GONZALEZ FERNANDES  
 JAMES E. BAKER  
 E. JAMES LUTZMEYER BAKER  
 RINALDO DE SOUZA  
 JOAO ALDO N. CORDEIRO  
 ELTON JEL DRECHSLER  
 ROBERT B. NOGUEIRA

[illegible]

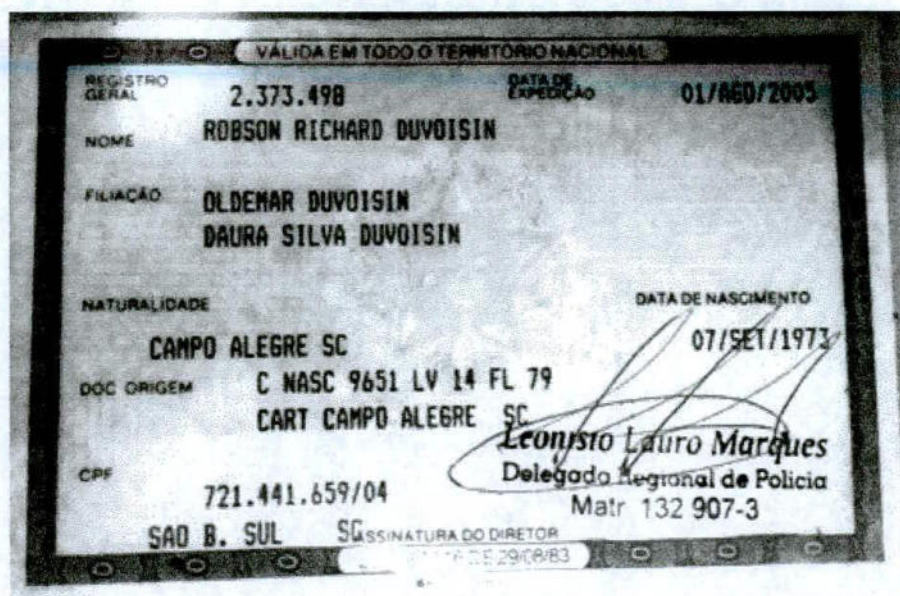
**REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA**

São Bento do Sul - SC

Apresentado hoje para registro. Apontado sob nº 00003725, do protocolo 8, registrado no livro A-58, registro de Pessoas Jurídicas sob nº 00004102. São Bento do Sul, 21/02/2017.

Mafalda Trembl Hümmlgen - Oficiala  
EAW63935 TY10 Confira em: [www.tisc.lus.br/selo](http://www.tisc.lus.br/selo)







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.924.876 DATA DE EXPEDIÇÃO 26/OUT/2004

NOME JOAO ALAOR NENEVE CORDEIRO

FILIAÇÃO ALEXANDRE NENEVE CORDEIRO  
MARIA DE JESUS NENEVE CORDEIRO

NATURALIDADE CAMPO ALEGRE SC DATA DE NASCIMENTO 24/JUN/1975

DCC ORIGEM C CAS 1256 LV B-4AUX FL 80  
CART CAMPO ALEGRE SC

CPF 808.363.999/00

SAO B. SUL SC

ASSINATURA DO DETETOR  
LEI Nº 7.116 DE 20/05/83

Delegado Regional de Polícia  
Matr 132 907.3

Leônidas Lauro Marques

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CONSUMIDOR

DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICA E CIENTÍFICA E PERÍCIA CRIMINAL

LABORATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA

CARTÃO DE IDENTIDADE

Foto

Assinatura

Impressão digital



Para

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, Ala Oeste, 3º. Andar

CEP 70.044-900

**BRASILIA - DF**





**Rádio Cidade**  
**87,9 FM**  
Associação de Comunicação Comunitária  
Cidade FM - 87,9 FM - Campo Alegre - SC  
**Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre – ACC**  
Rua Vicente Pereira Neto, 138, Bairro Belo Horizonte  
CEP 89.294-000 – CAMPO ALEGRE/SC



**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

## Identificação do Processo

Número: 53000.050447/2012 Localidade / UF: CAMPO ALEGRE/SC  
Entidade: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE  
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 285

## Processo

1. A Entidade é uma: Associação

### 2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Robson Richard Duvoisin	721.441.659-04	2º Secretário	14/10/2016 31/03/2018	
Jeison Fabiano de Souza Ossovski	063.211.129-17	Diretor de Comunicações	14/10/2016 31/03/2018	
Oliva Catoni	006.237.279-35	Tesoureiro	14/10/2016 31/03/2018	
IVO KESTERING	093.003.509-78	Presidente	14/10/2016 31/03/2018	(47) 84941581 (41) 36321581 (47) 84941581 (41) 36321581
Luiz Eduardo Drancka	590.733.739-72	Vice-Presidente	14/10/2016 31/03/2018	
Edithe Maricler Virmond	694.314.729-37	Suplente	14/10/2016 31/03/2018	
João Alaor Nenevê Cordeiro	808.363.999-00	2º Tesoureiro	14/10/2016 31/03/2018	
Edithe Maricler Virmond	694.314.729-37	Secretário Geral	14/10/2016 31/03/2018	

### 3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 6 (Volume de Processo 0015341).
  - 1.1) Data de protocolo: 16/10/2012.
  - 1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.
- 2) Estatuto Social: fls. 2 a 13 (Ofício 04/2017 1712198).
  - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º, I;
  - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 9º;
  - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 14, ?a?;
  - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 14, ?a?;
  - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 29;
  - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 32 e ss.;
  - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos: art. 30 (dois anos);
  - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 47 a 49.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 3 a 5 (Ofício 34/2016 1437007) e fls. 14/15 (Ofício 04/2017 1712198). (14/10/2016 - 31/3/2018)  
Presidente: Ivo Kesting; (21/3/1952 - 093.003.509.78)  
Vice-Presidente: Luiz Eduardo Drancka; (8/11/1965 - 590.733.739-72)  
Secretário(a) Geral: Edithe Maricler Virmond; (18/4/1950 - 694.314.729-37)  
2º(ª) Secretário(a): Robson Richard Duvoisin; (7/9/1973 - 721.441.659-04)  
Tesoureiro(a): Oliva Catoni; (21/7/1944 - 006.237.279-35)  
2º(ª) Tesoureiro(a): João Alaor Nenevê Cordeiro; (24/6/1975 - 808.363.999-00)  
Diretor(a) de Comunicação: Jeison Fabiano de Souza Ossovski; (9/6/1987 - 063.211.129-17)  
Diretor(a) de Comunicação Suplente: Edithe Maricler Virmond; (18/4/1950 - 694.314.729-37)



- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 6 a 9 e 13 (Ofício 34/2016 1437007) e fls. 16/17 (Ofício 04/2017 1712198).
- 5) CNPJ: Certidões - CNPJ 0863996.
- 6) Certidão Negativa da Anatel: fl. .
- 7) Declaração de conformidade: fl. 9 (Volume de Processo 0015341).
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 26 (Ofício 1/2016 0937419).

**\*\*\*PENDÊNCIAS:**

- Não foi possível emitir certidão negativa da Anatel.

**\*\*\*CONCLUSÕES:**

- Foi realizada pesquisa de vínculo e não foi verificada irregularidade.
- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

---

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## **NOTA TÉCNICA Nº 19503/2017/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53000.050447/2012-38.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Campo Alegre**, estado de **Santa Catarina**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 34535/2016/SEI-MCTIC.

### **ANÁLISE**

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	<b>Dispositivo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Análise</b>
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	Art. 130, parágrafo único, inciso III	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	Em consulta ao sítio da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, verificou-se que a Entidade se encontra devedora. Por essa razão, solicita-se a quitação do(s) débito(s) existente(s) e o encaminhamento da certidão atualizada.

3. Salienta-se que esta solicitação será a última que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, a o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 132, II da Portaria nº 4334, de 2015.

### **CONCLUSÃO**

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.



5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 24/08/2017, às 07:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/09/2017, às 17:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2159409** e o código CRC **0501A162**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.050447/2012-38

SEI nº 2159409





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 37104/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

IVO KESTERING

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE**

Rua Vicente Pereira Neto, nº 138 - Belo Horizonte

89.294-000 - Campo Alegre - SC

CNPJ nº 02.843.454/0001-50

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.050447/2012-38.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 19503/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/09/2017, às 17:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2159410** e o código CRC **86BAB5C0**.







AR

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 37104/2017/SEI-MCTIC, 05/09/2017  
53000.050447/2012-38

IVO KESTERING

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE  
CAMPO ALEGRERua Vicente Pereira Neto, nº 138 - Belo Horizonte  
89.294-000 Campo Alegre / SC

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

EMS

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Sandra Bernardi

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

20/9/17

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATIONNº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE ET MAT. DE L'EMPLOIAmilson Pereira  
Matrícula: 8.710.416-4

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

( CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO )

JR 32766592 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

13 SET 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DÉPÔT  
Serviço Público Federal  
Ministério da Comunicações  
BRASILIA

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

18/09/17

11:55 ph

/ /

: h

/ /

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

Serviço Público Federal  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações  
Secretaria de Radiodifusão  
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste  
70.044-900 Brasília-DF



01250.060454/2017-15



Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre – ACC  
Rua Vicente Pereira Neto, 138, Bairro Belo Horizonte  
CEP 89.294-000 – CAMPO ALEGRE/SC

Ofício 12/2017

Campo Alegre/SC, 22 de setembro 2017

Para

**COORDENADORA-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º. Andar

CEP 70044-900

**BRASILIA - DF**

Senhora Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária.

**Assunto: Nota Técnica 19503/2017/SEI-MCTIC, relativa à constatação de pendências do processo Nº 53000.050447/2012-38 – renovação de outorga.**

Em atenção ao ofício nr. 37104/2017/SEI-MCTIC, de 05/09/2017, recebido por nossa Associação em 19/09/2017, onde aponta o não pagamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF, vencida em 31/03/2017, no valor de R\$ 66,00, informamos:

1 - a referida TFF vencida em 31/03/2017, no valor de R\$ 66,00, foi quitada no Banco do Brasil em 30/06/2017, com os acréscimos devidos no valor total de R\$ 80,99, conforme comprovante de pagamento e ofício do próprio Banco, de 21/09/2017, encaminhados em anexo;

2 - salientamos que o banco gravou a “linha digitável” do código de barras com divergência, mas o valor pago foi devidamente creditado na conta corrente do cedente “Fundo de Fiscalização das Telecomunicações” nr 333.218-7, da agência 1607-1 do Banco do Brasil, conforme consta do ofício do Banco e da cópia do sistema de cobrança do próprio banco, que segue em anexo.

3 – portanto, nosso pagamento, embora não conste como quitado na “Relação de lançamento para impressão do boleto”, conforme extraído do site [HTTPS://sistemas.anatel.gov.br/boletio/internet/consulta.asp](https://sistemas.anatel.gov.br/boletio/internet/consulta.asp), da ANATEL, foi devidamente quitado e creditado na conta corrente do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, cabendo a essa instituição fazer os ajustes internos na Relação de lançamentos para impressão do boleto quitado”.

Ficamos ao dispor para eventuais novos esclarecimentos e enviamos,

Cordiais Saudações

  
Ivo Kesterling

**Presidente da Associação de Comunicação Comunitária-ACC**

Anexos:04

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 29/09/17 às 14:40 horas

Assinatura: Conceição





Agência 1715-9 Campo Alegre - SC  
Campo Alegre - SC, 21 de setembro de 2017.

Ao  
Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre

Prezado(a) Senhor(a),

Declaramos para os devidos fins que o boleto especificado abaixo foi recebido por esta agência do Banco do Brasil e encaminhado à compensação eletrônica em conformidade com as disposições da Convenção da Cobrança de 30.05.2014, não sendo devolvido pelo banco destinatário do crédito no prazo regulamentar.

Beneficiário: Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL  
Código/nome do banco destinatário: 1607/333218  
Pagador: Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre  
CPF ou CNPJ do pagador: 02.843.454/0001-50  
Data de Vencimento: 31/03/20147  
Data de Pagamento: 30/06/2017  
Valor do boleto: R\$ 66,00 (Sessenta e seis reais)  
Valor Pago: R\$ 80,99 (Oitenta reais e noventa e nove centavos)  
Nosso número: 00088441100549003351  
Código de barras ou da linha digitável: 00194 56979 58844 110054 49003 351217 1  
71150000006600

Local e data: Campo Alegre, 21 de setembro de 2017.

  
Fábio Mário de Azevedo  
Matr. 3.162.  
Gerente de Caixa  
Banco do Brasil S.A.



CBRM3413  
F3162916

SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil  
Cobranca Bancaria

21/09/2017  
11:10:55

----- Titulos Recebidos - Detalhamento -----  
Agencia : 1607-1 GOVERNO FEDERAL Origem : ONL  
Conta : 333218-7 FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECO Nr.Trm : 16515  
Cart/Var : 18 / 264 - SIMPLES SEM REGISTRO Seq.Aut.: 159  
Convenio : 456975 Tipo : 21 Lote : 20000  
Dt. Recebto: 30/06/2017 Situacao: 2-Processado  
Ag. Recebto: 1715-9 CAMPO ALEGRE-SC 1915-1 CENOP SERV CURITIBA

Linha Digitavel: 00194.56979 58844.110054 49003.351217 1 71150000006600  
Codigo Barras : 00191711500000066004569758844110054900335121  
Nosso Numero : 00088441100549003351  
Fator Vencto : 7115 Data Vencto : 31/03/2017

(=) Valor Documento	:	66,00
(-) Desconto/Abatimento:		0,00
(-) Outras Deducoes	:	0,00
(+) Juros/Multa	:	14,99
(+) Outros Acrescimos	:	0,00
(=) Valor Cobrado	:	80,99

-----

F1 Ajuda F3 Sai



30/06/2017 - BANCO DO BRASIL - 11:14:48  
171516515 0159

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.  
00194569795884411005449003351217171150000006600  
Nosso Numero 88441100549003351  
CONVENIO 00456975  
FISTEL - OUTROS SERVICOS 1607/00333218  
G/COD. BENEFICIARIO 31/03/2017  
DATA DE VENCIMENTO 30/06/2017  
VALOR DO DOCUMENTO 66,00  
MULTA/JUROS 14,99  
VALOR COBRADO 80,99  
R.AUTENTICACAO 0.F1B.DB3.43C.64E.35A  
EIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,  
NRE OUTRAS INFORMACOES.

 **BANCO DO BRASIL**

00194.56979 45001.144885 49003.351217 1 71150000006600

Local de Pagamento PAGÁVEL APENAS NO BANCO DO BRASIL					Vencimento <b>31/03/2017</b>	
Beneficiário <b>Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL</b>					Receita 4130131607-1/333.218-7	
ANATEL/FISTEL - CNPJ: 02.772.704/0001-08						
Data do Documento 28/06/2017	Nº Documento 910.1.5.9993	Espécie Doc. REC	Aceite N	Data do Processamento 28/06/2017	Nosso Numero 50011448849-0033-51	
Nº da Conta/Responsável	Carteira 18.256	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=)Valor do Documento <b>66,00</b>	
<b>1. Informações</b> - Títulos em atraso somente poderão ser pagos no Caixa do Banco do Brasil - Após vencimento Multa: 0,33% ao dia até o máximo de 20% Juros (SELIC): Somar mes a mes, a partir do mês subsequente ao vencimento, sendo 1% no mês de pagamento. - Multa: R\$ 13,20 - Juros: R\$ 1,79 - Não conceder desconto/abatimento/dedução Outro boleto poderá ser obtido no site: <a href="http://sistemas.anatel.gov.br/boleto">http://sistemas.anatel.gov.br/boleto</a>  <b>Governo Federal - Guia de Recolhimento da União. GRU - Cobrança</b>					(-)Desconto/Abatimento *****	
					(-)Outras Deduções *****	
					(+)Mora/Multa/Juros <b>14,99</b>	
					(+)Outros Acréscimos *****	
					(=)Valor Cobrado <b>80,99</b>	
Pagador: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE RUA VICENTE PEREIRA NETO 138 CENTRO - 89294000 - Campo Alegre/SC					TESOURO NACIONAL	

Autenticação Mecânica      Ficha de Compensação

[https://sistemas.anatel.gov.br/Boleto/Internet/Monta\\_Boleto.asp?resp=S&Fisteis=50011448849@0033&...](https://sistemas.anatel.gov.br/Boleto/Internet/Monta_Boleto.asp?resp=S&Fisteis=50011448849@0033&...) 28/06/2017



**ANATEL**Agência Na  
de TelecomSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO :: Sistema de Consulta Débitos de FISTEL | menu ajuda

Dados da Consulta Consulta

**Relação de lançamentos para impressão do boleto quitado****Detalhes dos Lançamentos:**

X	Pagamento	Ano de Referência	Serviço / Certificado	Receita	Processo	FISTEL/Sequencial (Nosso Número)
<input checked="" type="checkbox"/>	18/10/2002	2002	231	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (PPDUR)		50011448849-0001
<input checked="" type="checkbox"/>	18/10/2002	2002	231	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI		50011448849-0002
<input checked="" type="checkbox"/>	09/05/2003	2003	231	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF		50011448849-0003
<input checked="" type="checkbox"/>	25/03/2004	2004	231	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF		50011448849-0004
<input checked="" type="checkbox"/>	03/09/2004	2004	231	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (PPDUR)		50011448849-0005
<input checked="" type="checkbox"/>	03/09/2004	2004	231	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI		50011448849-0006
<input checked="" type="checkbox"/>	30/08/2005	2005	231	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF		50011448849-0010
<input checked="" type="checkbox"/>	15/03/2006	2006	231	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF		50011448849-0011
<input checked="" type="checkbox"/>	26/02/2007	2007	231	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF		50011448849-0013
<input checked="" type="checkbox"/>	13/03/2008	2008	231	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF		50011448849-0015
<input checked="" type="checkbox"/>	30/03/2009	2009	231	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF		50011448849-0016
<input checked="" type="checkbox"/>	28/05/2010	2009	231	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública		50011448849-0018
<input checked="" type="checkbox"/>	28/05/2010	2010	231	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF		50011448849-0019
<input checked="" type="checkbox"/>	28/05/2010	2010	231	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública		50011448849-0020
<input checked="" type="checkbox"/>	29/03/2012	2012	231	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF		50011448849-0023
<input checked="" type="checkbox"/>	29/03/2012	2012	231	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública		50011448849-0024
<input checked="" type="checkbox"/>	30/04/2012	2011	231	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF		50011448849-0021
<input checked="" type="checkbox"/>	30/04/2012	2011	231	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública		50011448849-0022
<input checked="" type="checkbox"/>	27/03/2013	2013	231	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF		50011448849-0025
<input checked="" type="checkbox"/>	27/03/2013	2013	231	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública		50011448849-0026
<input checked="" type="checkbox"/>	30/09/2015	2014	231	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF		50011448849-0027
<input checked="" type="checkbox"/>	30/09/2015	2014	231	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública		50011448849-0028
<input checked="" type="checkbox"/>	30/09/2015	2015	231	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF		50011448849-0029
<input checked="" type="checkbox"/>	30/09/2015	2015	231	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública		50011448849-0030
<input checked="" type="checkbox"/>	14/09/2016	2016	231	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF		50011448849-0031
<input checked="" type="checkbox"/>	14/09/2016	2016	231	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública		50011448849-0032
<input checked="" type="checkbox"/>	30/06/2017	2017	231	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública		50011448849-0034

Registro 1 até 27 de 27 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

**Legenda do Campo Situação**

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)

RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)

RJ - Lançamento com Recurso Judicial

RN - Lançamento com Recurso Denegado

DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União

CD - Lançamento Inscrito no CADIN

DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa

☒ Marcar Todos ☐ Desmarcar Todos Imprimir Selecionados



Para

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, Ala Oeste, 3º. Andar

CEP 70.044-900 - **BRASILIA - DF**





Remetente:  
Associação de Comunidade Brumit CA  
Rua Vicente Pereira Neto, 138  
Barro Preto Horizonte  
89294-000 Campo Alegre - SC





**Essa certidão não pode ser emitida.**

**Consta débito para o CNPJ/CPF: 02843454000150**

Emitida às 07:19:45 do dia 21/11/2017 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#)

[Impressão de Boletos](#)



**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

## Identificação do Processo

Número: 53000.050447/2012 Localidade / UF: CAMPO ALEGRE/SC  
Entidade: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE  
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 285

## Processo

1. A Entidade é uma: Associação

### 2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Robson Richard Duvoisin	721.441.659-04	2º Secretário	14/10/2016 31/03/2018	
Jeison Fabiano de Souza Ossovski	063.211.129-17	Diretor de Comunicações	14/10/2016 31/03/2018	
Oliva Catoni	006.237.279-35	Tesoureiro	14/10/2016 31/03/2018	
IVO KESTERING	093.003.509-78	Presidente	14/10/2016 31/03/2018	(47) 84941581 (41) 36321581 (47) 84941581 (41) 36321581
Luiz Eduardo Drancka	590.733.739-72	Vice-Presidente	14/10/2016 31/03/2018	
Edithe Maricler Virmond	694.314.729-37	Suplente	14/10/2016 31/03/2018	
João Alaor Nenevê Cordeiro	808.363.999-00	2º Tesoureiro	14/10/2016 31/03/2018	
Edithe Maricler Virmond	694.314.729-37	Secretário Geral	14/10/2016 31/03/2018	

### 3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 6 (Volume de Processo 0015341).
  - 1.1) Data de protocolo: 16/10/2012.
  - 1.2) Tempestividade: (X) Sim ( ) Não.
- 2) Estatuto Social: fls. 2 a 13 (Ofício 04/2017 1712198).
  - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º, I;
  - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 9º;
  - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 14, ?a?;
  - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 14, ?a?;
  - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 29;
  - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 32 e ss.;
  - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos: art. 30 (dois anos);
  - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 47 a 49.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 3 a 5 (Ofício 34/2016 1437007) e fls. 14/15 (Ofício 04/2017 1712198). (14/10/2016 - 31/3/2018)  
Presidente: Ivo Kesting; (21/3/1952 - 093.003.509.78)  
Vice-Presidente: Luiz Eduardo Drancka; (8/11/1965 - 590.733.739-72)  
Secretário(a) Geral: Edithe Maricler Virmond; (18/4/1950 - 694.314.729-37)  
2º(ª) Secretário(a): Robson Richard Duvoisin; (7/9/1973 - 721.441.659-04)  
Tesoureiro(a): Oliva Catoni; (21/7/1944 - 006.237.279-35)  
2º(ª) Tesoureiro(a): João Alaor Nenevê Cordeiro; (24/6/1975 - 808.363.999-00)  
Diretor(a) de Comunicação: Jeison Fabiano de Souza Ossovski; (9/6/1987 - 063.211.129-17)  
Diretor(a) de Comunicação Suplente: Edithe Maricler Virmond; (18/4/1950 - 694.314.729-37)



4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 6 a 9 e 13 (Ofício 34/2016 1437007) e fls. 16/17 (Ofício 04/2017 1712198).

5) CNPJ: Certidões - CNPJ 0863996.

6) Certidão Negativa da Anatel: fl. .

7) Declaração de conformidade: fl. 9 (Volume de Processo 0015341).

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 26 (Ofício 1/2016 0937419).

**\*\*\*PENDÊNCIAS:**

- Ainda não foi possível emitir certidão negativa da Anatel.

**\*\*\*CONCLUSÕES:**

- Foi realizada pesquisa de vínculo e não foi verificada irregularidade.

- A Associação não encaminhou certidão negativa expedida pela Anatel e não foi possível emití-la, de forma que será sugerida a não renovação da outorga.

- Será elaborada Nota Técnica a fim de garantir à Radiodifusora o contraditório e a ampla defesa.

---

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE



**NOTA TÉCNICA Nº 26749/2017/SEI-MCTIC**

Processo de Renovação nº: **53000.050447/2012-38.**

Assunto: **Não Renovação de Outorga. Abertura de prazo para manifestação.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE**, entidade autorizada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Campo Alegre**, estado de **Santa Catarina**.

**ANÁLISE**

---

2. O interesse em renovar a outorga do serviço foi apresentado em 16/10/2012 (fl. 6 do Volume de Processo 0015341), e o prazo para a solicitação de renovação se encerrava em 20/11/2012. Portanto, o pedido de renovação de outorga é tempestivo.

3. Dito isso, após a análise dos autos, foram encontradas pendências na documentação encaminhada, dentre as quais, a necessidade de encaminhamento da certidão negativa de débitos expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Essa exigência foi encaminhada à Associação por meio da Nota Técnica nº 19503/2017/SEI-MCTIC, recebida em 20/9/2017, conforme Aviso de Recebimento (AR) 2255993.

4. Na Nota Técnica, foi mencionado que a solicitação seria "a última que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 132, II da Portaria nº 4334, de 2015".

5. Em resposta, a Radiodifusora encaminhou o Ofício 12/2017 2263080, por meio do qual informou o seguinte:

1 - a referida TFF vencida em 31/03/2017, no valor de R\$ 66,00, foi quitada no Banco do Brasil em 30/06/2017, com os acréscimos devidos no valor total de R\$ 80,99, conforme comprovante de pagamento e ofício do próprio Banco, de 21/09/2017, encaminhados em anexo;



2 - salientamos que o banco gravou a "linha digitável" do código de barras com divergência, mas o valor pago foi devidamente creditado na conta corrente do cedente "Fundo de Fiscalização das Telecomunicações" nr 333.218-7, da agência 1607-1 do Banco do Brasil, conforme consta do ofício do Banco e da cópia do sistema de cobrança do próprio banco, que segue em anexo.

3 - portanto, nosso pagamento, embora não conste como quitado na "Relação de lançamento para impressão do boleto", conforme extraído do site HTIPS://sistemas.anatel.gov.br/boletio/internet/consulta.asp, da ANATEL, foi devidamente quitado e creditado na conta corrente do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, cabendo a essa instituição fazer os ajustes internos na Relação de lançamentos para impressão do boleto quitado".

6. Todavia, após nova consulta ao sítio da Anatel (Certidão SIGEC 2408611), verificou-se que a Associação ainda se encontra devedora.

7. Portanto, com base no art. 6º, § único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, segundo o qual "A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes", e no art. 132, II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, segundo o qual "A renovação será indeferida nos casos em que: [...] II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações", será sugerido o indeferimento da renovação da outorga.

## CONCLUSÃO

8. Com base nesses argumentos, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Requerente acerca dos elementos verificados, para, se desejar, manifestar-se, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, no prazo de **30 dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação, o pleito de renovação de outorga será **indeferido**.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 21/11/2017, às 07:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/11/2017, às 11:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2408612** e o código CRC **263A444E**.



## Minutas e Anexos

Certidão SIGEC 2408611.

---

**Referência:** Processo nº 53000.050447/2012-38

SEI nº 2408612





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 50135/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

IVO KESTERING

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE** (CNPJ nº 02.843.454/0001-50)

Rua Vicente Pereira Neto, nº 138 - Belo Horizonte

89.294-000 - Campo Alegre - SC

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.050447/2012-38.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 26749/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**. Solicito que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html)

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/11/2017, às 11:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2408621** e o código CRC **E7C9DB73**.



Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício  
nº 50135/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.050447/2012-38 - Nº SEI: 2408621



AR

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 50135/2017/SEI-MCTIC, 22/11/2017.

53000.050447/2012-38

IVO KESTERING

Ass. de Comunicação Comunitária de Campo Alegre

Rua Vicente Pereira Neto, nº 138 - Belo Horizonte

89.294-000

Campo Alegre - SC

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

(Teison)

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

Atuação Teises  
Matrícula: 8.710.416-4DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISON

08/11/17

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

08 DEZ 2017

75240203-0

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0483 / 16

114 x 186 mm

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

SC





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

( CÓDIGO DE BARRAS OU N.º DE REGISTRO DO OBJETO )

JT 22657420 5 BR

DATA DE POSTAGEM DATA DE DEPÓSITO

04 DEZ 2017

UNIDADE DE POSTAGEM BRASÍLIA - BRASIL

UNIDADE DE POSTAGEM BRASÍLIA - BRASIL

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,  
Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC,  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste,  
70.044-900 Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /

h

:

h

:

h





Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre – ACC  
Rua Vicente Pereira Neto, 138, Bairro Belo Horizonte  
CEP 89.294-000 – CAMPO ALEGRE/SC

Ofício 16/2017

Campo Alegre/SC, 29 de dezembro de 2017

Para

**COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, sala 307, Anexo Oeste

CEP 70044-900

**BRASILIA - DF**

Senhora Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária.

**Assunto: Nota Técnica 26749/2017/SEI-MCTIC, relativa à constatação de pendências do processo Nº 53000.050447/2012-38 – renovação de outorga.**

Em atenção ao ofício nr. 50135/2017/SEI-MCTIC, de 22/11/2017, recebido por nossa Associação em 08/12/2017, onde aponta o não encaminhamento da Certidão Negativa de Débitos expedida pela ANATEL porque a Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF, vencida em 31/03/2017, no valor de R\$ 66,00, foi liquidada no Banco do Brasil em 30/06/2017 com o código de barra incorreto, informamos:

A referida TFF vencida em 31/03/2017, no valor de R\$ 66,00, foi liquidada novamente no Banco do Brasil em 22/12/2017, com os acréscimos devidos no valor total de R\$ 83,80, e devidamente processada pela ANATEL, extinguindo a pendência do débito vencido, propiciando a geração da Certidão Negativa de Débitos, que segue em anexo.

Ficamos ao dispor para eventuais novos esclarecimentos e enviamos,

Cordiais Saudações

Ivo Kesting

**Presidente da Associação de Comunicação Comunitária-ACC**

Anexos: 01 certidão negativa de débitos ANATEL

MC/PROTOCOLO  
DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO  
Em 08/01/18 às 15:00 horas  
Assinatura: *Bilton Silva*





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE

**CNPJ:** 02.843.454/0001-50

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:49:49 do dia 31/12/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/01/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



Para

**COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, sala 307, Anexo Oeste

CEP 70044-900

**BRASILIA - DF**



	<b>REGISTRADO URGENTE</b> registered priority	PESO (kg) weight 0,028
Recebedor		<input checked="" type="checkbox"/> AR <input type="checkbox"/> MP
Assinatura		Doc.
JT 40274587 8 BR		



*Permitente*



Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre – ACC  
Rua Vicente Pereira Neto, 138, Bairro Belo Horizonte  
CEP 89.294-000 – CAMPO ALEGRE/SC



**NOTA TÉCNICA Nº 8419/2018/SEI-MCTIC**

Processo de Renovação nº: **53000.050447/2012-38**.

**Assunto: INDEFERIMENTO DA RENOVAÇÃO DA OUTORGA. RECONSIDERAÇÃO.**

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. O processo se trata da renovação da outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE**, na localidade de **Campo Alegre**, estado de **Santa Catarina**.

---

**ANÁLISE**

2. Por meio da Nota Técnica nº 26749/2017/SEI-MCTIC, 2408612, sugeriu-se o indeferimento da renovação da outorga da Entidade em razão do não encaminhamento de certidão negativa de débitos expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

3. Em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, concedeu-se o prazo de 30 dias para manifestação.

4. O Ofício nº 50135/2017/SEI-MCTIC, que encaminhou a Nota Técnica, foi recebido em 8/12/2017, conforme Aviso de Recebimento (AR) 2499949.

5. Em resposta, a Associação encaminhou, **tempestivamente**, em 2/1/2018, o Ofício 16 2557477, no qual alegou o seguinte:

A referida TFF vencida em 31/03/2017, no valor de R\$ 66,00, foi liquidada novamente no Banco do Brasil em 22/12/2017, com os acréscimos devidos no valor total de R\$ 83,80, e devidamente processada pela ANATEL, extinguindo a pendência do débito vencido, propiciando a geração da Certidão Negativa de Débitos, que segue em anexo.

7. De fato, a Associação anexou, à fl. 2, a certidão negativa de débitos, o que demonstra o interesse na continuidade da execução do Serviço.

8. Assim, uma vez que a Radiodifusora encaminhou, tempestivamente, o(s) documento(s) necessário(s) à instrução processual, em razão dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, será retomada a análise do Processo.



9. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária, pelas razões enumeradas nesta Nota Técnica, opina pela retomada da análise processual a fim de verificar a viabilidade do deferimento da renovação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 17/04/2018, às 12:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/04/2018, às 11:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2892106** e o código CRC **42A69DF9**.

## **Minutas e Anexos**

Não Possui.



IMPRIMIR

VOLTAR



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02843454/0001-50

**Razão Social:** ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE

**Endereço:** AV GETULIO VARGAS 606 / CENTRO / CAMPO ALEGRE / SC /  
89294-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 03/04/2018 a 02/05/2018

**Certificação Número:** 2018040312593040015008

Informação obtida em 17/04/2018, às 12:56:30.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE**  
**CNPJ: 02.843.454/0001-50**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:06:56 do dia 20/03/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/09/2018.

Código de controle da certidão: **058F.7F39.140C.3447**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE  
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.843.454/0001-50

Certidão nº: 148263611/2018

Expedição: 17/04/2018, às 12:59:23

Validade: 13/10/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.843.454/0001-50**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Processo nº **53000.050447/2012-38**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE**

Localidade: Campo Alegre / SC.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 6 (Volume de Processo 0015341). **Pendente**

1.1) Data de protocolo: 16/10/2012.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

2) Declaração de conformidade: fl. 9 (Volume de Processo 0015341).

3) Estatuto Social: fls. 2 a 13 (Ofício 04/2017 1712198).

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º, I;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 9º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 14, "a";

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 14, "a";

e) Órgão administrativo e cargos: art. 29;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 32 e ss.;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos: art. 30 (dois anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 47 a 49.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º, **caput**;

b) Fins: art. 3º;

c) Sede: art. 2º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: arts. 9º a 12;

e) Direitos dos associados: art. 13;

f) Deveres dos associados: art. 14;

g) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 15;

h) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 19 e ss.;

i) Modo de constituição e funcionamento do órgão administrativo: art. 29;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. 24;

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 31 e 50;

l) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 11;

m) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 24;

n) Critérios de eleição dos administradores: art. 25 e ss.;

o) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados: art. 20;

p) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 55.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 3 a 5 (Ofício 34/2016 1437007) e fls. 14/15 (Ofício 04/2017 1712198). (14/10/2016 - 31/3/2018). **Vencida**

Presidente: Ivo Kesting; (21/3/1952 - 093.003.509-78)

Vice-Presidente: Luiz Eduardo Drancka; (8/11/1965 - 590.733.739-72)

Secretário(a) Geral: Edithe Maricler Virmond; (18/4/1950 - 694.314.729-37)

2º(a) Secretário(a): Robson Richard Duvoisin; (7/9/1973 - 721.441.659-04)

Tesoureiro(a): Oliva Catoni; (21/7/1944 - 006.237.279-35)



2º(a) Tesoureiro(a): João Alaor Nenevê Cordeiro; (24/6/1975 - 808.363.999-00)  
Diretor(a) de Comunicação: Jeison Fabiano de Souza Ossovski; (9/6/1987 - 063.211.129-17)  
Diretor(a) de Comunicação Suplente: Edithe Maricler Virmond; (18/4/1950 - 694.314.729-37)

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 6 a 9 e 13 (Ofício 34/2016 1437007) e fls. 16/17 (Ofício 04/2017 1712198). **Pendentes**

6) CNPJ: Certidões - CNPJ 0863996.

7) Certidão Negativa da Anatel: fl. 2 (Ofício 16 2557477).

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 26 (Ofício 1/2016 0937419).

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social: Certidão INSS .

10) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 2892193.

11) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB 2892198.

12) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão JT 2892207.

#### \*\*\*PENDÊNCIAS:

- Deve ser encaminhado Requerimento de renovação contendo todas as declarações elencadas no modelo e assinado por todos os dirigentes.

-----  
- A Ata de eleição da diretoria encaminhada está vencida desde 31/3/2018.

-----  
- Devem ser encaminhados comprovantes de maioria, nacionalidade e CPFs dos dirigentes.

-----  
- Não foi possível emitir certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social, pois a última certidão constante na base de dados estava válida até 6/6/2014.

#### \*\*\*CONCLUSÕES:

- Consultou-se o sítio da Anatel e verificou-se que a Associação não possui débitos.

- Não foi realizada pesquisa de vínculo.

- Não foi realizada pesquisa na Justiça Federal.

- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).



**ANEXO 5**  
**MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico ( <i>e-mail</i> ):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	° (N/S)	'	"
		Longitude:	° W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					



Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 8426/2018/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53000.050447/2012-38.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. O processo versa sobre a renovação da outorga do serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE**, na localidade de **Campo Alegre**, estado de **Santa Catarina**.

**ANÁLISE**

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015,	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por <b>todos</b> os dirigentes.
	Art. 130, § 1º, inciso III	Ata de eleição.	A Ata de eleição da diretoria encaminhada está <u>vencida desde 31/3/2018</u> . Assim, para prosseguimento do Processo, é necessário que a Radiodifusora encaminhe a Ata correspondente à diretoria em exercício.  <b>Observação:</b> o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.
			A Entidade deverá enviar documento que demonstre que <b>todos</b> os diretores eleitos são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de 10 anos, bem como que são maiores de 18 anos.



alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.	Art. 130, § 1º, inciso IV	Comprovante de maioridade/nacionalidade.	<p><b>Observação:</b> serão aceitos como comprovantes de maioridade e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p><b>Não</b> serão aceitos como comprovantes de maioridade/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>
	Art. 130, § 1º, inciso IV	CPF dos dirigentes.	A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF dos membros da Diretoria.
	Art. 130, § 6º, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa à Seguridade Social.	Em consulta ao sítio da Dataprev, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros atualizada; a última constante na base de dados era válida até 6/6/2014. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.

### 3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.



4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

5. Salienta-se que esta solicitação será a **única** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, a o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

## CONCLUSÃO

6. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

7. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. **Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.**

8. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

9. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 17/04/2018, às 13:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/04/2018, às 11:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site





<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2892224** e o código CRC **101D286D**.

---

## **Minutas e Anexos**

Anexo Requerimento 2892223.

---

**Referência:** Processo nº 53000.050447/2012-38

SEI nº 2892224





# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 14918/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

IVO KESTERING

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE** (CNPJ nº 02.843.454/0001-50)

Rua Vicente Pereira Neto, nº 138 - Belo Horizonte

89.294-000 - Campo Alegre - SC

Assunto: **Encaminhamento de Notas Técnicas relativas à análise do processo nº 53000.050447/2012-38.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 8419/2018/SEI-MCTIC** e da **NOTA TÉCNICA Nº 8426/2018/SEI-MCTIC**.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita



encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html).

6. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/04/2018, às 11:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2892256** e o código CRC **68A715BA**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 14918/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.050447/2012-38 - Nº SEI: 2892256



**Data de Envio:**

25/04/2018 10:12:26

**De:**

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

CONTABILIDADE@NETUNO.COM.BR

contabilidade@netuno.com.br

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53000.050447/2012-38

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_2892224.html

Oficio\_2892256.html

Anexo\_2892223\_Requerimento\_\_\_Renovacao.pdf



Ofício 18/2018

Campo Alegre/SC, 24 de maio de 2018

Para

Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
 Secretaria de Radiodifusão  
 Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
 Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
 Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º. Andar  
 CEP 70044-900  
**BRASILIA - DF**

Senhora Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária,

Assunto: **Nota Técnica 8419/2018-SEI-MCTIC, e Nota Técnica 8426/2018/SEI-MCTIC****Relativas à análise do processo Nº 53000.050447/2012-38 – renovação de outorga.**

Em atenção ao ofício nr.14918/2018-SEI-MCTIC, de 20/04/2018 e encaminhado em 24/04/2018 para o e-mail [contabilidade@netuno.com.br](mailto:contabilidade@netuno.com.br), portanto, 30 (trinta) dias após o envio, informamos:

1 - o e-mail para onde foi encaminhado o Ofício e a Nota Técnica é do nosso escritório de contabilidade, por isso, doravante, solicitamos que fossem enviados para o e-mail [cidadefmisc@hotmail.com](mailto:cidadefmisc@hotmail.com), que é o e-mail da radio comunitária.


2 - **requerimento de renovação (anexo 5 da portaria 4334 de 21/09/2015, alterada pela Portaria 1909, publicada no DOU de 9/4/2018) com todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) – encaminhamos em anexo o Anexo 5 assinado por todos os membros da nova diretoria com mandato até 31/03/2020.**

3 - **ata de eleição da nova diretoria** – anexamos a ata de eleição da nova diretoria com mandato até 31/03/2020, devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.

4 – **comprovante de maioria/nacionalidade** - anexamos cópia do documento de identidade (RG) comprovando que todos os diretores eleitos são brasileiros natos e maiores de 18 anos.

5 – **CPF dos dirigentes** – encaminhamos cópia do CPF de todos os membros da diretoria, sendo que a maioria tem seus CPF já constando no documento de identidade (RG)

6 – **prova de regularidade da Entidade relativa a Seguridade Social** – No ofício consta que – *em consulta ao sitio da Dataprev verificou-se impossibilidade de emissão da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros, sendo a última constante na base de dados era de 06/06/2014. Por essa razão solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos* – salientamos que esta certidão não é mais emitida pelo sitio da DATAPREV e sim no sitio da receita federal <<http://rfb.gov.br>, a partir da Portaria Conjunto RFB/PGFN nr.1751 de 02/10/2014. Se observar no sitio da DATAPREV <http://cnd.dataprev.gov.br/cws/contexto/cnd/cnd.html>, que foi consultado, consta que a última certidão constante da base de dados era com validade de 06/06/2014 e verifica-se em seu rodapé a seguinte frase: a receita federal agradece sua visita, corroborando o

MC/PROTOCOLO  
 DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO  
 Em 26/06/18 às 15:10 horas  
 Assinatura: 





Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre – ACC  
Rua Vicente Pereira Neto, 138, Bairro Belo Horizonte  
CEP 89.294-000 – CAMPO ALEGRE/SC

entendimento da unificação da emissão das Certidões de Tributos Federais no sitio da receita federal. Com esse entendimento, encaminhamos em anexo nova Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos federais e a Dívida Ativa da União.

Ficamos ao dispor para eventuais novos esclarecimentos e enviamos,

Cordiais Saudações

Ivo Kesting

Presidente da Associação de Comunicação Comunitária-ACC

Endereço para correspondência: Rua Vicente Pereira Neto, nr 138,	e-mail: cidadefmsc@hotmail.com
Bairro Belo Horizonte	CEP: 89.294-000
Cidade: CAMPO ALEGRE/SC	UF: SANTA CATARINA

Anexos: 01 ata, 01 Requerimento, 08 RG/CPF dos dirigentes, 01 requerimento Anexo 5,  
01 Declaração do Representante Legal, Ata do Conselho Comunitario



### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e dezoito (11/05/2018), os associados da Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre-ACC, entidade civil privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nr. 02.843.454/0001-50, com sede à Rua Vicente Pereira Neto nr. 138, bairro Belo Horizonte, município de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000, com estatuto registrado sob o número 455 do livro A-2, folha 208, em 07/07/1998, reuniram-se às 19:15 horas, em segunda chamada, na sala de reuniões do Espaço Cultural Municipal, situado a Avenida Getulio Vargas, nr. 606, centro de Campo Alegre/SC, para deliberar sobre a ordem do dia divulgada no edital nr. 01/2018, a saber: prestação de contas; eleição da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e homologação do Conselho Comunitário de Comunicação Social; assuntos gerais. O Presidente Ivo Kesting abriu os trabalhos da assembléia geral ordinária e confirmou que havia quorum mínimo de 1/5 (um quinto) dos associados com direito a voto, na forma do estatuto e convidou Sr. Jeison Fabiano de Souza Ossovski para secretariar a assembléia geral. Na sequência, passou a palavra para a Tesoureira, Sra. Oliva Catoni, que informou das contas de 2016 a 2018 e salientou que foram superadas as dificuldades financeiras enfrentadas por conta da crise econômica nacional de 2016 e 2017 encerrando o mandato com todos os compromissos financeiros em dia e com saldo em caixa e banco no valor de R\$ 8.080,09, restando ainda efetuar a reforma do telhado da sede da ACC, conforme compromisso foi assumido em 2016 por conta da abstenção do pagamento de nove parcelas do aluguel da sede da radio comunitária. Colocadas em votação, foram aprovadas as contas de 2016 a 2018, por unanimidade. Na sequência, o Presidente Ivo Kesting passou a condução dos trabalhos para a Comissão Eleitoral efetuar a eleição da nova Diretoria Executiva e do novo Conselho Fiscal para a gestão 2018/2020. O Sr. Matheus Fuckner, informou que foi apresentada apenas uma chapa, denominada *Chapa a Serviço da Comunidade* e nominou todos os membros que compõem a chapa, salientando que, conforme exigência do Ministério das Comunicações, art. 7, inciso III da Portaria nr. 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nr 1909/2018/SEI-MCTIC, os membros da chapa da nova Diretoria não exercem mandato eletivo, não fazem parte de órgão partidário, não exercem cargo de Secretario Municipal ou dignidade eclesiástica e não são majoritariamente parentes entre si. Em seguida, repassou aos associados presentes a cédula eleitoral para efetuar a votação secreta, e todos votaram e depositaram o seu voto na urna. Terminada a votação, a Comissão Eleitoral fez a contagem dos votos e informou que a maioria absoluta dos votos validos votou SIM elegendo a nova Diretoria e o novo Conselho Fiscal para mandato até trinta e um de março de dois mil e vinte (31/03/2020), cuja posse se dará automaticamente em dez dias, ou seja, dia vinte e um de maio de dois mil e dezoito, na forma do artigo 28 do estatuto, ficando assim constituídos:.....

#### DIRETORIA EXECUTIVA.....

**PRESIDENTE** - **Ivo Kesting**, reeleito, associado contribuinte pessoa física, CPF 093.003.509.78, RG 187.204-4, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado à Rua Raimundo Gomes Munhoz, nr.55, centro, município de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000;.....

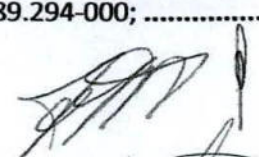
**VICE-PRESIDENTE** - **Luiz Eduardo Drancka**, reeleito, associado contribuinte, RG 1.369.964-4, CPF 590.733.739-72, brasileiro, casado, funileiro, residente e domiciliado à Rua Ernesto Friedrich, nr. 118, centro, município de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000; .....

**SECRETARIO** - **Robson Richard Duvoisin**, associado contribuinte pessoa física, RG 2373498 CPF 721.441.659-04, brasileiro, solteiro, maior, funcionário público, residente e domiciliado à Rua Nereu Ramos, 275, centro, município de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000;.....

**2ª. SECRETARIO** - **Gislene Cristina Dums**, representante do associado contribuinte Sucão Frutas e Verduras Ltda., brasileira, casada, comerciante, RG 244.899, CPF 031.605.179-93, residente e domiciliada à Avenida Getulio Vargas, nr.348, Centro, cidade de Campo Alegre/SC, CEP 894-000.....

**TESOUREIRA** - **Oliva Catoni**, reeleita, associada contribuinte pessoa física, RG 244.899-SSP/SC, CPF 00.237.279-75, brasileira, casada, diarista, residente e domiciliada à Rua Cel. Bueno Franco, nr 209, centro, município de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000, .....

**2º. TESOUREIRO** - **João Alaor Nenevê Cordeiro**, reeleito, representante do associado contribuinte Auto posto JK Ltda., RG 2.924.876-SSP/SC, CPF 808.363.999-00, brasileiro, casado, frentista, residente e domiciliado à Rua Cel. Raimundo Munhoz, nr. 1070, bairro Cascatas, município de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000; .....





**DIRETORA DE COMUNICAÇÃO - Edithe Maricler Virmond**, associada contribuinte pessoa física, RG 1.198.870-SSP/SC, CPF 94.314.729-04, brasileira, casada, fisioterapeuta, residente e domiciliada à Rua Altamiro Lobo Guimarães, nr. 87, centro, município de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000; .....

**DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SUPLENTE - Jeison Fabiano de Souza Ossovski**, associado contribuinte pessoa física, RG 4.593.871-7, CPF 063.211.129-17, brasileiro, solteiro, maior, autônomo, residente e domiciliado à Rua Caíva do Cerro, Sn, bairro Avenquinha, município de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000; .....

**CONSELHO FISCAL - Aldo Tomaz Karvat**, reeleito, associado contribuinte pessoa física, RG 87.079-3 SSP/SC, CPF 247.745.619-91, brasileiro, casado, mecânico aposentado, residente e domiciliado a Rua Laurentino Barros Lima, nr. 74, bairro Cascatas, município de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000; .....

- **Aldérico José Dana**, reeleito, associado contribuinte pessoa física, RG 1.099.263-4-SSP/SC, CPF 166.523.479-20, brasileiro, casado, odontólogo, residente e domiciliado à Rua Cel. Bueno Franco, nr 736, bairro Cascatas, município de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000.....

- **Jose Cristofolini**, reeleito, representante da associada contribuinte **ACIACA**-Associação Comercial e Industrial de Campo Alegre, RG 1.090.760-SSP/SC, CPF 609.818.309-00, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado a Rua Host Walter, Sn, bairro Belo Horizonte, município de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000; .....

**1º. SUPLENTE - Geraldo Carlos Grosskopf**, reeleito, representante do associado contribuinte Escritório Contábil Grosskopf Ltda.; RG 674.290-7-SSP/SC, CPF 294.232.799-53, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado à Rua José Gomes Munhoz, nr. 45, centro, município de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000; .....

**2º. SUPLENTE - José Flavio Scheffer**, reeleito, associado contribuinte pessoa física, RG 903.903-SSP/SC, CPF 155.363.439-04, brasileiro, casado, médico residente e domiciliado à Rodovia SC 418, Sn, bairro Pinhais, município de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000; .....

**3º. SUPLENTE - Ingo Rusch Alandt**, pessoa física, RG 373.490-SSP/SC, CPF 294.100.299-53, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado a Rua Jorge Lacerda, nr. 193, centro, cidade de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000, .....

Na sequência, conforme rezam os parágrafos primeiro e segundo do artigo 47 do estatuto, a Comissão Eleitoral apresentou a chapa do novo Conselho Comunitário de Comunicação Social e colocou em apreciação da Assembléia Geral, sendo homologado por unanimidade pelos associados presentes, ficando assim constituído.....

**1 - Associação de Moradores da Vila Cleide**, CNPJ 73.777.781/0001/07, organização civil privada, com sede à Rua Ernesto Afonso Cléide, nr. 132, Bairro Belo Horizonte, cidade de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000; .....

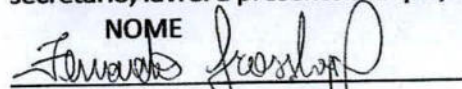
**2 - Associação dos Artistas, Artesãos e Produtores Rurais de Campo Alegre - Mão do Campo**, CNPJ 05.530.070/0001-75, organização civil privada, com sede à Rua Ernesto Afonso Scheide, nr. 1.437, bairro Belo Horizonte, cidade de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000; .....

**3 - Associação dos Servidores Públicos de Campo Alegre - ASP**, CNPJ 06.300.841/0001-09, organização civil privada, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, nr. 292, Centro, cidade de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000; .....

**4 - Associação dos Moradores de São Miguel**, CNPJ 07.065.128/0001-82, organização civil privada, com sede à Rodovia SC-418, km 38 mais 700 metros, bairro São Miguel, cidade de Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000; .....

**5 - Fundação Educacional de Campo Alegre - FECAMPO**, CNPJ 83.788.216/0001-90, organização civil privada, com sede à Rodovia SC-418, nr. 8.457, centro, Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000, .....

Terminada a eleição, a Comissão Eleitoral devolveu a direção dos trabalhos para o Presidente Ivo Kesting que agradeceu o empenho dos membros da Diretoria durante o mandato que ora se encerra, principalmente para sanear as finanças da Associação, e, ao mesmo tempo, como Presidente reeleito, concitou os membros da nova Diretoria para que a Radio Comunitária continue a ser uma radio a serviço da comunidade, que é o slogan da nossa radio. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a assembléia geral ordinária e, para constar, eu, secretario, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai por mim e pelos presentes assinada:

NOME  


ASSINATURA  






**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E PESSOAS JURÍDICAS**

**5ª AVERBAÇÃO EM REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA**

Protocolo 004156 Data:23/05/2018 Livro:0009 Folha:196

Registro 004467 Data:23/05/2018 Livro:A-062 Folha:297

Qualidade: Integral | Natureza: Ata de Assembleia Geral Ordinária de  
Prestação de Contas Eleição da Nova Diretoria, Conselho Fiscal e

Apresentante: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE

Emolumentos: Registro: Isento, Selo: Isento

Selo Digital de Fiscalização do tipo Isento - FBX07168-SM0D

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou. 16, São Bento do Sul, 23 de maio de 2018

  
MAFALDA TREML HUMMELGEN - Oficial





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO E COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL

Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas Títulos e Documentos  
e Pessoas Jurídicas

MAFALDA TREML HÜMMELGEN  
Oficiala

## Certidão de Averbação de Pessoa Jurídica

Certifico que, a requerimento da parte interessada, que na data de 23/05/2018, foi protocolado sob nº 4156 o AVERBAÇÃO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, sendo registrado na data de 23/05/2018, sob nº 4467, livro A - 62, folha 297, o documento a seguir identificado pelos dados que dele extraí:

**Apresentante:** ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACC.

**Natureza do Título:** Ata de Assembleia Geral Ordinária de Prestação de Contas, Eleição da Nova Diretoria, Conselho Fiscal e Homologação do Conselho Comunitário de Comunicação Social.

**Indicadores:** IVO KESTERING, Presidente; LUIZ EDUARDO DRANKA, Vice Presidente; ROBSON RICHARD DUVOISIN, Secretário; GISLENE CRISTINA DUMS, 2ª Secretária; OLIVA CATONI, Tesoureira; JOÃO ALAOR NENEVE CORDEIRO, 2º Tesoureiro; EDITHE MARICLÉR VIRMOND, Diretora de Comunicação; JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI, Diretor de Comunicação Suplente; ALDO TOMAZ KARVAT, Conselho Fiscal; ALDERICO JOSE DANA, Conselho Fiscal; JOSÉ CRISTOFOLINI, Conselho Fiscal; GERALDO CARLOS GROSKOPF, Suplente Conselho Fiscal; JOSÉ FLAVIO SCHEFFER, Suplente Conselho Fiscal; INGO RUSCH ALANDT, Suplente Conselho Fiscal; ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA SCHEIDE, Conselho Comunitário de Comunicação Social; ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS, ARTESÃOS E PRODUTORES RURAIS DE CAMPO ALEGRE, Conselho Comunitário de Comunicação Social; ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DE CAMPO ALEGRE - ASP, Conselho Comunitário de Comunicação Social; ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE SÃO MIGUEL, Conselho Comunitário de Comunicação Social; FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE - FECAMPO, Conselho Comunitário de Comunicação Social.

São Bento do Sul - SC, 23 de maio de 2018

  
MAFALDA TREML HÜMMELGEN  
Oficiala

Digitado por: VIVIANE ISABEL SCHWARZ

Emolumentos

1 Averbação de documento Registrados em Pessoa Jurídica sem valor declarado - Isento

1 Selo de Fiscalização isento (FBX07168-SM0D) - Isento

Total: Isento

Poder Judiciário  
Estado de Santa Catarina  
Selo Digital de Fiscalização  
Isento

**FBX07168-SM0D**

Confira os dados do ato em:  
<http://selo.tjsc.jus.br/>



**ANEXO 5**  
**REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE				
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE			
Nome Fantasia:	RÁDIO COMUNITÁRIA CIDADE FM	CNPJ:	02.843.454 0001 50	
Endereço de Sede:	RUA VICENTE PEREIRA NETO, 138 – BELO HORIZONTE			
Município:	CAMPO ALEGRE	UF:	SC	CEP: 89294 000
Nome do representante legal:	IVO KESTERING			
Endereço eletrônico (e-mail):	cidadefmsc@hotmail.com			

Endereço de Correspondência:	RUA VICENTE PEREIRA NETO, 138 – BELO HORIZONTE			
Município:	CAMPO ALEGRE	UF:	SC	CEP: 89294 000

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE				
Endereço:	RUA VICENTE PEREIRA NETO, 138 – BELO HORIZONTE			
Município:	CAMPO ALEGRE	UF:	SC	CEP: 89294 000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	26 ° (N/S)	11 ' 04,80 "	
	Longitude:	49 ° W	15 ' 19,70 "	

**Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,**

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

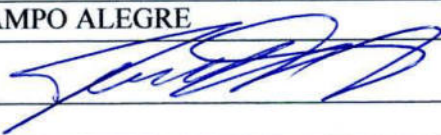
IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

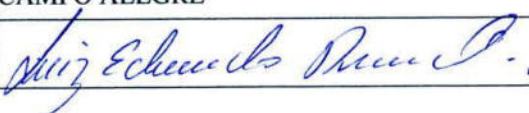
X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e


XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

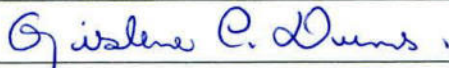
Campo Alegre/SC, 16 de maio de 2018

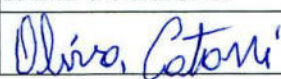
Nome do dirigente:	IVO KESTERING		
Cargo:	PRESIDENTE	Tit. Eleitor:	0086683200990
RG:	187.204-4	Órgão Emissor:	CPF: 093.003.509-78
Endereço:	RUA RAIMUNDO GOMES MUNHOZ, 55 - CENTRO		
Município:	CAMPO ALEGRE	UF:	SC CEP: 892940-000
Assinatura:			


Nome do dirigente:	LUIZ EDUARDO DRANKA		
Cargo:	VICE-PRESIDENTE	Tit. Eleitor:	013400920949
RG:	1.369.964-4	Órgão Emissor:	CPF: 590.733.739-72
Endereço:	RUA ERNESTO FRIEDRICH, 118 - CENTRO		
Município:	CAMPO ALEGRE	UF:	SC CEP: 89294-000
Assinatura:			

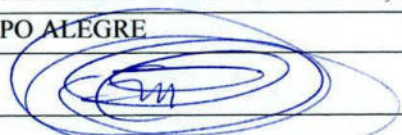
Nome do dirigente:	ROBSON RICHARD DUVOISIN		
Cargo:	SECRETÁRIO	Tit. Eleitor:	030169320914
RG:	2.373.498	Órgão Emissor:	CPF: 721.441.659-04
Endereço:	RUA NEREU RAMOS, 275 CENTRO		
Município:	CAMPO ALEGRE	UF:	SC CEP: 89294000
Assinatura:			




Nome do dirigente:	<b>GISLENE CRISTINA DUMS</b>				
Cargo:	<b>2º SECRETÁRIO</b>			Tit. Eleitor:	030158440930
RG:	3.959.372	Órgão Emissor:	SSP/SC	CPF:	031.605.179-93
Endereço:	AV.GETULIO VARGAS, 348 - CENTRO				
Município:	CAMPO ALEGRE	UF:	SC	CEP:	89294-000
Assinatura:					

Nome do dirigente	<b>OLIVA CATONI</b>				
Cargo:	<b>TESOUREIRA</b>			Tit. Eleitor:	13411300965
RG:	244.899	Órgão Emissor:	SSP/SC	CPF:	00.237.279-75
Endereço:	RUA CEL.BUENO FRANCO, 209 - CENTRO				
Município:	CAMPO ALEGRE	UF:	SC	CEP:	89294-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	<b>JOÃO ALAOR NENEVÊ CORDEIRO</b>				
Cargo:	<b>2º TESOUREIRO</b>			Tit. Eleitor:	030158440930
RG:	2.924.876	Órgão Emissor:	SSP/SC	CPF:	808.363.999-00
Endereço:	RUA CEL. RAIMUNDO MUNHOZ, 1070 - CASCATAS				
Município:	CAMPO ALEGRE	UF:	SC	CEP:	89.294-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	<b>EDITHE MARICLER VIRMOND</b>				
Cargo:	<b>DIRETORA DE COMUNICAÇÃO</b>			Tit. Eleitor:	134.083.809-06
RG:	1.198.870	Órgão Emissor:	SSP/SC	CPF:	94.314.729-04
Endereço:	RUA ALTAMIRO LOBO GUIMARÃES, 87 - CENTRO				
Município:	CAMPO ALEGRE	UF:	SC	CEP:	89.294-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	<b>JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI</b>				
Cargo:	<b>DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SUPLENTE</b>			Tit. Eleitor:	045650270965
RG:	4.593.871-7	Órgão Emissor:	SSP/SC	CPF:	063.211.129-17
Endereço:	ESTRADA AVENQUINHA, SN - AVENQUINHA				
Município:	CAMPO ALEGRE	UF:	SC	CEP:	89.294-000
Assinatura:					

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



## DECLARAÇÃO

Eu, Ivo Kesting, na qualidade de representante legal da Associação de Comunicação comunitária de Campo Alegre – ACC, entidade responsável pela Radio Comunitária Cidade FM 87,9mhz, ATESTO que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constante da respectiva licença de funcionamento.

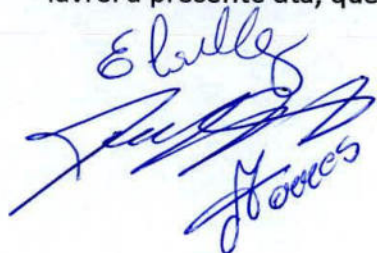
Campo Alegre, 24 de maio de 2018

  
\_\_\_\_\_  
Ivo Kesting – Presidente – gestão 2018/2020



## ATA DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ACC

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e dezoito (21/05/2018), às dezenove horas, na sede da Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre-ACC, situada à Rua Vicente Pereira Neto, 138, Bairro Belo Horizonte, Campo Alegre/SC, reuniram-se os membros do Conselho Comunitário, estando presentes; Maria Eliane Friedrich, representantes da Associação dos servidores Públicos de Campo Alegre-ASP e Maria da Graça Torres, representante da Fundação Educacional de Campo Alegre-FECAMPO, Elisabeth Kesting representante da Associação dos Artistas, Artesãos e Produtores Rurais de Campo Alegre-Mãos do Campo, estando ausente os demais representantes por motivos particulares. Também presente como convidado o Sr. Ivo Kesting, Presidente da Rádio Comunitária Cidade FM. Como coordenadora da reunião foi escolhida a Sra. Maria Eliane Friedrich que abriu a reunião e solicitou a Sra Elisabeth Kesting para lavrar a ata. Em seguida passou a palavra ao Sr. Ivo Kesting que leu a programação da Rádio Comunitária, e destacou os programas produzidos pela emissora, tais como: "Informativo da Hora", onde de hora em hora são divulgadas notícias locais e de interesse geral, "A Voz do Lebon", programa semanal produzido e apresentado por estudantes do ensino médio; retransmissão da sessão semanal da sessão da Camara de Vereadores, noticiário semanal; "Bolsa de Emprego", informativo diário de oportunidades de emprego; "Pechincha da Cidade", informativo diário de compra e venda; "Programa o Semeador", apresentado uma vez por semana por uma entidade religiosa, com uma hora de duração estando aberto o mesmo horário para outras denominações religiosas; "Participação do Ouvinte" com oferecimento de músicas, uma hora de manhã e uma hora a tarde; "Programa Campo Alegre Gaucho", programa semanal aos domingos com uma hora e meia de duração com musicas regionais "Alma de viola, Alma de História", programa semanal de musicas sertanejas de raiz totalmente indicadas pelos ouvintes, com duas horas de duração, aos domingos. Em seguida a coordenadora da reunião solicitou que cada conselheiro expressasse sua expectativa sobre a programação da Rádio Comunitária. Todos os conselheiros foram unânimes em salientar que a programação da emissora satisfaz plenamente os anseios da comunidade e cumpre plenamente as finalidades legais de uma rádio comunitária, sendo imprescindível meio de informação, cultura, entretenimento e utilidade pública para a comunidade local. Os conselheiros referendaram que a audiência da radio alcança mais de 70% da comunidade de alcance da rádio comunitária. Nada mais havendo a tratar, eu, Elisabeth Kesting, secretária, lavrei a presente ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.



Handwritten signature of Maria Eliane Friedrich, with the name 'Torres' written below it.



Handwritten signature of Elisabeth Kesting.









VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.369.964-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/NOV/2001

NOME LUIZ EDUARDO DRANCKA

FILIAÇÃO EDUARDO DRANCKA  
MARIA DA GRACA DRANCKA

NATURALIDADE CAMPO ALEGRE SC DATA DE NASCIMENTO 08/NOV/1965

DOC. ORIGEM C CAS 1023 LV B-03AUX FL 164  
CART CAMPO ALEGRE SC

CPF 590.733.739/72

SAO B. SUL SC

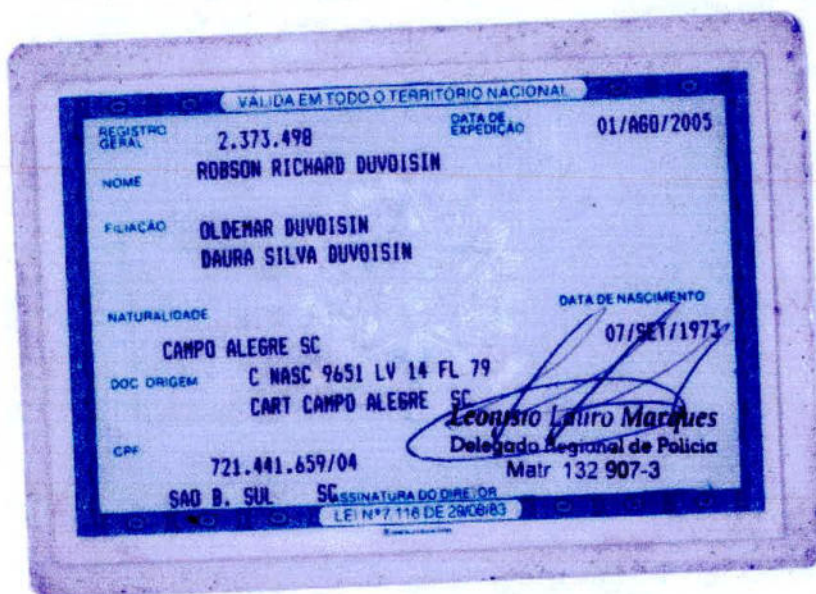
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

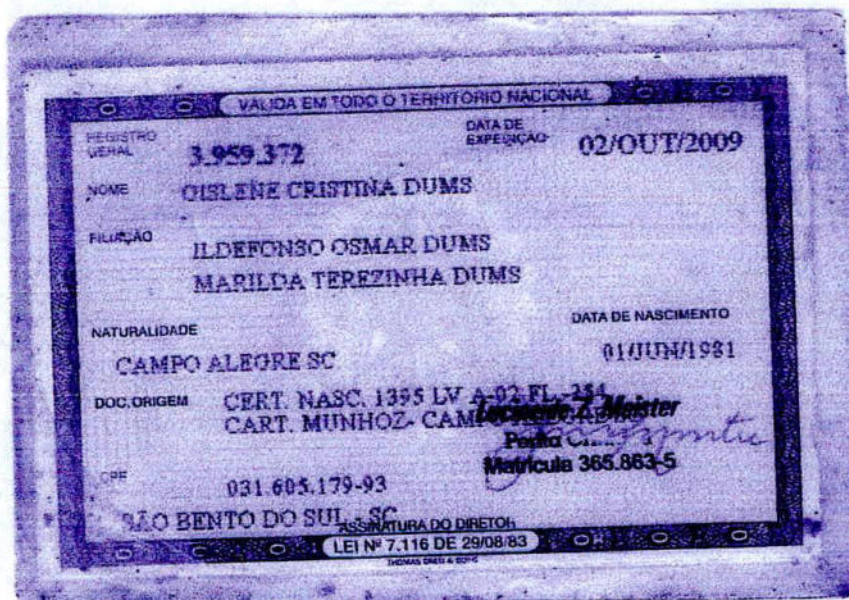
Delegado Regional de Polícia

Moto: 117.890-3













VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 21ª/R-244.899 DATA DE EXPEDIÇÃO 01.07.1998

NOME OLIVA CATONI

RELACAO Ernesto Zanghelini  
Olinda Zanghelini

NATURALIDADE RIO DOS CEDROS=SC DATA DE NASCIMENTO 21.07.1944

DOC ORIGEM Cert.Cas.nº1.660 LV.10 Fls.119

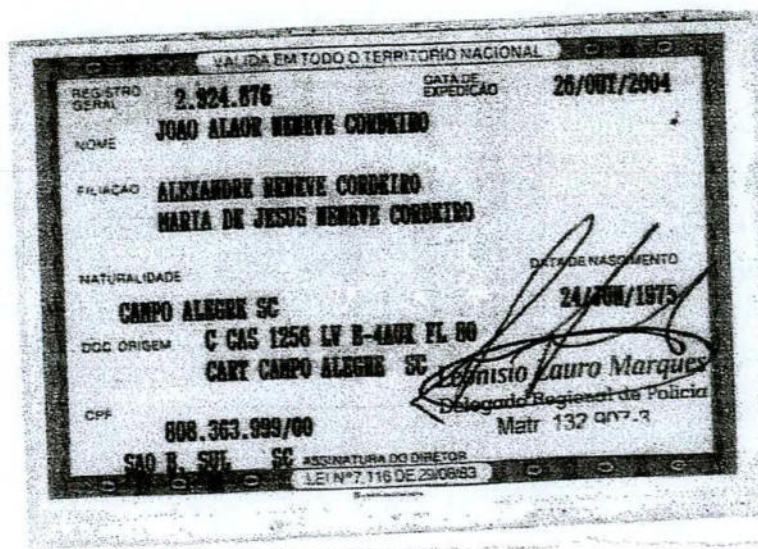
Cart.Rio dos Cedros - SC

CPE 006.237.279 - 35

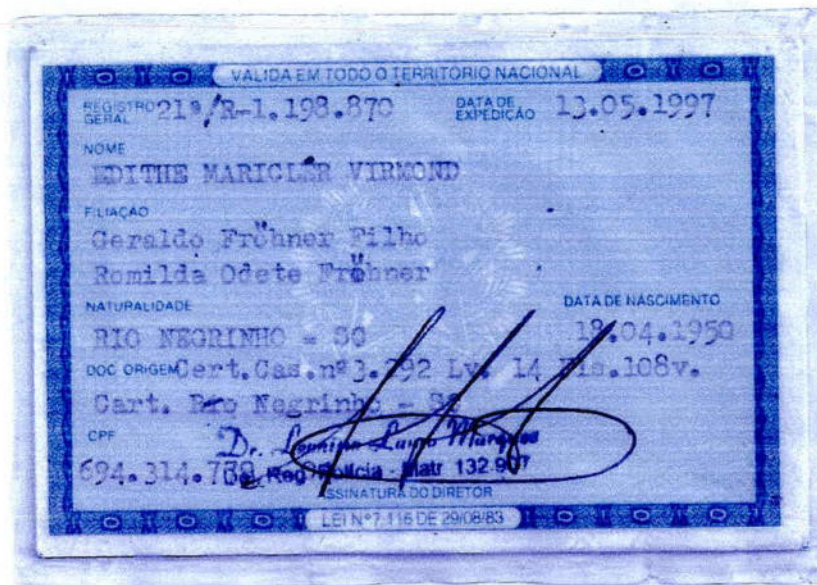
Dr. Leonardo L. Marques  
DELEGADO REG POLICIA  
Mair 132907

LE Nº 116 DE 29/06/83

















**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE**  
**CNPJ: 02.843.454/0001-50**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:52:56 do dia 24/05/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/11/2018.

Código de controle da certidão: **B73F.CD94.92CE.C8BE**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Para

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, Ala Oeste, 3º. Andar

CEP 70.044-900

**BRASILIA - DF**







Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre – ACC  
Rua Vicente Pereira Neto, 138, Bairro Belo Horizonte  
CEP 89.294-000 – CAMPO ALEGRE/SC



Processo nº **53000.050447/2012-38**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE**

Localidade: Campo Alegre / SC.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 6 (Volume de Processo 0015341).

1.1) Data de protocolo: 16/10/2012.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fls. 7 a 9 (Ofício 18/2018 3042513).

2) Declaração de conformidade: fl. 10 (Ofício 18/2018 3042513).

3) Estatuto Social: fls. 2 a 13 (Ofício 04/2017 1712198).

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3º, I;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 9º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 14, "a";

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 14, "a";

e) Órgão administrativo e cargos: art. 29;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 32 e ss.;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos: art. 30 (dois anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 47 a 49.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1º, **caput**;

b) Fins: art. 3º;

c) Sede: art. 2º;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: arts. 9º a 12;

e) Direitos dos associados: art. 13;

f) Deveres dos associados: art. 14;

g) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 15;

h) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 19 e ss.;

i) Modo de constituição e funcionamento do órgão administrativo: art. 29;

j) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. 24;

k) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: arts. 31 e 50;

l) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 11;

m) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 24;

n) Critérios de eleição dos administradores: art. 25 e ss.;

o) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados: art. 20;

p) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 55.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 3 a 5 (Ofício 18/2018 3042513). (11/5/2018 - 31/3/2020)

Presidente: Ivo Kestering;

Vice-Presidente: Luiz Eduardo Drancka;

Secretário(a) Geral: Robson Richard Duvoisin;

2º(a) Secretário(a): Gislene Cristina Dums;

Tesoureiro(a): Oliva Catoni;

2º(a) Tesoureiro(a): João Alaor Nenevê Cordeiro;

Diretor(a) de Comunicação: Edithe Maricler Virmond;



Diretor(a) de Comunicação Suplente: Jeison Fabiano de Souza Ossovski.

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 12 a 19 (Ofício 18/2018 3042513).

6) CNPJ: Certidões - CNPJ 0863996.

7) Certidão Negativa da Anatel: fl. 2 (Ofício 16 2557477).

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 11 (Ofício 18/2018 3042513).

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 2892193.

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: fl. 20 (Ofício 18/2018 3042513).

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão JT 2892207.

### \*\*\*CONCLUSÃO:

- Com exceção da 2ª Secretária, Gislene Cristina Dums, os demais dirigentes exercem o segundo mandato consecutivo.

- Consultou-se o sítio da Anatel e verificou-se que a Radiodifusora não possui débitos.

- Realizou-se pesquisa de vínculo e não se verificou irregularidade.

- Realizou-se pesquisa na Justiça Federal e não se verificou irregularidade.

- Realizou-se pesquisa na Justiça Estadual e não se verificou irregularidade.

- O Processo foi corretamente instruído.

- Será elaborado e-mail solicitando informações Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos que resultaram em sanção à Radiodifusora.

### DADOS DOS DIRIGENTES:

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Ivo Kesting	21/03/1952	093.003.509-78	187204-4 (SSP/SC)	Virginia Geizi Kesting / Conrado Kesting	008668320990	MDB	
Vice-Presidente	Luiz Eduardo Drancka	08/11/1965	590.733.739-72	1369964-4 (SSP/SC)	Maria da Graça Drancka / Eduardo Drancka	013400920949	PR	
Secretário(a) Geral	Robson Richard Duvoisin	07/06/1973	721.441.659-04	2373498 (SSP/SC)	Daura Silva Duvoisin / Oldemar Duvoisin	030169320914	PSDB	
2ª(a) Secretário(a)	Gislene Cristina Dums	01/06/1981	031.605.179-93	3959372 (SSP/SC)	Marilda Terezinha Dums / Ildefonso Osmar Dums	030158440930	PP	
Tesoureiro(a)	Olivia Catoni	21/07/1944	006.237.279-35	244899 (SSP/SC)	Olinda Zanghelini / Ernesto Zanghelini	013411300965	-	
2ª(a) Tesoureiro(a)	João Alair Neneve Cordeiro	24/06/1975	808.363.999-00	2924876 (SSP/SC)	Maria de Jesus Neneve Cordeiro / Alexandre Neneve Cordeiro	030158440930	PP	
Diretor(a) de Comunicação	Edithe Marcler Virmond	18/04/1950	694.314.729-37	1198870 (SSP/SC)	Romilda Odete Frohner / Geraldo Frohner Filho	013408380906	PSDB	
Vice-Diretor(a) de Comunicação	Jeison Fabiano de Souza Ossovski	09/06/1987	063.211.129-17	4593871-7 (SSP/SC)	Marilene de Souza / Joel Assis Ossovski	045650270965	-	



**Data de Envio:**

01/11/2018 14:51:40

**De:**

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>

leandro.lima@mctic.gov.br

**Assunto:**

Informação sobre entidade que solicita renovação de outorga

**Mensagem:**

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campo Alegre / SC (processo nº 53000.050447/2012-38), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Zimbra

natalia.froemming@mctic.gov.br


---

**Re: Informação sobre entidade que solicita renovação de outorga**

---

**De :** Lilian Magalhaes de Misquita Vieira  
<lilian.misquita@mctic.gov.br>

Qui, 01 de nov de 2018 16:55

 1 anexo

**Assunto :** Re: Informação sobre entidade que solicita renovação de outorga

**Para :** MCTIC <cgrc.sei@mctic.gov.br>

**Cc :** Mariza Oshiro <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Em atenção ao e-mail, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Registros de PAIs ativos:

53900.053289/2015

- Em trâmite;
- Processo em fase de apuração de possível irregularidade.

53900.025536/2016

- Em trâmite;
- Processo aguardando análise de defesa.
- Irregularidade: Art. 11 da Lei nº 9.612/98 c/c art. 25, III; § 2º, I, "b" da Portaria nº 4334/2015;
- Data da infração: 15/07/2016;

Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD em anexo):

NADA CONSTA

----- Mensagem original -----

De: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para: "Lilian" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "Leandro Pedro de Lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, 1 de novembro de 2018 14:51:40

Assunto: Informação sobre entidade que solicita renovação de outorga

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campo Alegre



/ SC (processo nº 53000.050447/2012-38), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira

SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC

Ramal: 6811



**SRD - CAMPO ALEGRE.pdf**

185 KB

---





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

## Identificação do Pedido RADCOM

UF: SC  
Município: Campo Alegre  
Canal: 200  
Fase: 3

Distrito:  
Sub Distrito:  
Local Específico:

## Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - SC  
Nome Fantasia: RÁDIO CIDADE  
Logradouro: RUA VICENTE PEREIRA NETO  
Telefone: (47) 36321289  
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 02.843.454/0001-50  
Bairro: CENTRO  
Número: 138  
Fax: Não Informado

## Dados da Outorga

## Dados da Entidade

CNPJ: 02843454000150

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - SC  
Tipo de Usuário: Integral

## Endereço Sede

País: Brasil  
Número do CEP: 89294000  
Número: 138  
Município: Campo Alegre  
Telefone: 47 36321289  
Logradouro: RUA VICENTE PEREIRA NETO  
Complemento:  
Distrito:  
Bairro: CENTRO  
SubDistrito:  
Estado: SC  
Fax:

## Endereço de Correspondência

País: Brasil  
Número do CEP: 89294000  
Número: 138  
Município: Campo Alegre  
Telefone:  
Logradouro: RUA VICENTE PEREIRA NETO  
Complemento:  
Distrito:  
Bairro: CENTRO  
SubDistrito:  
Estado: SC  
Fax:  
E-mail:

## Dados da Outorga

Data Publicação  
Contrato/Convênio: 20/12/2002

Data Limite Instalação:

Número do Processo: 538200008651998

Fistel: 50011448849

Caixa:

Sequência:

## Documentos Emitidos

## Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	739		Portaria	MC	12/12/2000	26/12/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur.
	21927		ATO	SCM	09/01/2002	18/01/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	433		Decreto Legislativo	CN	19/12/2002	20/12/2002	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	45255		ATO	SCM	06/07/2004	08/07/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.

## Característica da Estação Instalada

## Dados do Licenciamento

Tela Inicial Imprimir



**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 96, DE 2002-CN**

Determina a suspensão e autoriza a execução de contratos, no âmbito da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subítulo 14.421.0661.1844.0054 - Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais - No Estado do Mato Grosso do Sul, da Unidade Orçamentária 30.907 - Fundo Penitenciário Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo proibido de liberar recursos consignados pelo Orçamento Fiscal da União para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) para o Contrato nº 39/2002-AJUR, relativo ao subítulo 14.421.0661.1844.0054 - Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais - No Estado do Mato Grosso do Sul, da Unidade Orçamentária 30.907 - Fundo Penitenciário Nacional.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar os recursos consignados pelo Orçamento Fiscal da União para 2002 para a execução dos Contratos nºs 43 e 115, ambos de 2000, no subítulo 14.421.0661.1844.0054 - Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais - No Estado do Mato Grosso do Sul, da Unidade Orçamentária 30.907 - Fundo Penitenciário Nacional.

Art. 3º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução dos Contratos mencionados nos arts. 1º e 2º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até o dia 31 de maio de 2003.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 19 de dezembro de 2002  
**Senador RAMEZ TEBET**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 97, DE 2002-CN**

Autoriza a liberação de recursos consignados no Orçamento Fiscal da União para 2002 para a execução de contratos relativos ao subítulo 25.752.0291.3243.0016 - Implantação de Sistema de Transmissão e Subestações Associadas com 339 MVA) - No Estado do Amapá, da Unidade Orçamentária 32.224 - Eletronorte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos consignados pelo Orçamento Fiscal da União para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) para a execução dos Contratos SUP nº 2.8.4.0453.0, SUP nº 2.8.4.0454.0 e SUP nº 2.8.4.0455.0, no âmbito do subítulo 25.752.0291.3243.0016 - Implantação de Sistema de Transmissão no Amapá (520 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas com 339 MVA) - No Estado do Amapá, da Unidade Orçamentária 32.224 - Eletronorte.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução dos Contratos mencionados no art. 1º encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição Federal, até o dia 31 de maio de 2003.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 19 de dezembro de 2002  
**Senador RAMEZ TEBET**  
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 203/2002)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 431, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, EDUCACIONAL E RÁDIO COMUNITÁRIA DE PIRABEIRABA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 808, de 28 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Cultural, Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 2002  
**Senador RAMEZ TEBET**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 432, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE URUSSANGA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 472, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Urussanga a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 2002  
**Senador RAMEZ TEBET**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 433, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - SC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 739, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre - SC a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 2002  
**Senador RAMEZ TEBET**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 434, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ - ADECOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro do Chapéu do Piauí, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 735, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Morro do Chapéu do Piauí - ADECOM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro do Chapéu do Piauí, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 2002  
**Senador RAMEZ TEBET**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 435, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ROSÁRIO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazareno, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 39, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Rosário a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazareno, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 2002  
**Senador RAMEZ TEBET**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 436, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA DE COLINAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colinas, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 500, de 23 de agosto de 2000, que autoriza a Associação dos Amigos da Cultura de Colinas a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colinas, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 2002  
**Senador RAMEZ TEBET**  
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 198/2002)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 437, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA FM SANTA RITA - UM BEM DA COMUNIDADE 99.9 MHZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 481, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Rádio Comunitária FM Santa Rita - Um Bem da Comunidade 99.9 MHZ a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 2002  
**Senador RAMEZ TEBET**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 438, DE 2002**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SOM DA TERRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 795, de 28 de dezembro de 2000, que outorga permissão à Rádio Som da Terra Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade,



		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.843.454/0001-50</b> MATRIZ		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	
		DATA DE ABERTURA <b>09/11/1998</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>R VICENTE PEREIRA NETO</b>		NÚMERO <b>138</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>89.294-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>BELO HORIZONTE</b>	MUNICÍPIO <b>CAMPO ALEGRE</b>	UF <b>SC</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CONTABILIDADE@NETUNO.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(47) 3632-1289</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>27/08/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **05/11/2018** às **14:20:18** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE

**CNPJ:** 02.843.454/0001-50

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:20:05 do dia 05/11/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 05/12/2018.

Certidão expedida gratuitamente.







IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 02843454/0001-50

**Razão Social:** ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE

**Endereço:** AV GETULIO VARGAS 606 / CENTRO / CAMPO ALEGRE / SC /  
89294-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 30/10/2018 a 28/11/2018

**Certificação Número:** 2018103103554705230822

Informação obtida em 05/11/2018, às 13:55:16.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE  
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.843.454/0001-50

Certidão nº: 161608890/2018

Expedição: 05/11/2018, às 13:58:09

Validade: 03/05/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.843.454/0001-50**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA DE CAMPO ALEGRE**  
**CNPJ: 02.843.454/0001-50**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:55:46 do dia 05/11/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/05/2019.

Código de controle da certidão: **0850.F9FA.FEE8.4571**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

**I – Relatório**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

**II.I. Preliminarmente**

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

**II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:



*"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.*

*O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:*

*I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.*

*II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.*

*Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014*

*LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"*

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regimento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

### **II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,



publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

*“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”*

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

*“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.*

*Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:*

*(...)*

*§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.*

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

*“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.*

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

*“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.*

*§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.*

*§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.*

*§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:*

*I - na hipótese do § 2º deste artigo; e*

*II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.*



20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

*“Art. 131. (omissis)*

*(...)*

*§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.*

*Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*(...)*

*II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.*

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua



adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

### III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA



Assistente Jurídico da União  
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

**ANEXO**

**PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			



9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -  
MCTIC**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.050447/2012-38**.

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE**.

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual**.

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal e da respectiva Seção e Subseção Judiciária e do Tribunal de Justiça do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga.
2. Encaminhem-se os autos para revisão final.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 05/11/2018, às 14:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3527638** e o código CRC **2BAAAD63**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.050447/2012-38

SEI nº 3527638



**NOTA TÉCNICA Nº 24518/2018/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53000.050447/2012-38.**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA. VIABILIDADE JURÍDICA PARA O DEFERIMENTO. REVISÃO FINAL.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. O processo versa sobre a renovação da outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE**, na localidade de **Campo Alegre**, estado de **Santa Catarina**, por meio da Portaria nº 739, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 26/12/2000, e Decreto Legislativo nº 433, publicado no DOU de 20/12/2002.

**ANÁLISE**

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 20/10/2012. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação de outorga em 16/10/2012, à fl. 6 (Volume de Processo 0015341), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015), alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Ivo Kestering;



Vice-Presidente: Luiz Eduardo Drancka;

Secretário(a) Geral: Robson Richard Duvoisin;

2º(a) Secretário(a): Gislene Cristina Dums;

Tesoureiro(a): Oliva Catoni;

2º(a) Tesoureiro(a): João Alaor Nenevê Cordeiro;

Diretor(a) de Comunicação: Edithe Maricler Virmond;

Diretor(a) de Comunicação Suplente: Jeison Fabiano de Souza Ossovski.

3 . Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	fl. 6 (Volume de Processo 0015341) / novo requerimento, às fls. 7 a 9 (Ofício 18/2018 3042513)
1.2	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	Sim.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls. 2 a 13 (Ofício 04/2017 1712198)
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls. 3 a 5 (Ofício 18/2018 3042513)
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	fls. 12 a 19 (Ofício 18/2018 3042513)
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	fl. 11 (Ofício 18/2018 3042513)



6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	fl. 10 (Ofício 18/2018 3042513)
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	CNPJ 3527582
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Certidão Anatel 3527585
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Certidão FGTS 3527596
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	Certidão RFB 3527604
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Certidão Trabalhista 3527612
12	Relatório de apuração de infrações.	E-mail CGFI 3525601
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

## CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (3527630).

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

**FRANCISCA LETÍCIA BARBOSA DUARTE MIELE**



Aprovo a Nota Técnica nº 24518/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração da Senhora Diretora do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.

*(assinado eletronicamente)*

**VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS**  
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária

Aprovo a Nota Técnica nº 24518/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Secretário de Radiodifusão.

*(assinado eletronicamente)*

**INEZ JOFFILY FRANÇA**  
Diretora do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Aprovo a Nota Técnica nº 24518/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

*(assinado eletronicamente)*

**MOISÉS QUEIROZ MOREIRA**  
Secretário de Radiodifusão

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.050447/2012-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Campo Alegre / SC.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da



Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2018.

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000865/1998 e nº 53000.050447/2012-38, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE (CNPJ nº 02.843.454/0001-50), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campo Alegre / SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 05/11/2018, às 14:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.





Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 07/11/2018, às 11:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 07/11/2018, às 16:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Moisés Queiroz Moreira, Secretário de Radiodifusão**, em 12/11/2018, às 15:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3527656** e o código CRC **12F1575E**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.050447/2012-38

SEI nº 3527656



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO INTERNO

### DESPACHO

Processo nº: **53000.050447/2012-38.**

Entidade: **Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre.**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos.**

À Secretaria de Radiodifusão,

Em razão da Nota Técnica nº 24518/2018/SEI-MCTIC (evento SEI 3527656), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pela **Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Campo Alegre/SC**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 14/11/2018, às 13:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3557294** e o código CRC **F5AE6351**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.050447/2012-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Campo Alegre / SC.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2018.

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000865/1998 e nº 53000.050447/2012-38, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE (CNPJ nº 02.843.454/0001-50), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campo Alegre / SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.



Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

---

**Referência:** Processo nº 53000.050447/2012-38**SEI nº 3557294**





## PORTARIA Nº 5956/2018/SEI-MCTIC

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000865/1998 e nº 53000.050447/2012-38, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE (CNPJ nº 02.843.454/0001-50), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campo Alegre / SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 22/11/2018, às 12:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3563433** e o código CRC **E226E260**.



**Brasília, 14 de novembro de 2018.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.050447/2012-38, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Campo Alegre / SC.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 22/11/2018, às 12:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3563450** e o código CRC **65A3D115**.



Presidência da República  
Imprensa Nacional

## Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 29/11/2018 14:40:13  
**Origem:** Secretaria de Radiodifusão  
**Operador:** ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA  
**Ofício:** 5076408  
**Data prevista de publicação:** 30/11/2018  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
11274197	ATO PORTARIA Nº 5781 MIN EMP.rtf	49f46cd388c892e2 76238bdc68a6a82d	8,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>8,00</b>	<b>R\$ 264,32</b>
11274198	ATO PORTARIA Nº 5952 MIN EMP.rtf	f7a5586b1aa4e7f6 2ad70ab8183572c8	6,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
11274199	ATO PORTARIA Nº 5954 MIN EMP.rtf	fa5784b1ec109199 86d63705052219b5	6,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
11274200	ATO PORTARIA Nº 5956 MIN EMP.rtf	cfa61d553a8873c5 2bea835ea6b5ffd5	6,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
11274201	ATO PORTARIA Nº 5957 MIN EMP.rtf	99fe61e8624b1532 aefcaf5a960c9d99	6,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
11274202	ATO PORTARIA Nº 5958 MIN EMP.rtf	c5be032d618e7f0b 8bce8778ac6346b5	6,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
11274203	ATO PORTARIA Nº 5959 MIN EMP.rtf	c6f7619f030c1b2e 83de7c3e4bb56a5f	6,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
11274204	ATO PORTARIA Nº 5960 MIN EMP.rtf	e82de2537e2375d9 03f75431831e9441	6,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
11274205	ATO PORTARIA Nº 5961 MIN EMP.rtf	aa695ac02d0c791f 6657cdae5064282d	5,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>5,00</b>	<b>R\$ 165,20</b>
11274206	ATO PORTARIA Nº 5962 MIN EMP.rtf	b6fbc6df261134f3 689248039db5d23a	5,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>5,00</b>	<b>R\$ 165,20</b>
11274207	ATO PORTARIA Nº 5964 MIN EMP.rtf	bb29f0ce73b9102a 3a29961a2906cb48	6,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
11274208	ATO PORTARIA Nº 5965 MIN EMP.rtf	6337118a9b9b8e1a 0fedf581c6d144ee	5,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>5,00</b>	<b>R\$ 165,20</b>
11274209	ATO PORTARIA Nº 6036 MIN EMP.rtf	266fd4306c23f3d8 dae8ff5c5fd28e4b	6,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
11274210	ATO PORTARIA Nº 6039 MIN EMP.rtf	7afed0011c3020ca 0414ac252a0998c0	6,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
11274211	ATO PORTARIA Nº 6040 MIN EMP.rtf	3877997d7214a6b8 19bda08b84bc1260	6,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
<b>TOTAL DO OFÍCIO</b>			<b>89,00</b>	<b>R\$ 2.940,56</b>



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.050447/2012-38**.

Entidade: **Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre**.

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República**.

Por meio da Portaria nº 5956/2018, de 22/11/2018, publicada no Diário Oficial da União de 30/11/2018, renovou-se a outorga da **Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Campo Alegre / SC. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho a cópia do processo nº 53000.050447/2012-38, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/12/2018, às 11:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3659364** e o código CRC **76969E03**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.050447/2012-38

SEI nº 3659364



Ministério da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.781/SEI, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.037541/2016-81, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA BOA VISTA FM DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA DO MARAJÓ, com CNPJ nº 16.925.912/0001-04 e sede na Rua Gabriel Marques, s/nº, na localidade de SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA / PA, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 104,9 MHz (Canal 285).

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.952/SEI, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.015798/2004 e nº 53900.050323/2015-51, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 04 de outubro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO NOVO MILÊNIO DE DESENVOLVIMENTO E RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA (CNPJ nº 03.081.527/0001-86), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Casca / RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.954/SEI, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53690.000274/2000 e nº 53900.011560/2014-16, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de março de 2014, a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Paranatinga, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Paranatinga/MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.956/SEI, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000865/1998 e nº 53000.050447/2012-38, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE (CNPJ nº 02.843.454/0001-50), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campo Alegre / SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.957/SEI, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53665.000032/1999 e nº 01250.003207/2017-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA QUADRA 404 NORTE (ARNE 51), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Palmas/TO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.958/SEI, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000078/1999 e nº 53000.007320/2014-61, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de julho de 2013, a autorização outorgada à Associação de Moradores Comunidade Cristalinense (CNPJ nº 03.007.256/0001-19), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cristalina / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.959/SEI, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.000911/1999 e nº 53900.034823/2015-46, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de setembro de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural, Educacional e Ecológica de Capanema, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Capanema/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.960/SEI, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.001288/1999-18 e nº 53900.041658/2015-89, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de novembro de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Piquete, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Piquete / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.961/SEI, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.002816/1998 e nº 53000.057445/2011-99, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de agosto de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária do Cruzeiro, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Umirim/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.962/SEI, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53780.000107/1999 e nº 53000.000626/2013-13, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de maio de 2013, a autorização outorgada à Associação Cultural Esportiva Rodolfense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Rodolfo Fernandes / RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.964/SEI, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.000897/1998-61 e nº 01250.001657/2016-81, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de outubro de 2017, a autorização outorgada à Associação Cultural e Beneficente de Radiodifusão Comunitária Lapeana, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Lapa/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.965/SEI, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53680.000668/1998 e nº 53900.013608/2014-21, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Amigos de Arari, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Arari/MA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.036/SEI, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53720.000306/1999 e nº 53000.052743/2012-73, resolve:





# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.050447/2012-38.**

Entidade: **Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Tendo em vista a alteração na Pasta Ministerial, encaminho a minuta da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/04/2019, às 21:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karine Braga Monteiro, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização substituto**, em 14/05/2019, às 12:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 16/05/2019, às 20:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4008026** e o código CRC **D98EEFC2**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,



1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.050447/2012-38, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre, inscrita no CNPJ nº 02.843.454/0001-50, explore pelo prazo de dez anos a partir de 20 de dezembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campo Alegre, estado de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 24518/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5956, de 22/11/2018, publicada no Diário Oficial da União de 30/11/2018.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 53000.050447/2012-38

SEI nº 4008026



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

## DESPACHO

**Processo nº:** 53000.050447/2012-38

**Referência:**

**Interessado:** Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre.

**Assunto:**

Trata-se de minuta de exposição de motivos que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE (CNPJ nº 02.843.454/0001-50), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campo Alegre / SC.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica (parecer jurídico referencial) acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Brasília, 26 de julho de 2019.

**JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO**

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 31/07/2019, às 11:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4446124** e o código CRC **CCB8FA02**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.050447/2012-38

SEI nº 4446124



Brasília, 15 de outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.050447/2012-38, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre, inscrita no CNPJ nº 02.843.454/0001-50, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 20 de dezembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campo Alegre, estado de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 24518/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5956, de 22/11/2018, publicada no Diário Oficial da União de 30/11/2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 39333/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.050447/2012-38.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 16/10/2019, às 15:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4746716** e o código CRC **A2839C46**.